

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ROBERTA DE SOUZA MANSANI

**SEGURANÇA E DEFESA NA AMÉRICA DO SUL: REFLEXÕES SOBRE A  
ATUAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS NO SÉCULO XXI**

CURITIBA  
2017

ROBERTA DE SOUZA MANSANI

**SEGURANÇA E DEFESA NA AMÉRICA DO SUL: REFLEXÕES SOBRE A  
ATUAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS NO SÉCULO XXI**

Dissertação apresentada como requisito parcial  
à obtenção do grau de Mestre em Geografia,  
no Curso de Pós-Graduação em Geografia,  
Setor de Ciências da Terra, da Universidade  
Federal do Paraná.

Prof. Dr. Adilar A. Cigolini

CURITIBA  
2017





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
Setor CIÊNCIAS DA TERRA  
Programa de Pós Graduação em GEOGRAFIA  
Código CAPES: 40001016035P1

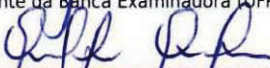
### TERMO DE APROVAÇÃO

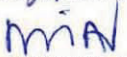
Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em GEOGRAFIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **ROBERTA DE SOUZA MANSANI**, intitulada: "**SEGURANÇA E DEFESA NA AMÉRICA DO SUL: REFLEXÕES SOBRE A ATUAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS NO SÉCULO XXI**", após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua **A PROVAÇÃO** no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 18 de Setembro de 2017.

  
ADILAR ANTONIO CIGOLINI  
Presidente da Banca Examinadora (UFPR)

  
JANIFFER TAMMY GUSSO ZARPELON  
Avaliador Externo (UNICURITIBA)

  
ADRIANA DORFMAN  
Avaliador Externo (UFRGS)

**OBS: este documento é valido por 60 (sessenta) dias a contar da data.**

A quem nunca me faltou,  
Aos que, de algum modo, deixaram um  
pouco de si em mim,

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu Orientador Prof. Adilar A. Cigolini, por ter aceitado me orientar com o tema que propus, sempre me incentivando a manter a pesquisa. Também por toda a compreensão, conversas, conselhos e ajuda.

Agradeço a todos os professores que já me deram aula. Essa dissertação é de vocês também. Em especial aos professores Francisco Carlos Rehme (o Chicho), Mauro Braga, Geralda Cohen, Ricardo Buturi, Laryssa Civolani, Rafael Pons Reis, Carlos Magno Vasconcellos, Andrew A. Trumann, Andrea A. Benetti, José Ricardo Martins, Demetrius Cesario Pereira, Cintia Rubim.

Aos colegas do Núcleo de Estudos em População e Território (NUPOTE), por todos os debates, reflexões compartilhadas. E por que não, também, pelas risadas e momentos de descontração?

Ao programa de Pós Graduação em Geografia e CAPES pela oportunidade e financiamento para desenvolver essa pesquisa.

Agradeço a amiga e secretária do Departamento de Geografia, Adriana Oliveira; a secretária da Pós Graduação em Geografia, Alexandra; e a amiga e secretária da Graduação de Geografia, Heloisa Marques.

À minha família, Vô Nau (*in memorian*-2007), Vó Lú (*in memorian*-2016), Heloisa, Ricardo, Daniel, Sérgio, Débora e Vitória.

Agradeço a todos os amigos e companheiros de jornada, que sempre tiveram uma palavra de carinho e incentivo. Em especial, Isabela Bonet Scheffer, Lisiane Bazzo, Victória J. Gaudencio, Jéssica Lima, Daniele Moribe, Mercedes Q. Chaves, Audrey Goedert, Karoline Bueno, Helora Danã, Quetlen Capistrano, Sophia Zaia, Letícia Nunes, Gustavo Soares, Janaína Cássia, Rodrigo, Marcos Antonio, Ricardo, Caio Fernandes, Cristian Restrepo, Rafael Tangerina, Marcos Melo, Marcela Queiroz, Nilton Queiroz, Taíssa Verde, Lucas Verde.

## RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo central analisar como o papel das Forças Armadas (FFAA) na América do Sul mudou e vem sendo tratado diante do contexto de redemocratização.

O tema é trabalhado a partir de uma discussão conceitual sobre Segurança e Defesa, ressaltando as dificuldades em se definir exatamente o que é segurança e defesa; pelo fato de esses conceitos dependerem da interpretação dos sujeitos que o utilizam; dos diferentes usos, portanto, que esses conceitos podem ter na prática; por meio do delineamento dos panoramas de segurança em escala global e regional, nos períodos da Guerra Fria e no Pós Guerra Fria; destacando os períodos de Ditadura e o período de redemocratização; e por fim, explicitando algumas particularidades sobre a atuação das FFAA nos países selecionados para estudo de caso (Argentina, Colômbia e Brasil).

Constata-se que o emprego das Forças Armadas se dá, na atualidade, basicamente de três formas distintas: atuação estritamente militar como em guerras formais estatais; *policização* das FFAA, empregadas em assuntos considerados de ordem interna, no âmbito da segurança pública; e uma forma mista, abrindo-se a possibilidade de utilização na segurança pública em casos específicos.

Ao longo da pesquisa verificou-se, nos estudos de caso realizados que a atuação das FFAA na América do Sul não é única, ocorrendo muitas diferenças entre os países, seja por conta das diferenças históricas relacionadas à ocorrência ou não de ditaduras militares durante a Guerra Fria, como também - nos países em que ocorreram ditaduras - pelas diferenças entre as transições desses regimes para a redemocratização.

Além disso, se conclui que, apesar de não ser elemento suficiente para explicar em sua totalidade a dificuldade de uma Política de Segurança e Defesa comuns na América do Sul, esses diferentes papéis das forças constituem um dos obstáculos para essa consolidação.

**Palavras-chave:** Segurança; Defesa Nacional; América do Sul; Forças Armadas.

## ABSTRACT

The present research has as main objective to analyze how the role of the Armed Forces in South America has changed and has been treated in the context of redemocratization.

The theme is based on a conceptual discussion about Security and Defense, highlighting the difficulties in defining exactly what is security and defense; by the fact that these concepts depend on the interpretation of the subjects who use it; of the different uses, therefore, that these concepts can have in practice; by outlining security scenarios on a global and regional scale during the Cold War and Post Cold War periods; highlighting the periods of dictatorship and the period of redemocratization; and finally, explaining particularities about the work of the armed forces in the countries selected for case study (Argentina, Colombia and Brazil).

It can be seen that the use of the Armed Forces is given, at present, basically in three distinct ways: strictly military action as in formal state wars; *Policing* of the Armed Forces, used in matters considered of internal order, in the ambit of public security; And a mixed form, opening up the possibility of use in public safety in specific cases.

Throughout the research, it was verified in the case studies conducted that the work of the armed forces in South America is not unique, occurring many differences between the countries, either because of the historical differences related to the occurrence or not of military dictatorships during the Cold War, as also - in countries where dictatorships occurred - by the differences between the transitions of these regimes to redemocratization.

In addition, it is concluded that, although it is not sufficient to explain in full the difficulty of a Common Security and Defense Policy in South America, these different roles of forces constitute one of the obstacles to this consolidation.

**Keywords:** Security; National defense; South America; Armed Forces.



## **LISTA DE FIGURAS**

FIGURA 1 - COMPLEXOS REGIONAIS DE SEGURANÇA NO MUNDO PÓS-GUERRA FRIA, SEGUNDO BUZAN E WÆVER (2003).....	72
FIGURA 2 - PANORAMA DE SEGURANÇA NA AMÉRICA DO SUL - CONFLITOS E TENSÕES .....	78

## **LISTA DE TABELAS**

TABELA 1 - DISTINÇÕES EPISTEMOLÓGICAS DE BARRY BUZAN E LENE HANSEN SOBRE AS DEFINIÇÕES DE SEGURANÇA.....	28
TABELA 2 - CONFLITOS INTERESTATAIS NA AMÉRICA DO SUL, DE DISPUTAS FRONTEIRIÇAS LATENTES .....	79

## **LISTA DE QUADROS**

QUADRO 1 - TENTATIVA ESQUEMÁTICA DE CLASSIFICAÇÃO DAS NOVAS AMEAÇAS DE HECTOR LUIS SAINT-PIERRE.....	64
---	----

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>2. O DEBATE CONCEITUAL SOBRE QUESTÕES DE SEGURANÇA E DEFESA .....</b>	<b>17</b>
2.1 GEOGRAFIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS: ARTICULAÇÕES ENTRE SEGURANÇA, SOBERANIA E TERRITÓRIO .....	17
2.2 DIFERENTES ABORDAGENS E INTERPRETAÇÕES SOBRE SEGURANÇA E DEFESA: CONTRIBUIÇÕES DOS PRINCIPAIS AUTORES .....	27
<b>3 UMA ARTICULAÇÃO GLOBAL-REGIONAL DA SEGURANÇA E DEFESA NA AMÉRICA DO SUL .....</b>	<b>46</b>
3.1 PENSANDO A GEOPOLÍTICA, SEGURANÇA E DEFESA NA AMÉRICA DO SUL EM ESCALA GLOBAL.....	46
3.2 PENSANDO A GEOPOLÍTICA, SEGURANÇA E DEFESA NA AMÉRICA DO SUL EM ESCALA REGIONAL .....	70
3.2.1 América Latina e América do Sul:um recorte do ponto de vista da segurança.....	70
3.2.2 Cooperação em matéria de Segurança e Defesa.....	74
3.2.3 Conflitos e disputas na América do Sul.....	76
<b>4. CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS NA ATUAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS NA AMÉRICA DO SUL: OS CASOS DA ARGENTINA, COLOMBIA E BRASIL.....</b>	<b>81</b>
4.1 ATUAÇÃO DAS FFAA NA AMÉRICA DO SUL: UMA PROBLEMÁTICA .....	81
4.2 ATUAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS NA ARGENTINA .....	82
4.3 ATUAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS NA COLOMBIA .....	91
4.4 ATUAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS NO BRASIL .....	96
4.4 A SEGURANÇA E O EMPREGO DAS FFAA: UMA SÍNTESE MULTIESCALAR .....	106
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>110</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>115</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A segurança é um fenômeno, aqui entendido, na escala global, cujas relações entre os Estados sempre foram destacados nos estudos realizados sobre esse tema, sobretudo, até a Guerra Fria.

Após a Guerra Fria, outros temas e outros atores começaram a ser debatidos nos estudos de segurança. Isso ocorreu com o próprio conceito de segurança, antes tradicionalmente ligado ao Estado como ator, e às relações de guerra e ameaças entre eles como foco das análises; e a partir de então, englobando além destes, outros atores e temas, a exemplo, atores como Organizações Não Governamentais, empresas, Organizações Internacionais, e temas como meio ambiente e economia.

Diante disso, o tema proposto para a pesquisa é a Segurança na América do Sul, no século XXI, abordando, em especial, a atuação e emprego das Forças Armadas (FFAA). Propondo como recorte analítico a escala da região sul-americana. Buzan e Wæver (2003) argumentam que a segurança apresenta peculiaridades regionais, pelo fato de que a proximidade geográfica entre as unidades (no caso os Estados) é um fator determinante na segurança de cada um deles. Desse modo nenhum Estado pode pensar em sua segurança sem levar em conta os países vizinhos.

Algumas características são fundamentais para entender os debates acerca das FFAA na América do Sul. Nesse sentido, destaca-se o período das ditaduras militares no século XX, quando as FFAA assumiram um papel político e eram utilizadas para combater o que julgavam ser ameaças internas. Essas ameaças internas, por uma lógica do período da Guerra Fria, eram identificadas como “o perigo comunista”. A própria população, nesses países, era identificada como o inimigo a ser combatido e isso era considerado um assunto de “segurança nacional”.

Com a redemocratização, a problemática surge: qual é o papel das FFAA diante da nova conjuntura que surge, onde não existe uma ameaça externa claramente identificada entre os países da região, sendo pouco provável uma guerra envolvendo esses países; e diante dos crimes cometidos nas ditaduras militares nas décadas de 70 e 80 nesses países?

Explicitar tais elementos e contribuir para esse debate é o que guia o presente trabalho. Para isso o objetivo central é analisar como o papel das Forças

Armadas (FFAA) na América do Sul mudou e vem sendo tratado diante do contexto de redemocratização dos países usando, como exemplo, o estudo dos casos de países selecionados: Argentina, Colômbia e Brasil.

Essa dissertação é composta por cinco capítulos, dos quais a primeira é a presente introdução; o segundo intitulado como O Debate Conceitual sobre Questões de Segurança e Defesa; o terceiro, Uma Articulação Global-Regional da Segurança e Defesa na América do Sul; o quarto, Convergências e Divergências na atuação das Forças Armadas na América do Sul: os casos da Argentina, Colômbia e Brasil; e, por fim, o quinto, as Considerações Finais.

Se desdobram do objetivo geral, os objetivos específicos. Por sua vez, cada um deles será abordado em um capítulo

O primeiro objetivo específico, trabalhado no segundo capítulo, visa explicitar o estado da arte nos estudos de Segurança e Defesa, com relação aos conceitos de Segurança e Defesa, recuperando, também, a relação entre Segurança e Território. Essa exposição conceitual é relevante para entender como as FFAA se relacionam ao longo do tempo e como é pensada pelo Estado Nacional. Utilizou-se autores como Miyamoto (2014), Monteiro (2014), Costa (2013), para aproximar os campos de estudo da Geopolítica e as Relações Internacionais; Raffestin (1980) para trazer a luz o conceito de poder, pó de encontro entre os campos de estudo anteriormente citados e inserindo também a questão da segurança por Gottgmann (1973). Para tratar da segurança e defesa, foram elencadas as principais contribuições dos autores Wolfers (1952), Baldwin (1997), Hughes; Meng (2011), Barry Buzan (1991) e WEAVER (1995).

O Segundo objetivo específico, contemplado no terceiro capítulo, é de caracterizar a Segurança e a Defesa na América do Sul, sobretudo no Século XXI. Para isso, traçou-se um panorama conjuntural da segurança na América do Sul, sempre retomando os fatos históricos relevantes, com a finalidade de demonstrar as peculiaridades do fenômeno da segurança e defesa. Alguns autores destacados nesse capítulo foram Pagliari (2005; 2006), Ayerbe (2006), Villa (2009), Pieri (2011), Costa (2009).

Algumas interações de conflito e cooperação entre os países da região, sobretudo, a União das Nações Sulamericanas (UNASUL), são ressaltadas a fim de conceber as principais dinâmicas de segurança e defesa da mesma. Além disso, destaca-se um marco para a construção de uma possível reflexão sobre as FFAA: o

período das ditaduras militares no século XX, cuja doutrina de segurança nacional imperou, fazendo com que as FFAA fossem utilizadas dentro de seus territórios contra sua própria população.

A atuação das FFAA no contexto da redemocratização dos países da região é ressaltada, explicitando as incongruências que suscitam os debates nos países selecionados. Essa atuação pode ser estritamente militar no sentido tradicional (hipótese de guerras, atuações em missões de paz), ou se deve haver a *policização* (envolvimento com assuntos de ordem interna, no âmbito da segurança pública), ou ainda um terceiro caso, onde as funções militares são determinadas, mas abre-se a possibilidade de utilização na segurança pública em casos específicos.

Emerge, desse ponto, o terceiro objetivo específico, resultando no quarto capítulo, que é o de avaliar alguns casos da região, para elucidar algumas particularidades nas unidades (aqui entendidos como os Estados). Para isso, três países foram apresentados, como estudos de caso, destacando as peculiaridades de cada um com relação ao que cada um declara entender por segurança e defesa e no que se refere ao emprego das FFAA.

Essa escolha não se deu ao acaso, sendo selecionados os que tiveram posições mais contrastantes, com a finalidade de se construir um debate mais produtivo sobre as visões e práticas distintas. A historicidade dos países foi ressaltada e como instrumento para a análise, as Constituições e eventualmente Emendas existentes, foram utilizadas. Dessa forma, enfoca-se como ator o Estado, para verificar qual é a atuação das Forças Armadas no país em questão.

Uma reflexão que se desdobra, dos estudos de caso, é que se existem divergências - na conceituação do que é segurança, o que é defesa, e qual o papel que as FFAA assumem - como se dão as cooperações, as negociações, nessa área, entre os mesmos. Dessa forma, retomando a caracterização da região elaborada no segundo objetivo específico e os estudos de caso analisados, será avaliado em que medida as divergências e semelhanças apresentadas impedem ou alavancam possíveis políticas de segurança comuns para a região sul-americana. Nesse ponto, será retomada a escala de análise regional, problematizado-a pelos estudos de caso anteriores.

A pesquisa como um todo foi elaborada por meio de análise bibliográfica e documental, pelo fato de ser fundamentalmente teórica. Assim, a partir de revisões bibliográficas condizentes com cada aspecto do tema a ser trabalhado, e avaliando o

que cada objetivo específico exige é que os procedimentos metodológicos foram empregados. Desse modo, para os dois primeiros capítulos a revisão se deu com base em autores que versam sobre os temas de Segurança, Defesa, Território, no primeiro, e Segurança e FFAA na América do Sul, no segundo. No terceiro capítulo, a revisão bibliográfica, enfocou os debates acadêmicos, na historicidade, e nas Leis resultantes dos processos de cada país.

Finalmente, nas considerações finais os principais pontos dos capítulos são articulados, consolidando a análise da atuação das FFAA. Mas também, levando a algumas outras reflexões. Entre elas, destaca-se que, por meio dos estudos de caso, verifica-se que a atuação das FFAA na América do Sul não é única, sendo um elemento que representa um possível obstáculo para a consolidação de uma Política de Segurança e Defesa comuns na América do Sul.



## 2. O DEBATE CONCEITUAL SOBRE QUESTÕES DE SEGURANÇA E DEFESA

### 2.1 GEOGRAFIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS: ARTICULAÇÕES ENTRE SEGURANÇA, SOBERANIA E TERRITÓRIO

Na Geografia, a Geografia Política Tradicional e a Geopolítica compreendem a grande maioria dos estudos relacionados ao tema da segurança, mas, sobretudo, a defesa e a guerra. A Geopolítica, quando entendida como uma instrumentalização do conhecimento geográfico com o objetivo de servir à projeção de poder dos Estados, teve um grande auge durante a Segunda Guerra Mundial. Após esse marco histórico, a literatura da Geografia afastou-se, de certo modo, dessa geopolítica voltada à defesa e segurança.

Apesar desse afastamento, a geopolítica relacionada à segurança, não deixou de ser produzida, porém, teve maior continuidade nos âmbitos militares estatais, sobretudo nos Estados Unidos (COSTA, 2013).<sup>1</sup> O francês Lacoste (1976), com a publicação *Geografia isso serve antes de mais nada para fazer a guerra*, relembra que a Geografia, com a Geopolítica, sempre esteve diretamente relacionada aos estudos de segurança e defesa. Nesse sentido, como avalia Monteiro (2014a, p. 34):

Dado o pouco interesse e a baixa densidade de estudos que relacionam geografia e segurança, é de se esperar um **certo** estranhamento, quando não uma desconfiança em tomar os temas de guerra, segurança e defesa como objetos de estudo geográfico. [...] Embora aparentemente marginais, os temas da segurança, da defesa e da guerra não são completamente estranhos à Geografia – pelo contrário, considerando o famoso título de Yves Lacoste.

Se, de um lado, a Geopolítica esteve diretamente ligada às atividades estatais e largamente criticada por esse fato, como aponta Miyamoto (2014), Souza (2003) e Monteiro (2014a), argumentam que isso não é uma exclusividade da Geografia. Castro (2005), afirma que qualquer conhecimento produzido pode ser apropriado pelo poder, seja este o Estado ou qualquer outro. Com a disciplina de Relações Internacionais não é diferente.

A disciplina de Relações Internacionais surgiu em um contexto pós Primeira Guerra Mundial, justamente da necessidade de entender os mecanismos pelas

---

<sup>1</sup> “Estudar segurança e defesa na academia não é algo trivial, como em outros países que já possuem tradição de desenvolverem pesquisas civis sobre assuntos militares”. (MONTEIRO, 2014a, p.35)

quais a guerra ocorreu, seus desdobramentos e possíveis recorrências (JACKSON; SØRENSEN, 2007). Os debates teóricos das Relações Internacionais e as próprias formas como cada paradigma interpreta os fatos, impactavam na prática política dos Estados, funcionando como uma retroalimentação, onde prática e teoria se complementam mutuamente. A título de exemplo, pode-se citar a influência do Idealismo/Liberalismo no surgimento da Liga das Nações no pós Primeira Guerra Mundial, ao mesmo tempo em que esta construção prática também influencia o desenvolvimento desses mesmos paradigmas.

Com o movimento de afastamento da Geopolítica, e ao mesmo tempo, a consolidação das Relações Internacionais, a primeira foi “incorporada como um subcampo” da segunda (MONTEIRO, 2014a, p.34). Portanto, muitos estudos antes desenvolvidos como geográficos são também realizados dentro das Relações Internacionais.

Não há a pretensão de se debater vantagens e desvantagens, nem realizar um estudo sobre essa assimilação. O que se pretende destacar, no entanto, é que ambas as disciplinas compartilham objetos de estudo em comum, sendo este, inclusive, o caso da segurança.

Ainda, com relação à Geopolítica, cabe ressaltar que diversos temas começaram a ser abordados com a designação de “geopolítica”. Exemplifica Miyamoto (2014): “Geopolítica do café, geopolítica do verde, geopolítica do futebol, geopolítica da cultura, geopolítica da saúde, geopolítica do desenvolvimento, geopolítica do voto, geopolítica das eleições, geopolítica da habitação, [...]”. Muitos inclusive sem um vínculo estatal, sendo utilizados por outros atores políticos (MONTEIRO, 2014b). Isso corrobora que:

Mas ao contrário do que muitas vezes se escreveu, a geopolítica continua viva, ainda que nem sempre com o mesmo vigor, nem reproduzida integralmente com as mesmas características das teorias produzidas na virada do século XIX para o XX. Porém jamais foi abandonada, tanto na elaboração das políticas públicas domésticas, quanto para aquelas voltadas para o concerto das relações internacionais. (MIYAMOTO, 2014, p.12).

Um dos conceitos mais relevantes para a Geografia Política e a Geopolítica é o território, que no presente trabalho será associado à soberania e à segurança. Portanto, cabe examiná-los mais à fundo.

Um importante marco para os estudos de política internacional é a Paz de Westfália<sup>2</sup>. Esse conjunto de acordos lançou alguns dos princípios que constituem o sistema internacional, que por sua vez se desenvolveram ao longo do tempo. A noção de Segurança Nacional, que passou a ser utilizada, sobretudo, após a Segunda Guerra Mundial tem suas raízes em duas principais transformações que se desenvolveram a partir da Paz de Westfália: a construção do Estado Moderno e dos governos nacionais (BUZAN; HANSEN, 2012).

O desfecho da Guerra dos 30 anos, com os acordos de Westfália, em 1648, aportou a chamada Razão de Estado (*Raison d'état*), proclamada pelo Cardeal de Richelieu. Essa noção modelou as relações internacionais. Os Estados teriam seus objetivos, interesses e, portanto, podem perseguir essas razões, no caso, abandonando as questões religiosas. O Estado passaria de um modelo medieval, onde religião e poder político se confundiam, para um modelo em que estes devem permanecer separados<sup>3</sup>. Dessa maneira, o Estado é entendido como unidade com soberania absoluta sobre o território.

A Paz de Westfália, como conjunto de acordos, declarava que assuntos internos religiosos de um Estado não poderiam ser questionados pelos outros Estados. Aos poucos essa noção passou para todas as decisões internas estatais, não só por opções religiosas.

A não interferência em assuntos internos - um dos aspectos da soberania - é uma das características marcantes do Estado Moderno: “[...] o Estado moderno é definido pela idéia de soberania - a reivindicação de direito exclusivo de auto-governo sobre um determinado território e da sua população”. (BUZAN et.al., 1998, p.49, tradução nossa)<sup>4</sup>.

A segunda transformação, a do nacionalismo moderno, decorre da Revolução Francesa, sobretudo. Os estados modernos até o século XVIII eram baseados nas monarquias absolutistas. A figura do Estado era confundida com a do monarca. A Revolução Francesa iniciou o rompimento desse sistema político e os nacionalismos ganharam força: a união dos indivíduos dentro do território, não mais imposta pela figura do monarca, seria pelo sentimento de pertencimento e

---

<sup>2</sup> A Paz de Westfália é a denominação utilizada para designar os Acordos feitos ao fim da Guerra dos 30 anos na Europa, que ocorreu no século XVII, entre 1619 e 1648.

<sup>3</sup> Vale a ressalva de que este modelo é o de Estado Nacional moderno ocidental.

<sup>4</sup> “The modern state is defined by the idea of sovereignty – the claim of exclusive right to self-government over a specified territory and its population.” (BUZAN, et.al., 1998, p.49)

identidade (BUZAN; HANSEN, 2012). Ramina e Cunha Filho (2013) ressaltam que o nacionalismo passa a garantir a coesão interna, isso faz identificar o amigo/inimigo, a segurança/ameaça e o nós/outros.

O Estado territorial soberano e o nacionalismo se fundem (BUZAN; HANSEN, 2012), formando o Estado-nacional. Essa construção não apenas encontra permanências no sistema internacional contemporâneo, como é a base do mesmo. Nesse ponto, Monteiro (2014a) assinala que, segundo os estudos de Política Internacional, existem dois níveis que definiriam a política mundial: o nível interno e o nível externo.

Ambos os níveis são marcados pela soberania, mas em cada um implica em noções diferentes. No nível interno, ou nível do Estado-nação, a soberania se traduz no monopólio legítimo da força por parte do Estado, bem como o domínio sobre um território com delimitações.<sup>5</sup> Villa (1999a, p.87), resume bem este nível da soberania

A soberania interna fundamenta-se no monopólio da força legítima pelo Estado e, portanto, na capacidade estatal de garantir o império e a eficácia da lei num determinado território, definindo-se assim as relações no interior do Estado. [...] monopoliza funções básicas desde a formação do Estado moderno: criar e obrar impostos, cunhar e emitir moeda, produzir e revogar leis, organizar e aplicar a justiça.

Por sua vez, no nível externo, isto é, o nível do sistema internacional, todos os Estados-nação soberanos se mantêm em contato com os outros, seja por meio da cooperação ou pelo conflito. Nesse nível, a soberania se expressa através da independência de um Estado-nação frente ao outro (MONTEIRO, 2014b) e da não ingerência de uma unidade aos assuntos internos do outro (retomando a soberania *westfaliana*). Vale ressaltar algumas características do sistema internacional. Este é interestatal e anárquico. O significado dessas duas características são fundamentais para compreender a soberania externa.

Depreender que o sistema internacional é interestatal significa que as unidades desse sistema são os Estados, outros atores teriam relevância nessa escala por meio do Estado. Desse modo, o reconhecimento de que uma organização política, associada a um território é um Estado, é fundamental para que este possa se relacionar com as demais unidades no sistema internacional, sendo reconhecido portanto, que este é soberano.

---

<sup>5</sup> Esta concepção é retomada de Max Weber sobre o Estado Nacional.

Por sua vez, a característica anárquica do sistema internacional, responde como se dá essa interação entre as unidades do sistema. A anarquia é compreendida como oposta à hierarquia. Em outras palavras, o sistema internacional não apresenta uma autoridade superior aos Estados (unidades). Assim, autores como Aron (1986) e Villa (1999a) concluem que, como cada Estado apresenta uma soberania interna, reservando-se o uso legítimo da força, e reconhecem a soberania externa de todos, a guerra não deixa de ser um mecanismo possível aos Estados: as relações internacionais se desenrolam “à sombra da guerra”. (ARON, 1986, p.52).

Segundo Rudzit (2005, p.304), “[...] a segurança vira sinônimo da proteção contra ameaças externas aos interesses vitais e aos valores básicos de um Estado”.<sup>6</sup>

Uma vez esclarecida a forma que a soberania interna e externa se configuram e a ligação que esta confere ao Estado com o seu território, o conceito de território deve ser apresentado. São discutidas na Geografia as confusões que o termo pode gerar, justamente, ou por ser confundido com “espaço”, ou por ser constantemente ligada a um único ator: o Estado.

Raffestin (1980) enfatiza os termos “espaço” e “território”, que segundo ele, foram utilizados por muitos geógrafos sem critérios e distinções. Souza (2003) explicita que essa confusão se dava pela rigidez com que o território era pensado na Geografia Política Tradicional, pois era entendido como um espaço apropriado por um grupo social que ao ocupá-lo geraria uma identidade sócio-espacial, assim o espaço seria rigidamente o mesmo território todo o tempo. Assim, o aspecto político que distingue em grande parte o território do espaço, é obscurecido.

Para Raffestin (1980) o espaço precede o território, na medida em que, este se forma a partir daquele. Assim, o espaço é territorializado, no sentido de ser apropriado por um ator. Essa territorialização pode ser concreta (fisicamente) ou abstrata (representações). Raffestin (1980) aprofunda a noção de território explanando sobre o sistema territorial e como ele é produzido.

Gottmann (1973) concorda que desde a Antiguidade, o espaço sempre foi dividido pelos povos civilizados, para que houvesse a distinção e diferenciação entre o que corresponderia ao “eu/nós” e ao “eles/outros”. A repartição do espaço se dá

---

<sup>6</sup> Essa noção, segundo o mesmo autor: “[...] é a base da tradição mais dominante na literatura das Relações Internacionais”. (RUDZIT, 2005, p.304)

através de representações, que podem ou não ser observáveis fisicamente. Essas representações repartem superfícies e tessituras, implementam nós e constroem redes. (RAFFESTIN, 1980).

Assim, entende que todas as sociedades têm a necessidade “de organizar o campo operatório de sua ação” (RAFFESTIN, 1980, p.150). Por meio das tessituras, nós e redes é que se dá o controle de tudo o que se possui, podendo ser distribuído ou alocado. Isso é o que permite a coesão e integração dos territórios. (RAFFESTIN, 1980).

A diferenciação entre o “eu/nós” e “eles/outros”, se dá pelas imagens que o grupo exterioriza de suas tessituras, nós e redes. Essa exteriorização, não necessariamente será igual a que de fato se apresenta internamente. Essas imagens do território revelam as relações de poder que o produzem.

Com relação aos atores que produzem o território, o autor admite que há uma variedade de atores: o Estado, diversas organizações, o indivíduo. Em um território nacional em específico, por exemplo, o Estado é o ator de destaque, por sempre organizar o território, transformando-o.

Em graus diversos, em momentos diferentes e em lugares variados, somos todos atores sintagmáticos que produzem “territórios”. Essa produção de território se inscreve perfeitamente no campo do poder de nossa problemática relacional. Todos nós combinamos energia e informação, que estruturamos com códigos em função de certos objetivos. Todos nós elaboramos estratégias de produção, que se chocam com outras estratégias em diversas relações de poder. (RAFFESTIN, 1980, p.152).

Dessa forma, os territórios implicam em limites, pois, as relações de poder e as estratégias de produção, a que se refere Raffestin (1980), são originadas, realizadas e se esgotam dentro desses limites. Os limites são expressões de projetos sociais que nada mais são que relações de poder, elas, portanto, estruturam o território: “[...] falar de território é fazer uma referência implícita à noção de limite, que, mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço”. (RAFFESTIN, 1980, p.153).

Souza (2003) argumenta em uma linha semelhante à Raffestin, entendendo que o território é um campo de forças e rede de relações sociais, que define um limite. E que esse limite traz consigo a diferenciação entre o nós (a comunidade) e os outros (os de fora).

Os limites são sinais, que marcam o território. Esses limites podem ser visíveis ou não (RAFFESTIN, 1980). Muitas vezes fronteiras e limites são confundidos.

Raffestin (1980) entende que existe a tendência de “linearização da fronteira”. Nesse caso, a confusão estaria no fato, justamente, de a fronteira ser interpretada como limite. O limite é linha, fixada, é o marco delimitador, segregador. A fronteira, entretanto, é uma zona, onde tanto o conflito quanto a cooperação, enfim, as trocas dos mais variados tipos, ocorrem. O autor avalia que a linha camufla uma zona:

Sem dúvida, a linha materializada é uma “perversão” política que dissimula um estado latente de guerra, ou seja, uma incapacidade de aliar as relações de poder das quais a violência seja excluída; incapacidade de aliar relações negociadas de poder. Isto é, de fato, um paradoxo político e geográfico, pois a cada demarcação linear extremamente precisa corresponde uma zona geográfica tanto mais impermeável. (RAFFESTIN, 1980, p.167).

Dessa forma, quando os controles do Estado são mais ostensivos nos limites, a faixa de fronteira também se torna mais impermeável, isto é, as trocas que ocorrem são mais reguladas.

O autor faz referências às tessituras territoriais que tem origem política e que são criadas pelos Estados. Para ele, esse tipo de tessitura territorial, apresenta mais permanência no tempo, pois não se desfazem facilmente, além de apresentar limites mais estáveis. Isso se dá, pelo fato de que nesse tipo de tessitura, há um poder conferido ao ator que é legitimado. Por isso, elas podem se adaptar também com mais facilidade às mudanças conjunturais. Por ser um poder legitimado, podem ser transferidas e herdadas. Como exemplo, Raffestin (1980) cita as fronteiras comunais da Idade Média que se converteram em fronteiras nacionais, quando da formação dos Estados Modernos e do fim da estrutura feudal.

Um exercício de resumo poderia identificar que, para Raffestin (1980), o território é fundamentalmente marcado por relações de poder, exigindo certa organização do sistema territorial através de sistemas sêmicos ou sinais, que em um plano interno desenvolvem sistemas de tessituras, nós e redes. Estes por sua vez são externalizados por meio de imagens, que revelam as relações de poder que definem esse território. Por fim, o limite acaba sendo um fator intrínseco ao território, marcando o campo onde essas relações de poder atuam: “[...] delimitar é, pois,



isolar, subtrair momentaneamente ou ainda, manifestar um poder numa área precisa.” (RAFFESTIN, 1980, p.153).

Assim, as relações de poder, são fundamentais para o território, por isso, Raffestin (1980) também contribui com algumas considerações a cerca do poder. Faz uma distinção entre dois poderes: o Poder e o poder. O Poder, escrito dessa forma, se refere ao poder visível, é mais fácil de observá-lo, pois ele está no território, no controle da população e no domínio de recursos. É um conjunto de instituições que sujeitam o cidadão ao Estado (RAFFESTIN, 1980).

O outro poder acaba sendo camuflado pela ênfase dada ao Poder. O poder, é invisível, está intrínseco à todas as relações. Por ser de difícil apreensão, Raffestin ao retomar Foucault para aproximar-se de uma noção do poder, explicita que o último não o definiu, mas tece proposições da natureza do poder, que são mais relevantes que uma definição. Para Foucault, portanto, o poder é exercido e não adquirido; o poder é intrínseco, imanente à todas as outras relações (sejam econômicas, culturais), relações de poder são intencionais, tem um objetivo; o poder implica em resistência, não sendo externa à relação de poder. (RAFFESTIN, 1980).

O poder visaria a dominação e o controle sobre o que o autor denomina “trunfos do poder”. Esses trunfos seriam a população, o território e os recursos. A população é de onde o poder se origina e se transforma; o território é a cena do poder, onde as relações se manifestam; e, os recursos definem quais as possibilidades de concretização da ação. Desse ponto de vista, o poder pode privilegiar um ou mais trunfos. Os conflitos estatais, nessa lógica, seriam conflitos por domínio ou controle dos trunfos.

Da mesma forma que o Poder é confundido com o Estado, Souza (2003), assinala que a palavra território traz consigo, de forma automática e restrita - no senso comum e também em grande parte da literatura científica - a noção de território nacional, relacionando-o com o Estado. Novamente, assim como ocorre com o poder/Poder, o território pode ser considerado sob essa noção, porém não se restringe à ela:

Territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada (p.ex., uma rua) à internacional (p.ex., a área formada pelo conjunto de territórios dos países-membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN); territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente,



mas também podem ter uma existência periódica, cíclica. (SOUZA, 2003, p.81)

Cabe ressaltar ainda que o território, pode se formar e se dissolver, ser instável e estável (SOUZA, 2003). Dessa forma uma noção menos rígida de território, que se apresentava anteriormente, possibilita interpretar outros fenômenos territoriais que antes não se enquadravam sob esse conceito. É o caso, por exemplo, dos territórios de prostituição, cuja característica é a mobilidade espacial e são cíclicas.

Aceitar essa flexibilidade não significa que o território tido como território nacional - com enfoque na escala nacional, tomando como ator o Estado – seja excluído. O Estado, o Poder, o território nacional, podem ser abordados, porém reconhecendo-se que outras formas de território, outros atores e outras relações de poder são relevantes.

Gottmann (1973) acrescenta à noção de território explicitamente a segurança<sup>7</sup>. Território para ele é o resultado de divisões, diversificação e organização do espaço. Este espaço é, dessa forma, compartimentado. Até este ponto, se assemelha às noções mais gerais de território que Raffestin (1980) e Souza (2003) enfatizam. O diferencial de Gottmann (1973) é que, ele acrescenta que o território tem uma função de segurança e ao mesmo tempo de oportunidade.

O par dual segurança/oportunidade apresenta um conflito: a procura por segurança colide com o anseio por maiores oportunidades. (GOTMMANN, 1973). Em outras palavras, a segurança levaria ao isolamento, à proteção do “nós” (a comunidade, ou a iconografia) e a interdependência característica das oportunidades, que está associada ao “outro” (a circulação).

Essas duas categorias se remetem, como Gottmann (1973) declara, à análise política territorial de Platão e de Aristóteles. Para Platão, as cidades-Estado deveriam ser auto-suficientes e reduzir ao máximo possível as interferências do comércio marítimo, por exemplo, pois faria com que o governo da cidade-Estado fosse influenciado por interesses estrangeiros. Relaciona, portanto o isolamento com segurança. Por sua vez, Aristóteles, apresenta a idéia de que há a necessidade de se coordenar segurança com oportunidade. A auto-suficiência para Aristóteles só é

---

<sup>7</sup> Por esse motivo, optou-se por abordá-lo em separado após as noções gerais de Raffestin (1980) e Souza (2003) sobre território, ligando o presente capítulo com o próximo que aborda o conceito de segurança.

possível na medida em que a cidade-Estado adquire mais recursos quanto forem suficientes, através, por exemplo, das trocas com outras cidades-Estado.

Segundo Castro (2005, p.24), Gottmann tinha como “[...] questão central elaborar uma teoria do espaço político capaz de explicar a divisão do espaço mundial e a distribuição do poder em termos de tendência dinâmica mais do que em termos de Estados permanentes”. E o faz através do movimento entre a segurança/iconografia com a oportunidade/circulação.

O autor também contribui sobre as funções da soberania. Ele entende que o Estado Nacional exerce soberania territorial, porém, a partir de algumas mudanças e avanços tecnológicos aplicáveis nas situações de guerra, algumas funções dessa soberania territorial são questionadas.

A função de proteção é uma das que Gottmann (1973) aponta como função questionada já na Primeira Guerra Mundial com a aviação, que pelo uso do espaço aéreo alcançava os territórios nacionais. Na segunda Guerra Mundial, novamente o espaço aéreo é utilizado, desta vez para transportar a bomba atômica. O território em terra já não garante a proteção. Com os satélites, também há a perda de privacidade e de segurança dos Estados nacionais. Assim, o tipo de segurança que a soberania territorial proporcionava por meio da proteção dos limites traçados e demarcados não é mais garantido. (GOTTMANN, 1973, p.130-131).

Com relação ao espaço marítimo, o autor avalia que há a busca por garantir a soberania marítima delimitada por meio de acordos internacionais. Há, desse modo, modificações da soberania, tanto no sentido de ela ganhar e proteger mais campos e assegurar mais territórios, quanto de não garanti-los. Monteiro (2014b, p.81 e p.93) contribui nesse sentido, afirmando que há como se pensar em segurança vinculada à circulação:

A circulação possui, pois, um valor estratégico próprio, está relacionada à conectividade e à posição, mais do que à circunscrição fortificada de uma determinada área que se busca assegurar. Como pensar a segurança em termos de fluxo, movimento, circulação, longas distâncias? Enquanto no caso do vetor territorial<sup>8</sup> o território estatal, na escala nacional, é o mais evidente, no caso do vetor reticular<sup>9</sup> essa vinculação entre segurança e Estado não é tão óbvia. [...] Corresponde aos vínculos em rede estabelecidos entre agentes, estatais e não-estatais, legais e ilegais, que cruzam as fronteiras do Estado condicionadas pela distância (densidade de

<sup>8</sup> Vetor territorial para Monteiro (2014a, p.71), se refere ao território e a fronteira.

<sup>9</sup> Vetor reticular se relaciona aos “dispositivos não-territoriais, relacionados à circulação, às redes e aos fluxos que cruzam as fronteiras” (MONTEIRO, 2014a, p.71).

relações sendo inversamente proporcional à distância), mas não circunscritas a limites institucionais formais e permanentes, o que permite que vínculos regionais do vetor reticular, embora mais tênues, tendam a ir além dos limites do vetor territorial.

Essa enunciação se aproxima de Gottmann (1973, p.156-157):

O território proporciona a uma comunidade separações definidas em termos de leis e governo próprio, mas também proporciona a capacidade de complementaridade com o exterior, com o mundo. [...] é a base para alguma igualdade entre Estados, não importando a variação do tamanho [físico] deles. O território continua funcionando como uma porção de espaço acessível entre a fluidez moderna.

Depreende-se dos dois autores que a segurança física é inatingível no cenário de crescente circulação, mas ao mesmo tempo e na mesma medida em que isso se dá, ocorre o grande paradoxo entre segurança e oportunidade: a circulação proporciona segurança justamente com o contato exterior que a própria soberania territorial garante. Deste modo, o território pode ser considerado ao mesmo tempo como fixidez e fluidez<sup>10</sup>.

## 2.2 DIFERENTES ABORDAGENS E INTERPRETAÇÕES SOBRE SEGURANÇA E DEFESA: CONTRIBUIÇÕES DOS PRINCIPAIS AUTORES

A segurança, retomando a idéia de Buzan (1991) e Buzan e Hansen (2012), por ser um termo político, é caracterizada pela dificuldade em obter um consenso sobre sua conceituação. Diversas visões com raízes e tradições distintas a conceituam de maneiras diferentes.

Segundo os mesmos autores, é possível classificar epistemologicamente três tipos de concepções de segurança: as objetivas, as subjetivas e as discursivas. A abordagem objetiva se baseia na materialidade, analisando que as ameaças são reais por meio de dados concretos.

Por sua vez, a abordagem subjetiva se refere às percepções que os atores têm das ameaças que podem atingi-lo. Por exemplo, alguns Estados podem interpretar que existem ameaças, sendo que na realidade não existem, quanto podem não perceber ameaças onde existiam. Assim está ligada à sensação que o

<sup>10</sup> No capítulo 3, intitulado, “Uma articulação Global-Regional da segurança e defesa na América do Sul”, ao abordar os conflitos e cooperações em segurança na região, a noção de fixidez e fluidez é retomada.

ator em questão tem. Na opinião de Buzan e Hansen (2012), essa concepção se mantém ligada à concepção objetiva, pois os dados materiais serão interpretados pelo ator: “[...] as abordagens subjetivas, em outras palavras, não prescindem da definição objetiva de segurança, mas a contrastam com o “filtro subjetivo”. (BUZAN; HANSEN, 2012, p.68).

A abordagem discursiva refuta a objetividade e a subjetividade da segurança. Isso ocorre por entenderem que as ameaças são construídas e apresentadas por atores políticos como tais. Assim, a ameaça não existiria enquanto não é apresentada e amplamente aceita como sendo uma. Barry Buzan e Lene Hansen (2012) elaboram essas três distinções (TABELA 1):

TABELA 1 - DISTINÇÕES EPISTEMOLÓGICAS DE BARRY BUZAN E LENE HANSEN SOBRE AS DEFINIÇÕES DE SEGURANÇA

	DEFINIÇÃO DE SEGURANÇA
CONCEPÇÕES OBJETIVAS	A ausência/presença de ameaças concretas
	Geralmente definem a segurança em termos materiais relativos
CONCEPÇÕES SUBJETIVAS	A sensação de estar ameaçado ou não
	Enfatizam o contexto social, a história, e as psicologias do medo e das percepções (errôneas)
	Mantêm uma referência objetiva
CONCEPÇÕES DISCURSIVAS	A segurança não pode ser definida em termos objetivos
	Segurança é um ato de fala ( <i>speech act</i> )
	Concentram-se no processo intersubjetivo, através do qual as "ameaças" se manifestam como problemas de segurança na agenda política

FONTE: Adaptado de BUZAN; HANSEN, 2012, p.69

A distinção entre a concepção objetiva e subjetiva foi, conforme Baldwin (1997) e Buzan e Hansen (2012), assinalada por Arnold Wolfers (1952). Esse autor, escreveu, em 1952, o que para autores, como Rudzit (2005), Buzan e Hansen (2012) representou um dos primeiros trabalhos que de fato refletia sobre a segurança quanto conceito e que começou a problematizar mais a fundo a questão. Em seu artigo “*National Security*” as an *ambiguous symbol*, traz a definição que “[...]”

segurança, afinal, é nada mais que a ausência do mal da insegurança, um valor negativo, por assim dizer” <sup>11</sup>. (WOLFERS, 1952, p.488).

Esse termo foi inserido no discurso político das relações internacionais para designar um objetivo da política que o distingue de outros objetivos: “O termo Segurança Nacional, assim como interesse nacional, [...] no discurso político das relações internacionais para designar um objetivo de política distinto de outros [objetivos].” <sup>12</sup> (WOLFERS, 1952, p.483).

Porém, alerta para dois fatos importantes que abrangem melhor o problema da conceituação desse termo e explica porque seria um símbolo ambíguo. O primeiro consiste no que Hughes e Meng (2011) descrevem como uma manipulação do conceito pelos *policy makers*<sup>13</sup>.

Nesse sentido, Wolfers (1952) inicia seu artigo afirmando que os discursos de homens de Estado, da mídia, dos estudiosos, baseados em frases que fazem referência a “Segurança Nacional” ou ao “interesse nacional” – termos que o mesmo autor, indica que se converteram praticamente em sinônimos, nos discursos políticos, no início da Guerra Fria – servem, muitas vezes, para ganhar popularidade e para criar certa unidade frente a uma ação que visam por vezes legitimar. Trata-se, portando, da segurança quanto discurso: “[...] o problema [...] é que o termo segurança abrange uma gama de objetivos tão grandes que políticas altamente divergentes podem ser interpretadas como políticas de segurança.” <sup>14</sup> (WOLFERS, 1952, p.484, tradução nossa).

Convergindo com Wolfers, outro autor, décadas mais tarde, também aponta para o uso da segurança nos discursos. David A. Baldwin, afirma que formuladores e defensores de políticas atrelam suas propostas com a idéia de que elas são “questões de segurança”. Ao utilizar essa expressão, a importância da proposta acaba sendo reforçada. (BALDWIN, 1997).

Defensores de política, é claro, frequentemente tentam ganhar aceitação para suas propostas declarando que estas são “questões de segurança”.

<sup>11</sup> “[...] security after all is nothing but the absence of the evil of insecurity, a negative value so to speak.” WOLFERS, 1952, p.488)

<sup>12</sup> “The term national security, like national interest, is well enough established in the political discourse of international relations to designate an objective of policy distinguishable from others”. (WOLFERS, 1952, p.483).

<sup>13</sup> Termo em inglês utilizado normalmente sem tradução, utilizado para designar os que conduzem, elaboram e executam políticas.

<sup>14</sup> “The trouble with the contention of fact, however, is that the term security covers a range of goals so wide that highly divergent policies can be interpreted as policies of security” (WOLFERS, 1952, p.484)

Forças navais querendo fragatas, educadores querendo bolsas de estudo, os ambientalistas querendo controles de poluição, e assim por diante são susceptíveis de retratar suas respectivas causas como questões de "Segurança Nacional". Neste contexto, a declaração de que algo é um problema de segurança é uma forma de afirmar a sua importância. Assim, pode-se argumentar que a construção de urgência para o conceito de segurança é uma prática comum. Se esta prática é seguida, no entanto, o conceito torna-se inútil para a análise política racional, porque o valor da segurança relativa a outros objetivos terá sido conceitualmente prejudicado. (BALDWIN, 1997, p.20-21, tradução nossa)<sup>15</sup>

Portanto, comumente diversos assuntos intencionalmente são caracterizados como sendo assunto de segurança. Isto é, nas palavras de Wolfers e Baldwin, a segurança é utilizada como um "rótulo".

O segundo ponto importante, estritamente ligado ao anterior, - onde residiria a principal contribuição de Wolfers e que demonstra a diferenciação das concepções que Buzan e Hansen (2012) assinalam - é o alerta de que o conceito de segurança, em sua natureza (HUGHES; MENG, 2011) - mesmo sendo analisado, por muitos estudiosos e *policy-makers*, como uma concepção objetiva – tem um caráter subjetivo:

"[...] segurança, num sentido objetivo, mede a ausência de ameaças aos valores adquiridos, em um sentido subjetivo, a ausência de medo que tais valores sejam atacados. [...] Há diferenças entre a conotação objetiva e a subjetiva do termo segurança. A discrepância entre eles é importante nas relações internacionais apesar do fato de que a chance de um ataque futuro nunca pode ser mensurado objetivamente, deve permanecer sempre uma questão de especulação e avaliação subjetiva." (WOLFERS, 1952, p.485, tradução nossa).<sup>16</sup>

A subjetividade, portanto, advém do fato de que esse termo tem pouco significado em si mesmo, isto é, quanto definição; e terá completo significado se for analisado dentro do contexto em que é utilizado, quanto conceito. Em outras

---

<sup>15</sup> "Policy advocates, of course, often try to win acceptance for their proposals by declaring them to be 'security issues'. Navies wanting frigates, educators wanting scholarships, environmentalists wanting pollution controls, and so on are likely to portray their respective causes as matters of 'national security'. In this context the declaration that something is a security issue is a way of asserting its importance. Thus one may argue that building urgency into the concept of security is a common practice. If this practice is followed, however, the concept becomes useless for rational policy analysis because the value of security relative to other goals will have been conceptually prejudged." (BALDWIN, 1997, p.20-21)

<sup>16</sup> "[...] security, in a objective sense, measures the absence of threats to acquired values, in subjective sense, the absence of fear that such values Will be attacked. [...] The possible discrepancy between the objective an subjective connotation of the term is significant in international relations despite the fact that the chance of future attack never can be measured "objectively"; it must always remain a matter of subjective evaluation an speculation." (WOLFERS, 1952, p.485)

palavras, por não constituir o mesmo para todos, seu significado é atribuído de maneira distinta.

Para entender a segurança, deve-se ter como certo, com base nesse autor, que o seu teor, suas diretrizes e em última instância, seu próprio significado não pode ser generalizado e considerado o mesmo para cada sujeito, e portanto, suas ações também não seguem um mesmo padrão.

Arnold Wolfers (1952) se questiona porque as nações não atuam da mesma forma frente às ameaças. Por isso, ele tece diversas explicações para a falta de universalidade nesse sentido.

O fato principal, segundo ele, seria que cada Estado e nação, não lida com os mesmos perigos e não os interpretam com o mesmo grau de urgência. Nas palavras de Wolfers (1952, p.486-487), mesmo que muitos autores utilizem como hipótese e considerem que todos os Estados são inimigos e, portanto, todos estariam em eminente perigo da mesma maneira, “[...] nenhuma nação soberana está livre de um ataque futuro” <sup>17</sup>, mas existem diferentes níveis de ameaça e reações à elas”.

Entende-se, portanto, que as concepções objetivas avaliam apenas as ameaças do ponto de vista quantitativo, materiais (WOLFERS, 1952; BUZAN; HANSEN, 2012). As subjetivas acrescentariam às objetivas a percepção de cada sujeito sobre o seu contexto e sobre as ameaças que poderiam atingi-lo. Essas percepções normalmente são errôneas segundo Buzan e Hansen (2012, p.67-68).

Estados assim como pessoas, podem habitar qualquer ponto do espectro entre paranóicos (enxergando ameaças onde elas não existem), passando pelos racionais (avaliando as ameaças corretamente), até os complacentes (não enxergando, ou não se importando com as reais ameaças).

O artigo de Wolfers (1952) é retomado por Baldwin (1997). Este declara que seu estudo é complementar ao anterior e busca trazer mais elementos para a discussão do conceito de segurança.

Baldwin (1997) também na tentativa de complementar com novos critérios para conceituar segurança, critica uma confusão normativa e empírica, que segundo ele, diversos autores apresentam. Em sua opinião estes estariam mais voltados para a redefinição das agendas dos Estados, incluindo temas e propostas, do que com o

---

<sup>17</sup> “[...] that no sovereign nation can be absolutely safe from future attack [...]” (WOLFERS, 1952, p.487).



conceito em si. Além disso, para ele, esses argumentos apresentados privilegiam, muitas vezes, alguns grupos e alguns valores mais que outros.

Wolfers (1952), em determinado momento, explicita que o conceito de segurança deve ser utilizado seguindo especificações. Baldwin (1997) então, se propõe a desenvolver essas especificações, que auxiliariam a pensar o conceito de segurança e podem ser utilizadas nos estudos de questões de segurança. Assim, admite que

Poderia especificar a segurança no que diz respeito ao ator cujos valores devem ser protegidos, os valores em questão, o grau de segurança, os tipos de ameaças, os meios para lidar com essas ameaças, os custos de fazê-lo, e o período de tempo relevante. A questão permanece, no entanto: "Quanto de especificação é o suficiente?" Devem todas estas dimensões ser especificadas em detalhes cada vez que alguém usa o conceito de segurança? Obviamente não. Tanto o número de dimensões em necessidade de especificação e o grau de especificidade requerida irá variar com a tarefa de investigação em questão.<sup>18</sup> (BALDWIN, 1997, p.17, tradução nossa).

A primeira especificação seria a reflexão: *segurança para quem?* Esse tópico é descrito como essencial, pois a segurança tem que especificar um objeto referente. (BALDWIN, 1997; BUZAN, 1991). Baldwin (1997) se baseia em Buzan (1991) para esclarecer o que seria o objeto referente.

Buzan (1991) infere que uma resposta simples como apenas "o Estado", não é suficiente, pois, existem diversos Estados, e para cada um o contexto é completamente diferente, bem como as necessidades e entendimentos. Além disso, entende que mais atores podem estar envolvidos, contudo, o autor estrutura apenas três: o indivíduo, o Estado e o sistema Internacional. Ele reconhece que existem outros atores e acredita que essas três categorias não devam ser fechadas, mas, utiliza apenas esses.

Assim sendo, a segurança pode ser para o indivíduo, o Estado ou o Sistema Internacional. Contudo, para cada um destes deve-se especificar se é algum específico, ou um conjunto, ou ainda, todos. Isto é, ao se falar de segurança deve-se deixar claro a quem essa segurança se remete: é a segurança de um indivíduo, de

---

<sup>18</sup> [...] one could specify security with respect to the actor whose values are to be secured, the values concerned, the degree of security, the kinds of threats, the means for coping with such threats, the costs of doing so, and the relevant time period. The question remains, however: 'How much specification is enough?' Must all of these dimensions be specified in detail every time one uses the concept of security? Obviously not. Both the number of dimensions in need of specification and the degree of specificity required will vary with the research task at hand. (BALDWIN, 1997, p.17)



alguns indivíduos ou de todos, e o mesmo se aplica ao Estado e ao sistema internacional.

A segunda especificação seria: *segurança para quais valores?* Parte-se do princípio que cada indivíduo, cada Estado e outros atores, tem valores. Esses valores seriam os mais diversos possíveis. Portanto, haveria a necessidade de entender quais valores estão incluídos no conceito de segurança que são utilizados. (BALDWIN, 1997). Considera também que tradicionalmente, é condicionado que a Segurança Nacional refere-se aos valores de independência política e integridade territorial. Baldwin (1997) admite que outros valores além destes tradicionais podem ser considerados.

As especificações de “*segurança para quem?*” e “*segurança para quais valores?*” são, para o autor, as mais relevantes. Outras são elencadas, e por mais que não precisem necessariamente ser utilizadas, auxiliam na compreensão do fenômeno: *quantidade de segurança? De quais ameaças? Por quais meios? A que custo? Em que período de tempo?*

Sobre a *quantidade de segurança* Baldwin (1997) retoma diversos autores para demonstrar que os entendimentos variam com relação à esse tópico. Para Arnold Wolfers (1952) segurança seria um valor que uma nação pode ter a mais ou a menos e pode almejar adquirir mais ou menos (existiria a opção de querer ter menos segurança). Nesse caso, a segurança seria vista como uma questão de grau. (WOLFERS, 1952; BALDWIN, 1997).

Embora concorde com essa posição, Baldwin (1997), assinala que Bernard Brodie - que escreveu em 1952, no mesmo período que Wolfers – destacava que para muitos autores e *policy makers*, segurança não é questão de grau, e sim, um valor absoluto. Para exemplificar, Brodie relembra algumas palavras do General Jacob Devers<sup>19</sup> que diziam que não existe uma segurança parcial: ou se está seguro ou se está inseguro. Caso esteja parcialmente seguro, significa que se está inseguro.

Barry Buzan (1991) assinala que entender se a segurança é uma questão de grau ou não, é complexa, pois há uma dificuldade que a própria semântica da palavra coloca. Semanticamente segurança remeteria a algo absoluto: ou se está seguro, ou não está. Também questiona que se for realmente uma questão de grau,

---

<sup>19</sup> O General Jacob L. Devers fez parte da *United States Army*. Serviu no Panamá e na Europa durante a Segunda Guerra Mundial.

haverá sempre a dificuldade de se perguntar o quanto de segurança é suficiente para determinado objetivo e que nunca haveria uma resposta precisa para essa questão. Baldwin (1997) discorda que essa pergunta seria uma dificuldade negativa, pois para ele, é justamente essa a pergunta que sempre deve ser feita quando se analisa ou se toma alguma decisão política frente a um problema de segurança.

O tópico a segurança frente a *quais ameaças* é relevante para o autor, porque as ameaças frente aos valores adquiridos derivam de diversas fontes e existem duas visões distintas sobre isso:

O conceito de ameaça referidos nesta especificação diferente do utilizado por muitos estudantes de política internacional e estratégia nacional. Esses estudiosos costumam usar a ameaça termo para se referir às ações que transmitem um compromisso condicional para punir a não ser os próprios exigências sejam atendidas. Na linguagem comum, no entanto, um muitas vezes encontra referências a epidemias, inundações, terremotos ou secas como "ameaças" para valores adquiridos. Ullman e outros têm argumentado que o conceito de segurança deve ser expandido para incluir tais fenômenos.<sup>20</sup> (BALDWIN, 1997, p.15-16, tradução nossa).

Baldwin (1997) concorda com a visão de Ullman (1983) de que se pode utilizar um conceito amplo de ameaças.

Com relação aos meios utilizados - *por quais meios* - Baldwin (1997) entende que diversos meios podem ser utilizados para se atingir o objetivo de ter segurança. Desse modo o autor converge com Wolfers (1952) que, inclusive, admite que políticas distintas possam ser adotadas para se buscar a segurança.

E é com relação aos meios que Baldwin faz um alerta, que será fundamental para o presente trabalho.

A especificação desta dimensão da segurança é especialmente importante nas discussões de política internacional. Desde a publicação do artigo de Wolfers, "Estudos de Segurança" surgiram como um subcampo reconhecido nas relações internacionais. A tendência de alguns estudos de segurança para definir o subcampo inteiramente em termos de "a ameaça, uso e controle da força militar" pode levar a confusão sobre o meio pelo qual a segurança pode ser conduzida. Ele também pode prejudicar a discussão a favor de uma solução militar para os problemas de segurança.<sup>21</sup> (BALDWIN, 1997, p.16, tradução nossa)

<sup>20</sup> "The concept of threat referred to in this specification differs from that used by many students of international politics and national strategy. Such scholars often use the term threat to refer to actions that convey a conditional commitment to punish unless one's demands are met. 52 In ordinary language, however, one often finds references to epidemics, floods, earthquakes, or droughts as 'threats' to acquired values. Ullman and others have argued that the concept of security should be expanded to include such phenomena". (BALDWIN, 1997, p.15-16)

<sup>21</sup> "Specification of this dimension of security is especially important in discussions of international politics. Since the publication of Wolfers' article, 'security studies' has emerged as a recognized

A próxima especificação de Baldwin (1997) é com relação aos custos da segurança: *a que custo?* O autor diz que muitos silenciam essa questão, utilizando apenas dados de gastos de armamentos, porém sem grandes reflexões. A busca por segurança envolveria custos. Estes não são necessariamente custos em valores monetários, mas vão além disso. Wolfers (1952), por exemplo, aprofunda a questão dos custos, se referindo ao sacrifício que os Estados fazem de outros valores que se têm para priorizar o valor da segurança.

Baldwin discorre sobre o quão importante a segurança seria com relação aos outros valores. Essa questão é fundamental para se pensar os custos, mas mais além, para pensar a própria segurança, pois admite que a segurança não é um valor central necessariamente. Para isso, Baldwin (1997) lança mão de três teorias: a abordagem do valor privilegiado, a abordagem do valor central e a abordagem do valor marginal.

A abordagem do valor privilegiado entende que a vida não pode se desenvolver sem segurança, e que outros valores derivam do valor da segurança. Baldwin (1997) cita que essa visão é inspirada em Thomas Hobbes, e diversos autores a partir disso afirmam que a segurança seria um pré-requisito para se garantir os outros valores como liberdade, prosperidade e outros.

O ponto contestado por Baldwin é de que isso não condiz com o que os Estados realmente fazem: recursos não são todos alocados em segurança nem quando se está em guerra e que existem outros valores que podem até ser mais importantes para algum Estado do que a segurança.

A abordagem do valor central entende que a segurança é um entre vários valores importantes. O problema dessa visão, para o autor, é que permite que recursos sejam alocados apenas nos valores centrais, não justificaria que recursos fossem gastos em valores não centrais (*non-core* nas palavras do autor).

A abordagem do valor marginal, defendida por Baldwin, é de que a lei da utilidade marginal, de raiz econômica, pode ser aplicada à segurança. Haveria uma quantidade mínima de cada elemento necessária para sustentar a vida. Porém o quanto cada uma vale dependeria da quantidade que se tem. A segurança nesse contexto seria apenas um dos vários objetivos políticos que compete para que

---

subfield in international relations. The tendency of some security studies scholars to define the subfield entirely in terms of 'the threat, use, and control of military force' 54 can lead to confusion as to the means by which security may be pursued. It can also prejudice discussion in favour of military solutions to security problems". (BALDWIN, 1997, p.16)

recursos sejam investidos nela. Estaria então sujeita à outra lei econômica: a dos rendimentos decrescentes. Assim, o valor de um incremento na Segurança Nacional para um país não é igual ao valor de outro país. Não depende apenas do quanto de segurança é necessário, mas também do quanto já se tem. O recurso será alocado na segurança caso o retorno seja maior do que se fosse alocado em outro. (BALDWIN, 1997).

E, por fim, a última especificação - *em que período de tempo* - Baldwin diferencia o longo prazo e o curto prazo na segurança. Isto é, um problema de segurança ou uma estratégia almejando a segurança de um país sobre determinado tema, é diferente ao se considerar o curto prazo e o longo prazo.

Baldwin, como é possível verificar, não traz um conceito delimitado de segurança, porém traz elementos para que se utilize a segurança em análises. Entretanto, em seus comentários é possível verificar algumas situações que ele afasta ou agrega ao seu entendimento. Exemplo disso seriam as especificações descritas anteriormente. Ademais, o autor demonstra concordar sobremaneira com a obra de Arnold Wolfers (1952) e com relação a Barry Buzan (1991), discorda de alguns pontos e concorda com outros.

Para entender melhor essas críticas, cabe avaliar a obra de Buzan (1991), porém como esse autor tem outras obras posteriores que avançam o seu pensamento sobre segurança, optou-se por abordá-las em conjunto.

Buzan desenvolveu diversas obras acerca do tema da segurança e as obras escolhidas para a análise foram: a introdução do livro *People, State & Fear: an agenda for International Security Studies in the post Cold-War Era* (1991), e *Security: a new framework for analysis* (1998), escrito em conjunto com Ole Wæver e Jaap de Wilde.

Buzan (1991) deixa claro que não tem a intenção de resolver nenhuma contradição que o conceito de segurança apresenta, mas sim de incluí-las ao debate. Uma vez que, avalia a segurança como um “conceito essencialmente contestado”<sup>22</sup> e que, portanto, produziria por si mesmo diversas contradições que

---

<sup>22</sup> Na Teoria Política existem conceitos que são classificados como “essencialmente contestados”. O que significa que se trata de conceitos que apresentam contradições tão profundas que não permitem que seja feita uma definição precisa. Alguns conceitos que são classificados assim são: democracia, justiça, liberdade. Essa expressão foi criada por Walter Gallie na década de 50. Ele apresenta alguns critérios para que um conceito fosse classificado como “essencialmente contestado”. Embora esse debate aplicado à segurança seja relevante, não é o objetivo do presente trabalho apresentar a fundo esse questão específica. O objetivo, sim, seria de ressaltar essa questão para demonstrar como o

não permitem a construção de uma definição consensualmente aceita. (BUZAN, 1991).

Baldwin (1997) e Booth (2007, p.100) rebatem essa classificação, por considerarem que não é o caso do conceito de segurança. Baldwin, ainda critica o uso que alguns autores fazem dessa noção como justificativa para não desenvolverem o conceito, não aprofundando-o. Para ele, o correto e mais apropriado seria dizer que a segurança é um conceito “insuficientemente explicado”:

Alguns estudiosos têm descrito segurança como um "conceito essencialmente contestado". [...] Não está claro, no entanto, que a segurança deveria ser classificada como um conceito essencialmente contestado [...]. O propósito desta discussão não é para resolver a questão, mas apenas de salientar que esta questão é mais difícil de responder do que aquelas que classificam a segurança como um conceito essencialmente contestado implicam. [...] Na medida em que o conceito é realmente contestado, isto não parece resultar de "contestabilidade essencial". Segurança é mais apropriadamente descrita como um conceito confuso ou mal explicado do que como um essencialmente contestado. (BALDWIN, 1997, p.10-12, tradução nossa).<sup>23</sup>

Porém, mesmo Buzan admitindo ser um “conceito essencialmente contestado” e não contribuindo com uma definição fechada de segurança, apresenta algumas noções sobre ela.

Uma primeira consideração é a de que a segurança seria uma lente para se enxergar os fenômenos. Buzan (1991) considera que a escolha de um conceito é como escolher uma lente sobre a qual o fenômeno será observado. Assim como o conceito de poder pode ser empregado, para o mesmo fenômeno se pode utilizar o conceito de segurança.

Aprofundando um pouco mais, a segurança, para esse autor, não é estritamente militar. Ela seria dividida em cinco setores que não são isoladas: segurança militar, segurança política, segurança econômica, segurança societal, segurança ambiental. Essa proposta de um enfoque amplo da segurança foi

---

conceito de segurança passa por um debate mais profundo apenas nas últimas quatro décadas, no qual não há consenso nem se o conceito de segurança é um “essencialmente contestado” ou não. Cf.: BHAL, 2014; BOOTH, 2007; COLLIER, et.alli, 2006; SILVA, 2011.

<sup>23</sup> “Some scholars have depicted security as an 'essentially contested concept'. [...] It is not clear, however, that security should be classified as an essentially contested concept [...]. The purpose of this discussion is not to settle the issue, but only to point out that this question is more difficult to answer than those who classify security as an essentially contested concept imply. [...] Insofar as the concept is actually contested this does not seem to stem from 'essential contestability'. Security is more appropriately described as a confused or inadequately explicated concept than as an essentially contested one”. (BALDWIN, 1997, p.10-12)

defendida por diversos autores, como Robert Ullman e o próprio Baldwin (1997) que declarava não ver motivos para não se analisar de maneira ampliada. Ao utilizar essa abordagem ampliada, haveria uma redução do olhar estritamente militar que, sobretudo durante a Guerra Fria, acabava ocorrendo, e ampliar-se-ia a agenda de segurança para os outros setores.

Para compreender cada um dos setores o conceito de *speech act* e o de *securitização* são relevantes. Esses conceitos são desenvolvidos por Ole Wæver (1989) e o entendimento de segurança, nesse caso, faz parte da abordagem discursiva, anteriormente destacada.

O que é então segurança? Com a ajuda da teoria da linguagem, podemos considerar a "segurança" como o uso de um ato de discurso, a segurança não é de interesse como um sinal de que se refere a algo mais real; o próprio enunciado é o ato. [...] Ao pronunciar "segurança", um representante de estado movimenta um determinado desenvolvimento em uma área específica e, portanto, reivindica um direito especial para usar os meios necessários para bloqueá-lo.<sup>24</sup> (WÆVER, 1995, p.6-7, tradução nossa).

Dessa maneira, e utilizando o Estado como objeto referente, Wæver (1995) entende que o ato de fala seria uma parte do processo de securitização de alguma questão. A securitização seria, justamente, o processo de rotular uma situação ou acontecimento como sendo assunto de segurança. Em outras palavras, um tema que estaria em uma esfera política comum, passaria, por meio do processo de securitização, para a esfera da segurança que seria de política emergencial, e muitas vezes confidencial. (DUQUE, 2009, pg.479).

Algumas implicações importantes derivam disso. A primeira seria que algum acontecimento pode ser securitizado, não sendo necessariamente real, mas desde que seja apresentado assim. (PAGLIARI, 2009; RUDZIT; NOGAMI, 2010). Inclusive, pode ser fruto da percepção ou intenções de uma elite política que passa, através do ato de fala e de uma aceitação pública, a transformar a questão em um assunto de segurança.

A segunda implicação seria que, ao ter o rótulo de questão de 'segurança', o Estado justifica a utilização de medidas que ele próprio define para lidar com essa

---

<sup>24</sup> What then *is* security? With the help of language theory, we can regard "security" as theory, we a *speech act* this usage, security is not of interest as a sign that refers to something more real; the utterance *itself* is the act. [...] By uttering "security," a state-representative moves a particular development into a specific area, and thereby claims a special right to use whatever means are necessary to block it.(WÆVER, 1995, p.6-7)



questão. Acrescenta-se ainda o que Buzan (1991) ressalta: o próprio conceito de segurança dificulta a separação entre o que deveria ser considerado uma questão de segurança e, conseqüentemente, o caráter de urgência que esta caracterização confere às questões, e o que seriam “incertezas cotidianas”. Wæver (1995, p.6) explicita essas questões no seguinte excerto.

O que realmente faz algo um problema de segurança? Como sugeri [...] os problemas de segurança são desenvolvimentos que ameaçam a soberania ou independência de um estado de uma forma particularmente rápida ou dramática, e privá-lo da capacidade administrar por si só. Isto, por sua vez, enfraquece a ordem política. Tal ameaça deve, portanto, ser atendida com a mobilização de esforço máximo. Operacionalmente, no entanto, isto significa: Ao nomear um certo problema de segurança, o "estado" pode reivindicar um direito especial, que irá, em última instância, ser sempre definido pelo Estado e suas elites. Tentar pressionar o tipo de mudança política fundamental indesejada em uma elite dominante é semelhante a jogar um jogo em que o oponente pode mudar as regras a qualquer momento que ele / ela goste. Detentores do poder podem sempre tentar usar o instrumento de securitização de um assunto para ganhar controle sobre ele. Por definição, algo é um problema de segurança quando as elites declararem que é.<sup>25</sup> (WÆVER, 1995, p.6, tradução nossa).

Um tema pode ser não politizado, politizado e securitizado. O autor trabalha com a idéia de que essas três categorias estariam em um espectro. Por conseguinte, um tema não politizado seria aquele que não é objeto de discussão pública e nem o Estado lida com ele; o politizado, por sua vez, é objeto de políticas públicas por parte do Estado, e por fim, o securitizado, seria considerado como uma ameaça que exige medidas à nível emergencial e urgente. (PAGLIARI, 2009).

Barry Buzan, Ole Wæver e Jaap de Wilde (1998) distinguem três unidades que estão envolvidas no *speech act*, e que dessa maneira, fazem parte de algum modo no processo de securitização. O objeto referente – também mencionado por Baldwin (1997) como um elemento importante nas análises sobre segurança – que seriam os que sofrem a ameaça; os atores securitizadores ao declararem que algum objeto referente está ameaçado, securitizam as ameaças; e, os atores funcionais

---

<sup>25</sup> “[...] What really makes something a security problem? As I have suggested above, security problems are developments that threaten the sovereignty or independence of a state in a particularly rapid or dramatic fashion, and deprive it of the capacity to manage by itself. This, in turn, undercuts the political order. Such a threat must therefore be met with the mobilization of the maximum effort. Operationally, however, this means: In naming a certain development a security problem, the "state" can claim a special right, one that will, in the final instance, always be defined by the state and its elites. Trying to press the kind of unwanted fundamental political change on a ruling elite is similar to playing a game in which one's opponent can change the rules at any time s/he likes. Power holders can always try to use the instrument of securitization of an issue to gain control over it. By definition, something is a security problem when the elites declare it to be so [...]” (WÆVER, 1995, p.6)

são os demais atores que de algum modo podem influenciar e interferir na questão que está sendo securitizada. (BUZAN et. alli., 1998).

Alertam que pode haver uma confusão na distinção entre objeto referente e agente securitizador. Na maioria das vezes o Estado ou a nação são identificados como objetos referentes nos discursos de agentes estatais. Nesse exemplo, os agentes estatais são os atores securitizadores e o Estado ou a nação, o objeto referente.

Os autores utilizam essas três unidades para analisar cada um dos setores - setor militar, setor político, setor econômico, setor societal e setor ambiental - da segurança (tida como ampliada), além de identificar características das agendas de cada um.

O setor militar – o mais relevante para o presente estudo - tem como objeto referente principal o Estado. Em uma visão tradicional, seria o único, porém, em uma perspectiva ampliada, pode ser as Forças Armadas, por exemplo. Por mais que as Forças Armadas façam parte do Estado, há uma diferença, pois na visão tradicional, o estado é entendido como uma unidade coesa, sem subdivisões. Na visão ampliada, as burocracias do Estado, podem ser estudadas em separado.

Esse setor ainda pode compreender dois âmbitos diferentes tendo o Estado como objeto referente: o externo e o interno. A agenda de segurança militar abrange as ameaças externas e internas e a capacidade que os Estados teriam de resistir perante as mesmas. Além disso, admitem que há a possibilidade do uso de força militar frente às ameaças que não são de cunho militar. (BUZAN, et.alli, 1998).

Referente às ameaças internas, Buzan et. alli (1998, p.50, tradução nossa) retomam outro autor, Mohammed Ayoob, que entende que nesses casos, há muito mais preocupação com a capacidade da elite dominante manter “[...] a paz civil, a integridade territorial e, a mais controversa, a máquina do governo, em face dos desafios de seus cidadãos”<sup>26</sup>.

Os atores securitizadores nesse caso podem ser de distintas escalas: grupos de pressão, expertos sobre o assunto, até mesmo, a Secretaria Geral da ONU. Do mesmo modo, os atores funcionais são numerosos. Entre eles, destacam-

---

<sup>26</sup> “When the perceived threat is internal, military security is primarily about the ability of the ruling elite to maintain civil peace, territorial integrity, and, more controversially, the machinery of government in the face of challenges from citizens. (BUZAN, et.alli, 1998, p.50)



se, agências, mercenários, indústria armamentista, grupos de pressão. (BUZAN et. alli, 1998).

O setor militar e o político se interligam em alguns momentos, porque para a construção doméstica e na vida do Estado e para a posição do mesmo no sistema internacional, os dois setores, que representariam a força e o consenso, atuam lado a lado. (BUZAN et. alli, 1998). Entretanto, são distintos do ponto de vista dos autores.

Identificam que esse setor é o mais difícil de compreender, pois, todos os outros setores, por se tratar de segurança são políticos por essência. Isso quer dizer que a segurança, por ser entendida como um fenômeno político, pela securitização ser um ato político, pelas ameaças à segurança também serem definidas politicamente, verifica-se que cada setor é político também: setor político-militar, setor político-econômico, e assim por diante. O que difere o setor político dos demais são os meios utilizados frente às ameaças. Se há uma resposta militar, se enquadrará no setor militar, por exemplo.

Dessa maneira, o setor político se refere à manutenção da organização e da ordem social, refletindo princípios que balizam o sistema internacional interestatal. Desse modo, inclui ameaças aos princípios como os Direitos Humanos, a soberania nacional. O setor militar, por sua vez, com as ameaças físicas. A própria soberania do Estado e até mesmo as organizações supranacionais são os objetos referentes desse setor. Os securitizadores, são os atores ligados aos governos (burocracias, partidos), e as organizações supranacionais também (dependendo da eficácia que estas têm perante os Estados que as compõe).

O setor societal faz referência às ameaças às identidades, seja identidade religiosa, identidade nacional, identidade cultural. A insegurança dessas identidades faz referência as ameaças à sobrevivência dessas coletividades, sendo que essas ameaças, normalmente, são históricas.

Alguns exemplos de ameaças societais apontados pelos autores são a questão da migração, que ao longo dos períodos altera a composição da população de determinada comunidade; influências de culturas vizinhas que vão aos poucos adaptando a cultura existente; projetos de integração onde grupos deixam de se identificar como costumavam.

Os autores fazem distinção entre o termo societal e social. A diferença estaria no nível de análise utilizado e na natureza da ameaça. As ameaças sociais

se refeririam ao nível individual, e o societal a um nível coletivo. E as ameaças sociais seriam de cunho econômico. Embora admitam que há conexão entre segurança societal e as condições sociais individuais – já que estas influenciam as identidades -, não aprofundam a questão.

O objeto referente, nesse caso, seriam os grupos que tem identidades coletivas, sejam grupos com identidade étnica, religiosa e outros. Esses grupos podem ser os Estados, apenas no caso específico de uma nação corresponder a um Estado. Não são identificados os atores securitizadores e os atores funcionais. (BUZAN, et.alli, 1998).

O setor ambiental apresenta duas agendas distintas. A agenda científica é composta pelas pesquisas e debates científicos e a política, que envolve as políticas públicas, acordos internacionais, enfim, as respostas governamentais para a questão ambiental. Ambas as agendas apresentam processos de securitização, pois, por exemplo, a agenda científica pode contribuir na securitização de alguma questão.

Ademais, os objetos de referencia são amplos, pois é o próprio meio ambiente como uma unidade, e pode ser também a qualidade de vida que a civilização (como um todo, em termos generalizantes) apresenta (BUZAN, et.alli, 1998, p.75). Com relação aos atores funcionais e atores securitizadores, são os mesmos na questão ambiental. Eles podem ser divididos de acordo com o papel que têm: os *atores condutores* e os *atores veto*. Alguns Estados, ONG's e algumas comunidades científicas, são *atores condutores*, por encaminharem pautas ambientais, que podem ser locais, para a esfera internacional ou nacional em busca de acordos internacionais ou políticas públicas. Os *atores veto* - outros Estados, empresas, outras comunidades científicas - são os que tentam barrar o processo de securitização de questões ambientais, tentando retirá-las das agendas de segurança e também das agendas políticas. (BUZAN, et.alli, 1998).

O setor econômico tem como objetos referentes o liberalismo econômico (que é dominante na agenda econômica), as leis de mercado, Organizações e regimes internacionais econômicos (OMC, acordos econômicos, blocos regionais econômicos como o MERCOSUL, NAFTA). As empresas atuam fundamentalmente como atores securitizadores, juntamente com os Estados, e como atores funcionais.

As questões econômicas podem produzir movimentos tanto de cooperação, quanto de conflitos, podendo envolver, inclusive, meios militares. Na Europa no

século XX, evitou que disputas militares de grande proporção ocorressem entre os Estados, através de um aprofundamento de relações econômicas (BUZAN, et.alli, 1998); mas em outros casos pode aumentar o conflito, através da busca por domínio de recursos e mercados.

Por fim, é necessário salientar a existência de uma diferenciação que Mohammed Ayoob (1995) assinala sobre a maioria das contribuições, acerca do conceito de segurança, serem aplicáveis ao que ele caracteriza como Estados Ocidentais. Sua argumentação consiste em que existiria um Conceito Ocidental de Segurança, o qual entende de maneira geral a segurança como o estado de se proteger frente à ameaças externas que afetam os interesses e valores dos Estados. Esse conceito não poderia ser utilizado por países que ele denomina de “países de Terceiro Mundo”.

Ayoob (1995) acaba relacionando a segurança desses países à outra questão: a construção do Estado (*State Building*). O objeto de referência (utilizando a terminologia de Buzan, et.alli, (1998)) nesse caso seria a própria construção do Estado. Por conseguinte, o autor afigura-se que as maiores fontes de insegurança, ou seja, ameaças aos países de terceiro mundo seriam provenientes de seus interiores: “[...] a sensação de insegurança que estes estados [os Estados do Terceiro Mundo] sofrem emana em grande parte de dentro das suas fronteiras, em vez de, a partir do exterior” <sup>27</sup>. (AYOOB, 1995, p.7, tradução nossa).

Uma distinção conceitual entre segurança e defesa também é apontada por alguns autores. Porém, como ocorre com a própria segurança, essa distinção não é consensual. Monteiro (2014a, p.65) identifica algumas delas, observando as que mais usualmente são feitas.

- a) Segurança como referência ao âmbito interno e defesa, ao âmbito externo.
- b) A Defesa sendo de responsabilidade militar, enquanto segurança seria de responsabilidade de múltiplas agências, podendo incluir os militares também.
- c) Na mesma linha da distinção anterior, a defesa pode ser associada aos conflitos interestatais e a segurança aos conflitos de âmbito doméstico, transnacional e não-estatal. O autor aponta que por conta da utilização cada vez

---

<sup>27</sup> “[...] the sense of insecurity from which these states suffer emanates largely from within their boundaries rather than from outside[...].” (AYOOB, 1995, p.7)

mais freqüente das FFAA em ações que seriam tratadas pelas polícias, essa diferenciação apresenta dificuldades se aplicada aos casos práticos.

d) Uma quarta distinção seria a de que segurança seria uma condição e a defesa seria a ação para se manter essa condição estabelecida.

A primeira diferenciação é contestável por conta de todos os autores que trabalham com o conceito de segurança - inclusive os que utilizam as concepções de segurança ampliada - admitirem que a segurança também diz respeito ao âmbito externo, às ameaças externas, e não ao âmbito interno. A quarta diferenciação, inclusive é uma contestação da primeira. O termo segurança pode ser dissociado em âmbito externo e segurança de âmbito interno<sup>28</sup>. Essa separação ocorre de acordo com a origem das ameaças existentes.

Segurança externa: A ONU define como a situação na qual os Estados se sentem livres da ameaça militar, pressão política ou coerção econômica [...], e se associa a possibilidade ou existência de conflitos basicamente interestatais e as Forças Armadas como instrumento de ação. Segurança interna é a condição que requer assegurar os mecanismos para prevenir, lutar e neutralizar ameaças, que são geradas dentro do país, atentam contra a vida e os bens dos cidadãos e o desfrute de suas liberdades, direitos e garantias. (BORGEN, 2009, p.20) <sup>29</sup>.

Além disso, Borgen (2009, p.22), por exemplo, relaciona a defesa nacional como um componente da segurança: “A defesa nacional se define também como o marco em que se desenvolvem as condições para resguardar os interesses nacionais e como um fator a mais que contribui para gerar a condição de segurança de um país.” <sup>30</sup>

A segunda e terceira diferenciação, se combinadas, definem que a Segurança, vista de maneira ampliada, envolve questões de ordem doméstica, transnacional, não-estatal, e os meios para reagir às ameaças, que podem vir de fontes diferentes do Estado, devem ser feitas por meio de múltiplos atores, que não

<sup>28</sup> Os autores costumam utilizar o termo Segurança Pública como sinônimo da Segurança que é de âmbito interno.

<sup>29</sup> “Seguridad interna: La ONU la define como la situación en la cual los estados se sienten libres de amenaza militar, presión política, o coerción económica [...] y se asocia a la posibilidad o existencia de conflictos básicamente interestatales y a las Fuerzas Armadas como instrumento de acción. Seguridad interna: ES La condición que requiere asegurar los mecanismos para prevenir, luchar y neutralizar las amenazas. Que generadas dentro del país, atentan contra la vida y los bienes de los ciudadanos y el goce de sus libertades, derechos y garantías.” (BORGEN, 2009, p.20)

<sup>30</sup> “La defensa nacional se define también como el marco en que se desarrollan las condiciones para resguardar los intereses nacionales y como factor más que contribuye a generar la condición de seguridad de un país.” (BORGEN, 2009, p.22)

apenas as FFAA. A Defesa seria, nesse caso, associada aos conflitos interestatais, no sentido mais tradicional, incumbindo as FFAA da tarefa de combater essas ameaças – estas sendo associadas à soberania externa dos Estados.

Uma ressalva deve ser feita, entretanto: o autor entende que, com relação a formulação de políticas de Defesa, a tarefa não deve ser exclusivamente militar. Deve ser debatida com a sociedade civil, partidos políticos, acadêmicos, FFAA. (SAINT-PIERRE, 2009, p.45)

Com relação aos meios utilizados para a segurança, Hector Luis Saint-Pierre (2003; 2004; 2008; 2009), Tibiletti (2001), Borgen (2009), Mathias (2004), alertam para a utilização mais frequente das FFAA em atividades que seriam de responsabilidade de outras agências, por se tratar de temas de segurança (ampliada). Esses autores, parecem entender que há que se diferenciar segurança de defesa de acordo com a empregabilidade dos meios para combater as ameaças do que cada uma dessas duas esferas compreendem.

Estes mesmos autores utilizam as expressões “militarização das questões de segurança” ou “policização das FFAA” para designar a o emprego e atuação que as FFAA, nos países latino-americanos - que é a realidade que esses autores investigam - têm apresentado, no período pós-redemocratização.

### 3 UMA ARTICULAÇÃO GLOBAL-REGIONAL DA SEGURANÇA E DEFESA NA AMÉRICA DO SUL

#### 3.1 PENSANDO A GEOPOLÍTICA, SEGURANÇA E DEFESA NA AMÉRICA DO SUL EM ESCALA GLOBAL

Os discursos geopolíticos no período da Guerra Fria tinham como grande marca a preocupação com a segurança. Nas Relações Internacionais, a segurança foi pensada nos termos de um paradigma que se aplicava, sobremaneira, a esse período: o Realismo, que se apresenta ramificado em Realismo Clássico e Neorrealismo. O primeiro é constituído por autores que escreveram antes da consolidação do campo de estudos das Relações Internacionais, que oficialmente é reconhecido em 1919 (SARFATI, 2005, p.63), e pelos autores que os retomam e, de fato, desenvolvem o pensamento Realista das Relações Internacionais.

A classificação de Jackson e Sorensen (2007) distingue o Realismo Clássico do Neoclássico. Dentre os primeiros, destacam-se Tucídides (c.460 - c.400 a.C), Maquiavel (1532/2015) e Hobbes (1651/1997), e dos segundos, Carr (1981) e Morgenthau (1948/2003). Para Diniz (2007) todos estes autores fazem parte de uma única categoria denominada Realismo Clássico e, assinala ainda a subdivisão do Neorrealismo, englobando o Realismo Estrutural/Defensivo, tem como autor principal Kenneth Waltz, e o Realismo Ofensivo, representado por John Mearsheimer.

As principais contribuições de Tucídides para o Realismo constam em sua obra *A história da Guerra do Peloponeso*, que relata a guerra que ocorreu entre as duas cidades-estado gregas Atenas e Esparta e seus aliados, em 416 a.C. Em um contexto de acúmulo de poder ateniense, ele avaliou que existiam poderes desiguais entre as cidades-estado, e que isso é uma característica natural. Atenas, por iniciar a construção de um império justificava a necessidade de ter mais segurança para se proteger de ameaças externas e Esparta, por sua vez, frente ao acúmulo de poder ateniense, também se sentia ameaçado e requeria maior segurança.

À medida que as alianças entre as cidades-estado foram feitas, a tentativa de balanceamento de poder se dá, culminando na guerra. Assim o entendimento de que a segurança derivaria do acúmulo de poder tanto para quem acumula poder,

quanto para quem está de fora, em busca de sobrevivência, e o balanceamento de poder são concepções utilizadas no Realismo.<sup>31</sup>

Com relação à Maquiavel (1532/2015), em *O Príncipe*, no contexto de unificação e formação dos Estados modernos - na passagem do século XV para o XVI - a questão da segurança é retomada, no sentido de que o príncipe deveria garantir a segurança estatal e que deveria ter capacidade de impor a ordem, se necessário. Assim, este deveria estar sempre preparado e equipado para explorar as oportunidades em qualquer situação política. (SARFATI, 2005).

As contribuições de Hobbes (1651/1997) ao Realismo são a noção do estado de natureza do ser humano e a questão da sobrevivência e segurança que levam ao contrato. O autor tem uma visão negativa da natureza humana, considerando-o egoísta, competitivo, ludibriador, além de que, ao mesmo tempo em que almeja a liberdade, busca a dominação sobre o outro. Ele faz uma comparação entre as abelhas, formigas e os homens, apresentando seis principais aspectos do porquê de estes não poderem se comportar como aqueles seres. As justificativas sempre são com base nas características que constituem, em sua opinião, a natureza do homem.

Primeiro, que os **homens estão constantemente envolvidos numa competição pela honra e pela dignidade**, o que não ocorre no caso dessas criaturas. E é devido a isso que surgem entre **homens a inveja e o ódio, e finalmente a guerra**, ao passo que entre aquelas criaturas tal não acontece. Segundo, que entre essas criaturas não há diferença entre o bem comum e o bem individual [...]. **Mas o homem só encontra felicidade na comparação com os outros homens, e só pode tirar prazer do que é iminente**. Terceiro, que, como essas criaturas não possuem (ao contrário dos homens) o uso da razão, ela não vêem nem julgam ver qualquer erro na administração de sua existência comum. Ao passo que entre os **homens são em grande número os que se julgam mais sábios, e mais capacitados que os outros** para o exercício do poder público [...]. Quarto, que essas criaturas, embora sejam capazes de um certo uso da voz, [...] carecem daquela arte das palavras mediante a qual alguns **homens são capazes de apresentar aos outros o que é bom sob aparência do mal, e o que é mal sob a aparência do bem**, ou então aumentando ou diminuindo a importância visível do bem ou mal [...]. Quinto, [...] basta que estejam satisfeitas [as criaturas irracionais] para nunca se ofenderem com seus semelhantes. Ao passo que **o homem é tanto mais implicativo quanto mais satisfeito se sente**, pois é neste caso que tende mais **para exibir sua sabedoria** e para controlar as ações dos que governam o Estado. (HOBBS, 1651/1997, p. 60-61, grifo nosso).

<sup>31</sup> . C.f: TUCÍDIDES, c.460 - c.400 a.C; JACKSON E SØRENSEN, 2007; SARFATI, 2005.



O sexto motivo, apresentado por Hobbes se refere ao acordo que as criaturas como formigas e abelhas fazem de maneira natural para conviver em comunidades. Para o ser humano este acordo - que tem como objetivo a sobrevivência e almeja o bem comum - tem que ser feito mediante um pacto e a constituição de um poder comum que o mantenha. Esse acordo, portanto, não se dá naturalmente.

O pacto realizado e que tende a ser mantido pelo poder, restringe a natureza do ser humano de dominação sobre o outro e da sua liberdade infinita. A necessidade de fazer esse pacto seria que, no estado de natureza não tem como manter um mínimo de segurança que possibilite a sobrevivência do homem, pois nesse estado o que imperaria é a disputa e a guerra.

“[...] o desejo de sair daquela misera condição de guerra que é a consequência necessária das paixões naturais dos homens, quando não há um poder visível capaz de os manter em respeito, forçando-os, por medo do castigo, ao cumprimento de seus pactos [...]” (HOBBS, 1651/1997, p.59).

Após 1919, os estudos da política internacional passaram a ser sistematizados em outros ambientes que não o militar e o diplomático, incluindo, dessa forma, as universidades. Isso se deu, segundo Carr (1981, p.4), pelo fato de que a guerra, de 1914-1918, demonstrou que essas questões deveriam sair da exclusividade dos atores militares, dos políticos e dos diplomatas.

A guerra de 1914-18 pôs um fim na opinião de que a guerra é um assunto que afeta unicamente soldados profissionais e, fazendo isto, dissipou a impressão correspondente de que a política internacional podia ser deixada com segurança nas mãos dos diplomatas profissionais. (CARR, 1981, p.04).

Este autor reflete que o Realismo é uma maneira de interpretar a realidade, como pensamento e como ação, percebendo, portanto, que a prática cria a teoria<sup>32</sup>:

No campo do pensamento, [o realismo] coloca sua ênfase na aceitação dos fatos e na análise de suas causas e consequências. [...] No campo da ação, o realismo tende a enfatizar o poder irresistível das forças existentes e o caráter inevitável das tendências existentes, e a insistir em que a mais alta sabedoria reside em aceitar essas forças e tendências, e adaptar-se à elas. (CARR, 1981, p.4).

---

<sup>32</sup> Por isso, o Realismo se opõe ao utopismo (expressado em Kant em *A paz perpétua*, por exemplo).



Morgenthau (1948/2003) sistematiza o pensamento, que denomina Realismo Político. Este se basearia em alguns princípios básicos: a política assim como a sociedade, em geral, é governada por leis objetivas que são reflexos da natureza do homem, sendo esta, a que Hobbes descreve; o Estado age a partir de seus interesses que são definidos de acordo com o seu poder (mais poder, mais interesses) e estes variam de Estado para Estado e, ao longo do tempo; a relação entre a moral e a política, pois o autor considera que há uma moral pública e uma moral privada, sendo um exemplo aquele citado por Jackson e Sørensen (2007, p.114), que durante uma guerra os Estados podem abandonar os Direitos Humanos em nome do interesse nacional, ou sacrificar algum valor que considere menos importante que sua segurança e seu interesse nacional.

Morgenthau afirma que a política internacional, portanto, é como qualquer outra política, e é caracterizada por uma luta pelo poder e consequentemente, marcada pelo conflito dos interesses dos estados. Esse aspecto é fundamental na teoria realista, pois a balança de poder entra em cena nesse momento. A balança de poder, para Morgenthau seria fruto do exercício do poder de um Estado que, ao maximizar-se no sistema internacional é limitado caso outro poder que se oponha à ele. A balança de poder, portanto, seria uma maneira de equilíbrio de poder.

O Neorrealismo mantém as principais linhas que o Realismo Clássico já admitia, porém não apresenta aspectos normativos que o primeiro apresenta. Assim, o Estado permanece como principal unidade do sistema internacional e como ator racional, que se baseia em cálculos custo-benefício.

Entretanto, não busca identificar as responsabilidades do governante ou enfocar aspectos da ética e moral pública política e privada. Uma das grandes diferenças estaria na ênfase dada ao sistema internacional como estrutura que influencia e permeia as decisões dos Estados. A título de exemplificação, a guerra no Realismo clássico e Neoclássico, é fruto da natureza humana que é de competição e dominação. No neorrealismo é fruto da anarquia do sistema internacional, que faz com que as interações dos Estados sempre sejam para garantir a própria sobrevivência.

Waltz, principal expoente do Neorrealismo, publica o livro Teoria de Política Internacional, em 1979, e enfoca sua teoria no sistema internacional. Segundo ele, pelo fato de este ser anárquico – isto é, não apresentar hierarquia entre as unidades que compõe o sistema, e não contando com uma unidade ou instância que esteja

acima dessas unidades – essas podem contar apenas com si mesmas. O que se depreende de relevante disso, é que os Estados (ou unidades desse sistema) não tem sua sobrevivência garantida por ninguém, dada a anarquia do sistema internacional. A busca, portanto, será de sempre assegurar sua sobrevivência.

Nesse ponto a balança de poder é retomada pelo autor, porém de modo diferente de Morgenthau (1948/2003). A balança de poder é a tentativa dos Estados se organizarem, de modo a atingir um equilíbrio, pois as capacidades e recursos não são distribuídas igualmente pelas unidades do sistema. Sendo assim, o resultado previsto da interação dos Estados no sistema internacional anárquico, é competitivo por definição. (DINIZ, 2007). A balança de poder, nesse caso, não seria a busca por maximização poder, mesmo que algum dos Estados almeje uma dominação mundial. A busca é, na verdade, por sobrevivência.

Embora com algumas diferenças, entre o realismo clássico e o neorrealismo, é possível inferir uma posição geral do realismo como grande categoria. Rudzitis (2005, p.299) resume essa posição geral comum: “[eles] tendem a ver a segurança como um derivativo do poder: um ator com suficiente poder que atinja uma posição dominante adquiriria como resultado, sua segurança”.

Sendo esta destinada ao Estado, e de igual modo, provida por ele mesmo. Os meios para mantê-la são militares, e as ameaças são direcionadas ao território e/ou à sobrevivência estatal (TOMÉ, 2012, pg.34).

Com relação à aplicabilidade da teoria realista à segurança, a vertente tradicional de segurança se baseia, de modo geral, na perspectiva Realista. Essa vertente compreende que a segurança é estritamente Estatal (sendo este o único ator que ameaça e que é ameaçado) e que as ameaças e meios para combatê-las são militarizadas.

A segurança seria, dessa forma, “a motivação primária dos Estados” (MONTEIRO, 2014b, p.65). Essa vertente foi largamente desenvolvida durante o período da Guerra Fria. Nas palavras de Villa (1999a, p.85) “[...] é provavelmente, a teoria que melhor conseguiu estabelecer um contato entre fórmulas teóricas e realidade factual nos anos da Guerra Fria.”.

Buzan e Hansen (2012, p.117) descrevem que entre 1945 e 1965, as discussões conceituais sobre segurança diminuíram e assuntos mais empíricos como “armamentos nucleares e a disputa bipolar” protagonizaram os estudos no período. De tal modo, os estudos de segurança, ressaltavam as questões do

aspecto militar e estratégico. (TANNO, 2003). Os estudos eram também incentivados por meio de financiamentos, uma vez que, ao se voltarem para essa discussão com aplicabilidade prática, eram úteis às políticas estatais. (BUZAN, HANSEN, 2012, p.118). Nesse mesmo sentido Tanno (2013, p.49) afirma: “Os estudos de segurança acabavam por legitimar políticas que reproduziam a mesma lógica responsável pela manutenção da ordem da Guerra Fria”.

A ordem que se refere a autora, é a bipolar que marcou esse período. A bipolaridade se relaciona com a competição entre a URSS e os EUA, que se constituíram em duas superpotências. A lógica competitiva que se instaurou se baseava na disputa entre áreas de influência, que tinham sido parcialmente delimitadas nas conferências de Yalta e Potsdam<sup>33</sup>. A geopolítica esteve intrínseca à essa lógica bipolar, que se desenvolveu entre os Estados Unidos e a União Soviética (Ó TUATHAIL, 2003) e que confrontava, além de sistemas políticos e econômicos, duas ideologias. (AYERBE, 2002, p.64).

Aos poucos, a Segurança foi empregada nos discursos políticos<sup>34</sup> corroborando as políticas e estratégias que os Estados Unidos deveriam empreender frente à ameaça que a União Soviética representava para eles. Nesse momento, a Segurança começa a se ligar ao termo Nacional: Segurança Nacional<sup>35</sup> (nesse caso, do Estado-nação). A ameaça que a URSS representava, por essa perspectiva, uma ameaça ao estilo de vida ocidental, reforçado pelo discurso da Segurança Nacional, invocava a legitimação da urgência e das medidas que fossem necessárias para combatê-las. O aspecto ideológico que a Guerra Fria assumiu reforçou esse quadro: “Fatores ideológicos (Leste-Oeste) conduzem a uma demarcação [...], mas ainda um gasto contínuo de energia por todo um sistema de construções, para o qual é necessário assegurar a manutenção e a vigilância.” (RAFFESTIN, 1980, p.167).

A Doutrina Truman, nesse sentido, é um dos principais exemplos, por ser considerada uma das primeiras declarações geopolíticas que expressavam a posição norte-americana. (Ó TUATHAIL, 2003). Em seu discurso, reforça que todas

<sup>33</sup> As conferências de Yalta e Potsdam, realizadas em 1945, são duas das conferências que reuniram os denominados Três Grandes (Inglaterra, URSS e EUA), com o objetivo de definirem entre eles os termos do fim da Segunda Guerra Mundial e estabeleceram algumas das premissas que marcariam a Guerra Fria.

<sup>34</sup> Um discurso político notório nesse sentido foi o de Kennan em 1947, denominado “Artigo X”.

<sup>35</sup> “[...] o conceito de segurança aparece tradicionalmente associado à segurança dos Estados. Daí o uso recorrente do termo “segurança nacional”, associada à defesa do Estado, à capacidade militar e à guerra.” (MONTEIRO, 2014a, p.65)

as nações deveriam escolher qual modo de vida gostariam, entre a liberdade e o totalitarismo. A bipolaridade se acirrou e a lógica se converteu em uma “[...] geopolítica do bem contra o mal, o capitalismo versus comunismo, o Ocidente contra o Oriente, América versus a União Soviética. Todos os lugares e conflitos eram interpretados por meio de termos e noções binárias” <sup>36</sup>. (Ó TUATHAIL, 2003, p.48, tradução nossa).

Ayerbe (2002, p.83) sintetiza e relembra que a luta contra o comunismo se concretizou em diversas escalas, desde internamente nos EUA, quanto no continente americano e globalmente.

No período em que Truman presidiu os Estados Unidos, tanto no plano interno [...], como na política externa, a luta contra o comunismo tornou-se o argumento central para definir aliados ou adversários da segurança nacional, continental e internacional.

A Doutrina Truman, ou Contenção, foi um conjunto de estratégias, que tinha por objetivo, portanto, afastar ou conter o avanço comunista. Dentre as estratégias utilizadas estavam o Plano Marshall e o Plano Colombo. Ambos eram planos de ajuda financeira para a Europa Ocidental e para o Japão, respectivamente. O intuito era de através dos empréstimos sob condições especiais, reconstruir o capitalismo europeu e japonês, reerguendo-os.

A criação de organizações internacionais, no entorno da Eurásia, também fez parte da doutrina Truman, como estratégia. Esta se baseava na teoria das fímbrias de Nicholas Spykman. Essa teoria, por sua vez, se origina de outras duas anteriores: a Teoria do Poder Marítimo e a Teoria do Poder Terrestre. A primeira se refere à teoria desenvolvida por Alfred Mahan (1840-1914). Os mares são o foco na sua análise, sendo o controle de rotas marítimas, da posse de uma marinha mercante e de guerra avançada, alguns dos atributos necessários para obter o poder marítimo.

Ele utiliza a Inglaterra como exemplo, uma vez que, esta detinha a maior marinha mercante e de guerra do período. Para Mahan, os Estados Unidos poderiam aplicar alguns fundamentos de sua teoria para que suas potencialidades pudessem ser articuladas e aplicadas, tendo por base a experiência inglesa. De fato,

<sup>36</sup> “The geographical kaleidoscope of the map becomes the geopolitical monochrome of good versus evil, capitalism versus communism, the West versus the East, America versus the Soviet Union. All places and conflicts are to be interpreted within the binary terms of this Manichean map.” (Ó TUATHAIL, 2003, p.48)

muito de sua teoria foi utilizada na política norte-americana, a partir de 1890, se expandiu na direção dos mares. Dentre as aquisições, cita-se o arquipélago do Hawai e a influência em Porto Rico e nas Filipinas, além da construção do Canal do Panamá (CUADROS, 2005).

Por sua vez, a Teoria do Poder Terrestre de Halford Mackinder (1861-1947), se contrapunha à anterior. Este entendia que a história era resultado do conflito constante entre continentalismo e oceanismo, pelo qual, potências terrestres lançariam mão de estratégias objetivando saídas ao mar e potências insulares tentariam mantê-las confinadas.

Aplicando essa idéia ao contexto europeu, Mackinder constatava que os mares estavam historicamente dominados pela Europa Ocidental e a Rússia dominava, ao leste, a maior porção terrestre. Como entendia que o domínio terrestre apresentava vantagens sobre o domínio marítimo, analisava que a Rússia teria grande vantagem e potencialidade por dominar o *Heartland* (ou área pivô, ou coração continental), que corresponderia à Eurásia, sendo o local mais privilegiado do mundo, por ser naturalmente protegida, de difícil acesso e possuir uma infinidade de recursos.

Uma máxima explicaria sua teoria, de expansão do poder terrestre advindo do *Heartland*: quem domina a Europa Oriental terá controle sobre o coração continental; quem domina o coração continental terá controle sobre a ilha mundial (Eurásia); e quem domina a ilha mundial terá controle sobre o mundo. Também indica a existência do *Inner Crescent*, que seria justamente o local em que as potências marítimas e terrestres se conflitam. Esses seriam os espaços de expansão para o poder terrestre e de contenção do poder marítimo.

A Teoria das fímbrias de Spykman se utiliza das reflexões de Mackinder, porém entende que não seria o *Heartland*, mas sim o *Rimland*, o ponto chave para lançar-se ao domínio mundial. (PENHA, 2007). O *Rimland* corresponderia à área do entorno da Eurásia. Assim, segundo sua teoria, ao dominá-lo, a Eurásia seria também controlada e, por conseguinte, todo o restante do mundo.

Para isso, alianças dos EUA com países do entorno da Eurásia, foram feitas. Dentre elas, ou em outras palavras, organizações internacionais que se constituíram, cita-se a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) em 1949, a OTASE (Organização do Tratado do Sudeste da Ásia) em 1954, e OTCEN (Organização do Tratado do Centro), 1955. A primeira teria o papel estratégico de

impedir o avanço do comunismo para a Europa Ocidental e o Atlântico; a segunda, por sua vez, impedia o avanço aos países do Pacífico e a terceira, para o Oriente Médio.

Na América Latina tanto a Doutrina Truman, como outras estratégias elaboradas pelos demais presidentes posteriores a ele - alguns com maior enfoque e outros menos -, se resumiam basicamente ao controle do avanço comunista na região. De modo geral, portanto, é comumente identificada pela literatura (AYERBE, 2002; PAGLIARI, 2004, 2006; CERVO, 2008; SANTOS, 2010; AGUILAR, 2010) o Sistema Interamericano de Segurança e os mecanismos que o integram – o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) e a Organização dos Estados Americanos (OEA) – como arranjos institucionais que, na prática, serviam para atingir esse objetivo.

Vicuña (1977), Pagliari (2006) e Cançado Trindade (2014) afirmam que as bases para a edificação do Sistema Interamericano de Segurança<sup>37</sup>, foram lançadas em 1936, em Buenos Aires, quando da Conferência Interamericana de Consolidação da Paz, cujo resultado foi a Convenção sobre Manutenção, Preservação e Restauração da Paz.

O artigo 2º desta Convenção prevê que consultas mútuas deveriam ser feitas entre os países em caso de ameaças de guerras entre si, ou de guerras provenientes de fora do continente que pudessem ameaçar a paz da região. (CONVENCIÓN sobre Mantenimiento, Afianzamiento y Restablecimiento de la Paz, 1936, p.1). Levando-se em conta o fato de a Conferência ter sido realizada nos anos anteriores ao início da Segunda Guerra Mundial, Vicuña (1977, p.109) ressalta que apenas as consultas mútuas foram acordadas, pelo fato dos países não terem “[...] decidido suas políticas com relação aos acontecimentos europeus”.

Em 1938, em Lima, durante a Oitava Conferência Pan-americana, a Convenção de 1936 foi retomada e melhor desenvolvida, dando origem à Declaração de Lima. Esta passou a definir como seriam feitas, ou em outras palavras, como se operacionalizariam as consultas mútuas. Como resultado, as

---

<sup>37</sup> Cabe a ressalva de que nesse ponto a Conferência Interamericana de 1936 é ressaltada como relevante para as bases do *sistema interamericano de segurança*, porém outras Conferências, denominadas Panamericanas, realizadas desde 1889, não são desconsideradas, ou ignoradas, afinal contribuíram para o desenvolvimento do *sistema regional* como um todo. Sendo que destas, para explicitar o desenvolvimento do *sistema interamericano de segurança* especificamente, serão destacadas a VIII Conferência Panamericana, realizada em Lima, e a IX Conferência Panamericana, realizada em Bogotá.



Reuniões de Ministros de Relações Exteriores são aceitas como os meios para a realização das consultas:

Artigo 4°. Que para facilitar as consultas que estabelecem este e outros instrumentos americanos de paz, os Ministros de Relações Exteriores das Repúblicas Americanas celebrarão, quando estimem conveniente por iniciativa de qualquer um deles, reuniões nas diversas capitais dos mesmos, por rotação e sem carácter protocolar. (DECLARACIÓN DE LIMA, 1938, p.1, tradução nossa).<sup>38</sup>

Dentre as Declarações da primeira Reunião convocada, realizada no Panamá em 1939 - por conta do início da Segunda Guerra Mundial - duas são destacadas: a Resolução número VI, ou, Declaração Geral de Neutralidade das Repúblicas Americanas; e a Resolução XV, ou, Declaração do Panamá. A primeira dizia respeito ao posicionamento conjunto dos países de se manterem neutros frente ao conflito europeu, e a segunda, estabelecia algumas diretrizes sobre “[...] uma zona marítima de proteção continental” (VICUÑA, 1977, p.110), frente aos que estivessem envolvidos na guerra. Como destacado no excerto, abaixo, da Declaração do Panamá - que consta na Acta Final de la Primera Reunión de Consulta entre Ministros de Relaciones Exteriores de las Repúblicas Americanas de Conformidad con los Acuerdos de Buenos Aires y de Lima (1939, p.31).

Não há dúvidas de que os governos das Repúblicas Americanas devem [...] como medida de proteção própria, insistir no propósito de que suas águas e até uma distância razoável de duas costas não se realizem atos de hostilidade, nem se desenvolvam atividades bélicas pelos participantes de uma guerra na qual, ditos governos não tomem partido. (tradução nossa).<sup>39</sup>

Na Segunda Reunião de Ministros das Relações Exteriores, em Havana, em 1940, é incluída a resolução XV, intitulada: Assistência Recíproca e Cooperação Defensiva das Nações Americanas (ACTA Final de la Segunda Reunión de Consulta entre Ministros de Relaciones Exteriores de las Repúblicas Americanas, 1940, p.22).

---

<sup>38</sup> Artículo 4°. Que para facilitar las consultas que establecen este y otros instrumentos americanos de paz, los Ministros de Relaciones Exteriores de las Repúblicas Americanas celebrarán, cuando lo estimen conveniente ya iniciativa de cualquiera de ellos, reuniones en las diversas capitales de las mismas, por rotación y sin carácter protocolar. Cada Gobierno puede en circunstancias o por razones especiales designar un representante que sustituya a su Ministro de Relaciones Exteriores.

<sup>39</sup> “No cabe duda de que los gobiernos de las Repúblicas Americanas deben [...] como medida de protección propia, insistir en el propósito de que en sus aguas y hasta una distancia razonable de SUS costas no se realicen actos de hostilidad, ni se desenvuelvan actividades bélicas por los partícipes de una guerra que dichos Gobiernos no toman parte.” (DECLARACIÓN DE PANAMÁ, 1939).

Declarava que atentados sofridos por qualquer Estado Americano, proveniente de outro Estado não americano, seria considerado uma agressão a todos os que firmaram a declaração. Nessa hipótese, os Estados se consultariam para definir quais ações tomariam.

Em 1942, foi criada a Junta Interamericana de Defesa (JID), dentre as atividades que deveria realizar era a de produzir estudos com o intuito de fazer recomendações aos países, para formar entendimentos comuns de defesa do hemisfério. (PAGLIARI, 2004, 2006; XAVIER, 2010; SANTOS, 2010).

O aprimoramento da Resolução de 1940 ocorreu em 1945, no México, com a Ata de Chapultepec, fruto da Conferência sobre os Problemas da Guerra e da Paz. Esta Ata tem grande relevância para a consolidação do sistema interamericano (PAGLIARI, 2006), sobretudo com a declaração de Assistência Recíproca e Solidariedade Americana<sup>40</sup>. Nesse momento, a segurança fica claramente entendida como segurança hemisférica, do continente americano como um todo, muito embora, como anteriormente explicitado, diversas reuniões, atas e declarações já sinalizassem esse caminho à segurança coletiva para a América:

Parte III: Assistência Recíproca e Solidariedade Americana [...]. A Declaração e a Recomendação [...] estabelecem um acordo regional para tratar de assuntos concernentes à consolidação da paz e da segurança internacionais suscetíveis de ação regional neste hemisfério. (ATO DE CHAPULTEPEC, 1945)

Por fim, em 1947, juntamente com o lançamento da Doutrina Truman (anteriormente explicitada), todos esses precedentes, culminaram no Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) e, em 1948, com a Organização dos Estados Americanos (OEA). (VICUÑA, 1977, p.111)

Os autores convergem em identificá-los como meios de bloquear o avanço da ideologia comunista na região, e, assim se mostraram no decorrer dos anos. Contudo, Lourenço Neto (2015) faz uma ressalva: não é possível afirmar que o TIAR, da maneira que surgiu em 1947, estava plenamente de acordo com os interesses norte-americanos, embora no ano seguinte, na criação da OEA, os EUA tenham feito concessões menores.

---

<sup>40</sup> Cabe assinalar: A declaração de Assistência Recíproca e Solidariedade Americana foi designada como Ato de Chapultepec, e está inserida na Ata de Chapultepec, que, por sua vez, é a ata completa da Conferência. Entretanto, muitos autores se referem ao Ato como Ata, sem fazer distinção.



Para corroborar essa afirmação, o autor confronta as propostas que foram apresentadas e o texto final aprovado do Tratado. Basicamente foram três as propostas, apresentadas pelo Brasil, Estados Unidos e México, sendo que nenhuma delas foi integralmente aceita, passando por diversas negociações, não sendo aprovado integralmente nenhum dos projetos originais. (LOURENÇO NETO, 2015). Apesar disso, admite que o TIAR foi aprimorado e utilizado para servir aos interesses de combate ao comunismo:

“[...] é fundamental encarar o mesmo [TIAR] como um processo, no qual nem todas as circunstâncias estavam postas desde o início. A conjuntura do imediato pós Segunda Guerra ainda permitia um nível de liberdade e influência para os países do continente americano, com relação às diretrizes de Washington que, gradativamente, foi se deteriorando, na medida em que a polarização do poder mundial se consolidou e a doutrina de contenção do comunismo passou a dominar as relações internacionais dos EUA.” (LOURENÇO NETO, 2015, p.487).

Vicuña (1977), também assinala que o Tratado passou por alterações. Na primeira fase da Guerra Fria, se voltava para o combate à guerra convencional, nos moldes da Segunda Guerra Mundial. Mas com o novo contexto, outro tipo de confronto se desenhava: a batalha ideológica.

Sobre a base antecedente do controle de subversão de origem nazi-fascista, que o sistema havia aplicado durante a guerra, iniciou sua adaptação para assegurar o controle da subversão de origem comunista, que era o problema predominante no período da guerra fria. (VICUÑA, 1977, p.117), (tradução nossa)<sup>41</sup>.

A IX Conferência Interamericana, em Bogotá, em 1948 – que deu origem à OEA, sucessora da União Pan-americana -, e a X Conferência Interamericana, em 1954, faziam referência a possíveis intervenções comunistas (VICUNÃ, 1977). Com relação à OEA, esta tinha como objetivo “[...] fortalecer a cooperação e desenvolver interesses comuns, aí inclusos os campos de segurança e defesa”. (SANTOS, 2010, p.205).

O caso Cubano foi um marco (VICUNÃ, 1977) para que o TIAR e a OEA, ou em outras palavras, o Sistema Interamericano, evoluíssem em direção da regulação de casos que se enquadravam como guerra não convencional e ataques não

<sup>41</sup> “Sobre la base antecedente del control de la subversión de origen nazi-fascista, que el sistema había aplicado durante la guerra, comenzó su adaptación para asegurar el control de la subversión de origen comunista, que era el problema predominante en el período de la guerra fría.” (VICUÑA, 1977, p.117)

armados. O Artigo 6º. do TIAR regulava esses casos, mas em 1962, na Oitava Reunião de Consulta dos Ministros de Relações Exteriores, em Punta Del Este, a legítima defesa passou a ser prevista para os casos das, denominadas, subversões comunistas. (VICUÑA, 1977).

Cuba havia realizado, em 1959, sua Revolução. Entre 1960 e 1961 (transição ente os governos Eisenhower e Kennedy, nos EUA) algumas ações e contra-reações entre EUA e Cuba se intensificam: reduções na importação de açúcar cubano; a nacionalização, por parte do governo cubano, de empresas estrangeiras; o rompimento de relações entre os dois países; e um acordo de venda de açúcar para a URSS.

As tensões culminam, em abril de 1961, no bombardeio norte-americano para a destruição de aviões cubanos. No dia seguinte, o pronunciamento de Castro declara que a Revolução era socialista, e, novamente no dia seguinte, ocorre a invasão da Baía dos Porcos, pelos norte-americanos. (AYERBE, 2002). Com o fracasso da operação, em seguida, Fidel Castro, declara o alinhamento de Cuba à União Soviética. (FRANCHINI NETO, 2005). Ao mesmo tempo, os EUA e a Colômbia tentaram convocar uma reunião de consulta e Brasil, México e Argentina não concordavam.

Diante dos acontecimentos da Baía dos Porcos, foi agendada a Oitava Reunião de Consulta dos Ministros de Relações Exteriores, sendo esta considerada por Franchini Neto (2005, p.10), “[...] a reunião que assentaria a forma de tratamento do comunismo na região”. O autor<sup>42</sup> narra alguns fatos da reunião, bem como as divergências de posicionamentos dos países.

O posicionamento colombiano consistia na defesa das sanções contra Cuba, justificando que este descumpria o princípio da não-intervenção, uma vez que “[...] a natureza do regime cubano e o patrocínio às guerrilhas justificavam a reunião de consulta e a adoção de sanções, na sua proposta, a ruptura de relações

---

<sup>42</sup> O objetivo do artigo é refletir sobre o posicionamento brasileiro, que durante o governo Jânio Quadros e de João Goulart, tinham como direcionamento de política externa a denominada Política Externa Independente (PEI). Esta tinha, dentre outras características, a intencionalidade de, no período da Guerra Fria, poder manter a política externa sem um alinhamento ideológico, mantendo o pragmatismo das relações, de acordo com interesses nacionais, independentemente dos blocos. Resumidamente, Franchini (2005), pondera que o posicionamento brasileiro de se abster da votação da suspensão de Cuba da OEA, e, em contrapartida, aceitando a expulsão do país da Junta Interamericana de Defesa poderia assinalar a tentativa de conciliar setores da esquerda e da direita brasileira.

diplomáticas, consulares e econômicas, além da criação de um comitê de vigilância”. (FRANCHINI NETO, 2015, p.12).

Segundo o autor, o Brasil admitia que o sistema interamericano deveria ser preservado, mas que, ao invés de incorrer sanções à Cuba, melhor seria adotar medidas que o trouxessem para dentro do sistema interamericano. Por fim, a posição norte-americana, que buscava o respaldo para as sanções, declarava que o problema era o alinhamento cubano à URSS e ao comunismo, cabendo sanções ao país, enquanto estivesse sob o regime de Fidel Castro.

Após diversas sessões, e com a mudança de posicionamento do Haiti - existindo a suspeita da compra do voto do país por parte dos EUA-, as sanções econômicas e diplomáticas que alguns países sugeriram, não foram aprovadas, mas vem à tona a sugestão de ser feita a suspensão de Cuba do sistema interamericano, incluindo a OEA. O governo brasileiro, juntamente com outros países como México e Argentina, entendiam que havia ilegalidade no ato, não sendo a suspensão prevista nos artigos do TIAR e se abstiveram de votar quanto à OEA, porém dos demais mecanismos do Sistema (como a Junta Interamericana de Defesa) houve a suspensão por unanimidade. (FRANCHINI NETO, 2015, p.12-13). No decorrer dos anos, o TIAR foi acionado diversas vezes, porém com pouca efetividade na resolução dos casos. (PAGLIARI, 2006). Assim, o TIAR passou por descrédito, e na década de 80, com a Guerra das Malvinas esse quadro se intensificou, uma vez que o mecanismo foi acionado por alguns países, mas não foi utilizado.

Em 1962, o Colégio Interamericano de Defesa (CID) ligado à Junta Interamericana de Defesa, foi criado, tendo a finalidade de treinar militares e civis que exercem cargos públicos, sobre assuntos de segurança e defesa, “[...] para ocuparem cargos de responsabilidade no hemisfério”. (PAGLIARI, 2006, p.30). A cooperação militar e os treinamentos, não se restringiam e não dependiam do CID. Muitas vezes eram feitos através de acordos bilaterais, foros para a troca de informações de militares, ou por treinamento militar. Ayerbe (2002, p.123-124) retoma uma fala de Robert McNamara, secretário de Defesa no governo Kennedy.

Provavelmente, a maior retribuição que nos dá o nosso investimento em assistência militar provenha do treinamento de oficiais-chaves escolhidos nas nossas escolas militares e centros de treinamento nos Estados Unidos e ultramar. Esses estudantes são eleitos pelos seus países para que sejam instrutores quando regressarem para suas pátrias. São os futuros líderes.

Um último aspecto relevante do período da Guerra Fria com relação à América Latina e os EUA foram as ditaduras militares nesse período. Estas apresentaram um papel central no combate ao comunismo. O TIAR previa que cooperações militares fossem realizadas, sendo que os EUA dispuseram recursos para essa finalidade. Para Ayerbe (2002) há uma diferença entre as diretrizes geopolíticas de combate ao comunismo entre 1947 até o início da administração de Eisenhower (1953). No primeiro os recursos eram alocados para a defesa marítima e aérea da região, uma vez que, a leitura geoestratégica era de que a URSS tenderia a fazer ataques aos países latinos.

Após 1953, a segurança do continente começa a ser associada com a segurança interna dos países da América Latina, e os recursos se voltam para o aumento da capacidade de se reprimir possíveis movimentos tidos como subversivos. (AYERBE, 2002). Não por acaso, no ano seguinte, ocorre uma intervenção na Guatemala, derrubando o governo de Jacobo Árbenz.

Essa política se torna recorrente até os anos 70. Cita-se como alguns exemplos: a tentativa de invasão de Cuba (1961), as ditaduras militares, Brasil e Panamá (1964), República Dominicana (1965), Argentina (1966), Bolívia (1971), Uruguai e Chile (1973). Muitas vezes o TIAR e a OEA foram utilizados para apoiar essas ações: “A época dos regimes militares dos anos 1960 e 1970, a OEA apoiava intervenções com o fim de debelar movimentos populares tidos por subversivos”. (CERVO, 2008, p.113).

Com o fim da Guerra Fria e da lógica exposta anteriormente, alguns temas e atores que antes ficaram encobertos pelas questões de segurança e disputa, voltaram a ser enfocados. Na década de 70 e 80, questões ambientais, por exemplo, começaram a ser problematizadas com maior protagonismo. Pode-se citar, como outros exemplos de temas, o desemprego, crime organizado, tráfico de armas e drogas (VILLA, 1999a; SAINT-PIERRE, 2011); e de atores, como as ONG's, a sociedade civil organizada e as empresas.

Hobsbawn (1995, p.251-252), constata que o fim do conflito, na verdade, foi o final de uma Era e, as perspectivas para o futuro, incertas:

O fim da Guerra Fria retirou, de repente, os esteios que sustentavam a estrutura internacional e, em medida ainda não avaliada, as estruturas dos sistemas políticos internos mundiais. E o que restou foi um mundo em desordem e colapso parcial, porque nada havia para substituí-los. [...] Não poderia haver retorno ao mundo de antes da Guerra Fria, porque coisas

demais haviam mudado, coisas demais haviam desaparecido. Todos os marcos haviam caído, todos os mapas tinham de ser alterados. Políticos e economistas acostumados a um tipo de mundo até mesmo achavam difícil ou impossível avaliar a natureza dos problemas de outro tipo. [...] Mas, embora todos pudessem ver que o antigo mudara, havia absoluta incerteza sobre a natureza e as perspectivas do novo.

Esse cenário influenciou na forma como a segurança era interpretada, tendo em vista que a questão estratégica e militar tradicional – anteriormente uma preocupação central - nesse novo contexto, ou nova “Era” (HOBBSAWN, 1995), dividiu espaço com outras questões nas discussões internacionais.

“[...] outras dimensões, como a econômica e ecológica, passam a ocupar um espaço mais amplo no debate político-acadêmico. Em outros termos, consolidam-se novos fenômenos de segurança antes ocultos e diluídos pelo debate em torno da Guerra Fria, durante a qual a discussão se centrava nas preocupações derivadas do confronto Leste-Oeste”. (VILLA, 1999, p.1).

A segurança, portanto, abarcou essas “novas questões” e as ameaças passam a ser denominadas como “novas ameaças”. A Escola de Copenhague, nesse sentido, tem grande destaque ao concentrar pesquisadores que consideraram essas mudanças e as agregaram aos seus estudos.

O Copenhaguen Peace Research Institute, criado em 1985, desenvolvia debates sobre a inserção internacional da Europa no pós-Guerra Fria. (TANNO, 2003). Ressalta-se que há uma grande diferença entre a tradição das pesquisas sobre segurança européias e norte-americanas.

Na academia européia [...] estes tendem a ser, em geral, menos associados às lógicas nacionais e mais direcionados à promoção de interesses de natureza internacionalista. A partir disso é possível compreender a grande quantidade de centros de estudos para a paz na Europa, em detrimento de institutos destinados à conformação de estratégias nacionais, o que é regra nos Estados Unidos. Centros de estudo para a paz têm por objetivo promover um ambiente internacional mais pacífico, procurando esquivarem-se de análises mais nacionalistas de segurança. (TANNO, 2003, p.49-50).

Tanno (2003) avalia que houve uma mudança gradual do arcabouço teórico base da Escola. Isso se deu pelas contribuições de autores como Barry Buzan e Ole Waever. Na década de 80, as teorias e análises da Escola, embora admitissem uma ampliação do conceito de segurança abarcando outras temáticas que não a estratégico-militar, pois ela não contemplava outros atores nas análises.

Caracterizava-se como uma teoria ainda estado-cêntrica, carregando muito das Teorias Realistas. Segundo a autora, por conta dos conflitos étnicos no Leste Europeu, na década de 80 e 90, a teoria apresentou algumas falhas para explicar a segurança, nesses casos. Por isso, a necessidade de ampliar também a gama de atores a ser identificados ficou evidente e em obras posteriores, como em *Security: a new framework for analysis* (1998), de Buzan e Waever, outros atores também foram incluídos.

A terminologia “novas ameaças” foi designada pela Organização das Nações Unidas em 1983, que solicitou, por meio do Conselho de Segurança, que através da Comissão Palme, fossem estudadas quais ameaças emergiriam após a Guerra Fria (SAINT-PIERRE, 2011) -, indicando a ampliação do espectro das fontes e meios de ameaças à segurança.

A literatura (ULLMAN, 1983; BALDWIN, 1997; BUZAN, et.alli, 1998; SAINT-PIERRE, 2004; LÓPEZ, 2004; BULCOURF, 2004; MATHIAS, 2004; SAIN, 2004; SOARES, 2004; PAGLIARI, 2009; BUZAN; HANSEN, 2012; RAMINA, CUNHA FILHO; 2013) indica que apesar dessa denominação, essas ameaças já existiam, porém encontravam-se fora da pauta de segurança. Isso se dava por esse conceito estar ligado à concepção de que as ameaças eram apenas de cunho militar, como já destacado.

No contexto da Guerra Fria havia a dicotomia entre as denominadas *high politics* e as *low politics*. A primeira se refere aos temas considerados alta prioridade na agenda internacional: segurança e assuntos estratégicos. (ÁVILA, 2010). Enquanto que temas como meio ambiente, direitos humanos são considerados *low politics*, ou de menor importância e urgência dentro da agenda internacional. (ÁVILA, 2010). Essa distinção, muito utilizada pelos Realistas, passa por críticas em se tratando do pós-Guerra Fria. Cabe ressaltar que não houve inversão dessa lógica, mas sim que as duas categorias “[...] passaram a ser vistas de modo cada vez mais integrado”. (SATO, 2000, p.139).

Essa alteração permitiu que o conceito de segurança pudesse ser ampliado. Para isso, as ameaças às quais a segurança se refere (conforme discutido no capítulo 2 do presente trabalho), também fossem entendidas de modo ampliado.

Nesse sentido a contribuição de Saint-Pierre (2004), auxilia ao elaborar uma aproximação sobre elementos que constituem uma ameaça: o ameaçador (quem ameaça, ou fonte de ameaça), o sinal (a ameaça propriamente dita, o ato); o

assinalado (o que a ameaça representa); o receptor (quem percebe e interpreta o sinal); o ameaçado (sobre quem recai a ameaça). O alargamento do conceito de ameaças - representado pelo termo “novas ameaças” - se dá em todos esses elementos.

O autor faz uma tentativa de classificar quais meios devem ser utilizados para cada tipo de ameaça que se apresenta de acordo com tipos de agentes ameaçadores, os meios que a ameaça utiliza, quem está sendo ameaçado e o que está sendo ameaçado, como indicado no Quadro 1.

QUADRO 1 - TENTATIVA ESQUEMÁTICA DE CLASSIFICAÇÃO DAS NOVAS AMEAÇAS DE HECTOR LUIS SAINT-PIERRE

ESQUEMA SINÓTICO TENTATIVO DE UMA CLASIFICAÇÃO DAS NOVAS AMEAÇAS									
	AGENTES		COMO SE MANIFESTAM	Meios de enfrentar as ameaças					
				FFAA	Política	Defesa Civil	Diplomacia	Política Econômica	Política Social
QUEM AMEAÇA? (O AGENTE)	A NATUREZA		Terremotos, inundações, etc			X			
		OS HOMENS	UNIDADE POLÍTICA	Guerra internacional	X				
			GRUPOS SOCIETAIS	Terrorismo, discriminação, etc		X			
			HUMANIDADE	Impacto demográfico e ambiental					X
COMO AMEAÇA? (OS MEIOS)	ECONOMICOS		Bloqueios, sanções, tarifação, etc.						X
	POLÍTICOS		Pareceres de Organismos Internacionais						
	MILITARES		Bloqueios, operações punitivas, guerra	X			X		
	DE INFORMAÇÃO		Campanhas nacionais e internacionais, denúncias, investigações jornalísticas				X		
A QUEM AMEAÇA? (A VÍTIMA)	UNIDADE POLÍTICA		A soberania interna - monopólio da violência	X					
	GRUPOS SOCIETAIS		Identidade do grupo						X
	HUMANIDADE		Os direitos Humanos, o meio ambiente, etc.		X				
	ECONOMIA							X	
SOBRE O QUE RECAI A AMEAÇA? (O QUE É AMEAÇADO)	SAÚDE PÚBLICA								X
	MEIO AMBIENTE					X			
	ESTABILIDADE POLÍTICA								
	INTEGRIDADE TERRITORIAL								
	SOBERANIA				X				

FONTE: Adaptado de SAINT-PIERRE, 2004, p.49.



Entende-se que somente o quadro esquemático apresentado pelo autor poderia ser base para uma longa análise, entretanto, o objetivo de transcrevê-lo, neste trabalho, é para corroborar que existem outros meios, além dos militares para analisar a segurança sob o ponto de vista das ameaças, e que de acordo com os elementos que as constituem, outras formas de enfrentar essas ameaças podem ser pensadas, para além da militar. Essas formas mais amplas de entender a segurança fazem parte da denominada Vertente Abrangente de Segurança.

Costa (2013, p.319) avalia que as relações entre espaço e poder, passam a ser vistos do ponto de vista de e sobre outros atores, que podem ser desde indivíduos até organizações, corroborando, com o cenário que propiciou que a segurança abranja mais temas e sob outras perspectivas.

Raffestin (1980) critica que a geografia política e a geopolítica, centraram-se nas abordagens Estatais, “[...] resumindo a este todos os fatos relativos ao poder [...]” (COSTA, 2013, p.318), numa perspectiva semelhante ao Realismo. Porém, o que ocorre no período pós Guerra-Fria é justamente a ampliação da gama de atores considerados, não desconsiderando o Estado como um importante ator.

Moreira Jr. (2011) destaca que a ordem internacional foi reconstruída e configurada, a partir dos processos de globalização em diversas dimensões: econômica, política, militar, cultural, social. Todas essas dimensões marcadas pelos avanços tecnológicos de informações e de comunicação, aumentando as interconexões globais, não dependentes do Estado. Ainda destaca um aspecto interessante, a globalização quanto universalização e particularismo ao mesmo tempo: “[...] a globalização combina universalização (homogeneização e uniformização conforme padrões ocidentais) e particularismos (reafirmação de identidades étnicas e culturais, e diversidades locais).” (2011, p.78).

Portanto, os fatos ocorridos, em termos de segurança, são desafiadores, pois requerem diferentes olhares, até mesmo diferentes do arranjo estatal tradicional. Entretanto, isso não equivale à diminuição do papel do Estado. Afinal, os assuntos de segurança e defesa continuam sendo uma grande preocupação político estatal, e marcam fortemente a agenda internacional contemporânea.

Vigevani, Correa e Cintra (1998) assinalam que essa agenda “[...] continua a ser moldada por valores hegemônicos, ainda que modificados ao longo da história”. Segundo eles, os debates sobre a agenda internacional, como um todo, são marcadamente condicionados pelos Estados Unidos.

Tendo em vista essas características, a agenda de segurança, no pós Guerra Fria, se caracteriza, portanto, pela variedade de temas associados à segurança, que antes não eram identificados dessa maneira. Cabe esclarecer que a mudança não ocorreu na composição da agenda, os temas já existiam, mas sim “[...] no grau de importância que passou a ser atribuída às diversas questões [...] o que sofreu alteração foi o modo de percebê-las”. (PAGLIARI, 2006, p. 34).

Objetivando uma análise com um olhar para as conexões entre a escala global e a regional, o entendimento das principais temáticas da agenda de segurança dos EUA para o mundo, que se convertem como pautas da agenda internacional como um todo, são relevantes, e trazem implicações para a América do Sul: “A superioridade norte-americana que se mostra no sistema internacional no pós Guerra Fria tem trazido inúmeras implicações para a agenda de segurança do hemisfério<sup>43</sup> [...]”. (PAGLIARI, 2005, p.3).

Desse modo, destacam-se como os principais temas, o Terrorismo e o Narcotráfico. (PAGLIARI, 2005; PAGLIARI, 2006; AYERBE, 2006; MATHIAS, 2007; JORGE, 2009; COSTA, 2009; SAINT-PIERRE, 2010)

Miyamoto (2009) e Teixeira da Silva (2010) avaliam que, entre os anos de 1991 e 2001, houve um otimismo de que as relações internacionais seriam mais harmoniosas. Entretanto, aos poucos essa sensação inicial foi se perdendo: “[...] cedendo espaço às tradicionais preocupações que caracterizaram as décadas anteriores, ainda que sob novas roupagens”. (MIYAMOTO, 2009, p.187). Primeiro em 1993, um ataque terrorista no *World Trade Center*, sucessivos ataques às embaixadas norte-americanas, às tropas americanas na Arábia Saudita, e até mesmo o *superdestróier USS Cole*, atacado pela Al Qaeda em 2000. Por fim, o *World Trade Center*, novamente foi alvo em 2001. “[...] tal fase de transição encerrou-se de forma trágica, inaugurando uma nova fase de pessimismo e de obsedante preocupação com segurança e defesa nacional”. (TEIXEIRA DA SILVA, 2010, p.61-62).

---

<sup>43</sup> Cabe a ressalva de que as regiões podem se sobrepor de acordo com o enfoque utilizado. Do ponto de vista da segurança, as Américas seriam uma região, aqui denominada região hemisférica. Embora, tenha sido marcante durante a Guerra Fria, a Organização dos Estados Americanos ainda atua com relação ao tema da segurança, e tem importância atual. Entretanto, após 2009 com a criação da UNASUL e do Conselho de Defesa Sul-americano, a literatura passa a identificar que há um movimento de construção inicial de uma região sul-americana para tratar as questões de segurança.

Nesse ponto, o terrorismo é emblemático. Caracteriza-se, de maneira geral, pelas ações levadas a cabo com o intuito de gerar medo e temor. De acordo com Saint-Pierre (2010) e Moreira Jr (2011), o terrorismo não é um fenômeno novo, porém foi na contemporaneidade que se transnacionalizou.

A apropriação que os grupos terroristas fazem das condições oferecidas pela sociedade transnacional globalizada colocam a questão do terrorismo contemporâneo como um problema mais global do que local. [...] Ao instrumentalizar a permeabilidade das fronteiras nacionais, as organizações terroristas adquiriram capacidade de se articular de modo descentralizado, visando atingir efeitos globais e em larga escala. (MOREIRA JR, 2011, p.83).

Admitem-se algumas características do terrorismo contemporâneo, tais como: atuação descentralizada e o uso da informática, por meio de redes sociais, para divulgação de atentados, ameaças e outros, bem como forma de recrutamento de pessoas a longuíssimas distâncias físicas; a sobrevivência financeira através da prática de outras atividades fora do controle estatal (como tráfico de drogas e armas, tráfico de pessoas, lavagem de dinheiro; os alvos de ataques são diversos; não visam o combate à um poder central claramente identificado como um Estado específico; apresentam um desafio às fronteiras estatais e, portanto, às políticas estatais tradicionais. (MOREIRA JR, 2011, P.83).

Entretanto, apesar dessas características Saint-Pierre (2010) e Moreira Jr (2011) destacam que a comunidade internacional não define - ou para Saint-Pierre (2010), define mal - o terrorismo. Ambos os autores identificam que essa má definição, onde o termo “terrorismo” é empregado para diversas situações, sem distingui-las permite que padrões de “inimizade/amizade” se formem. Retomando o conceito de Gottmann (1973), nos vemos frente ao “nós/outros”, porém não de um Estado Nacional, e sim, em outra escala: a da ordem do sistema internacional.

Após o ataque ao *World Trade Center*, é lançada a *Revisão Quadrienal de Defesa dos EUA*. Esse documento identifica e descreve as ameaças em potencial e as estratégias do país. Esse documento, segundo Jorge (2009), foi a primeira tentativa do país para definir qual seria a postura militar adotada a longo prazo, para o século XXI. Foram identificados no documento os principais desafios à segurança que devem ser combatidos: o terrorismo; os Estados páreas detentores de armas nucleares (como o Irã); Estados fracassados (o México passa a ser percebido assim); e a China pela sua rápida ascensão econômica-comercial. (JORGE, 2009).

Globalmente, portanto, o terrorismo, vai ocupando a agenda dos outros países também. Com relação à América Latina, a “guerra ao terror” irá se ligar à “guerra às drogas”. A “guerra as drogas”, era uma política já posta pelo governo de Ronald Reagan, quando este definiu o narcotráfico como um “problema de segurança nacional”. Como apontado no capítulo 02 do presente trabalho, ao ser identificado como um problema de segurança nacional, por afetar a soberania de todos os países envolvidos (FARRET, 2014), o tema foi *securitizado* e certas medidas de urgência puderam ser tomadas e políticas foram criadas. Foi o início do argumento de que, por ser um problema de segurança dos EUA, isso justificaria a intervenção diretamente na fonte da ameaça. (VILLA; OSTOS, 2005). Essas fontes foram identificadas em grande parte na América Latina.

Alguns desdobramentos relevantes ocorreram durante os governos norte-americanos seguintes: a invasão do Panamá, em 1989, para a captura de Manuel Noriega, por exemplo, deu início à “política de tolerância zero às drogas” do governo George W. Bush pai. Surge então a Estratégia Andina, pois é nessa região que a produção de coca ocorre largamente. Villa e Ostos (2005, p.2) sintetizam a Estratégia Andina em suas estratégias principais.

“[...] fortalecimento das instituições políticas dos países chaves na oferta de drogas ilícitas (Bolívia, Colômbia e Peru); fortalecimento operacional de unidades militares e policiais encarregadas do combate ao circuito da droga (erradicação de cultivos, comércio de precursores químicos, destruição de laboratórios, interdição de drogas, detecção das rotas e criminalização da lavagem de dinheiro), assim como o assessoramento militar e policial direto aos países andinos para o desmantelamento de cartéis (Colômbia) e de firmas (Peru) de drogas. [...] Finalmente, assistência comercial e fiscal para minimizar as consequências sociais decorrentes da privação de meios de subsistência de comunidades locais, como de fato ocorreu.”

Consolidando as políticas contra o narcotráfico, é aprovado em 1999, durante o governo Clinton, o Plano Colômbia, de iniciativa do presidente colombiano na época, Andrés Pastrana. O discurso de que as drogas eram uma ameaça à segurança do país se manteve e a securitização foi mantida. (VILLA, 2009).

O Plano Colômbia se constituía no aporte financeiro de 7,5 bilhões de dólares para atingir alguns objetivos como assistência dos Estados Unidos, militar e financeiramente. Villa e Ostos (2005) afirmam que do montante, 55% foram

destinados as Forças Armadas e 27% para a polícia. O que restou aos projetos de desenvolvimento foi apenas 9% e 3%, sendo direcionados aos *desplazados*<sup>44</sup>.

Em 2002, a título de exemplificação, o documento Estratégia de Segurança Nacional dos EUA (*National Security Strategy*) apontava uma grande preocupação com relação à região Andina e como a securitização do tema das drogas foi forte entre os *policy* e *decision makers*. (VILLA, 2009).

A partir de 2001, foi *securitizado* o tema do terrorismo, dando início à “Guerra ao terror”. Nesse momento, esta e a “Guerra as Drogas”, passaram a ser ligados ao terrorismo, nos discursos internacionais, fazendo com que, o termo narcotráfico fosse denominado narcoterrorismo. (PAGLIARI, 2009, p.205). Portanto, para as agências de segurança dos EUA, por exemplo, os dois fazem parte de uma mesma guerra: contra o terrorismo. (VILLA, 2009).

Durante o governo de George W. Bush filho, ademais, criou-se a Iniciativa Regional Andina, que destinaria recursos, não só para a Colômbia, mas para os países andinos e Brasil e Panamá. (VILLA, 2009). Além disso, citavam na lista de organizações terroristas dos Estados Unidos, grupos de atuação do Oriente Médio e alguns grupos narcotraficantes da América do Sul: as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), Exército de Libertação Nacional (ELN), Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC) e o Sendero Luminoso. Isso alterou a forma como se justificavam os combates às guerrilhas. Anteriormente o combate não previsto pelos Planos, que ocorriam e na maioria das vezes não eram revelados oficialmente, se davam por meio da justificativa de que as guerrilhas protegiam ou dependiam das atividades do narcotráfico. Após a ligação - ou sobreposição, ou *overlapping*, como denomina Villa (2009) – entre o narcotráfico e o terrorismo, a utilização dos recursos dos Planos e da atividade militar dos EUA em território colombiano frente às guerrilhas já se auto-justificava, pois seriam medidas entendidas como ‘antiterroristas’. Para além desse âmbito, novamente multilateralmente o poder de pressão de agenda norte-americana, também pôde ser exercido com relação às drogas com o financiamento ao Comitê Interamericano Contra o Terrorismo (CICTE), dentro da estrutura da OEA. (VILLA, 2009).

Miyamoto (2009, p.188) propõe algumas perguntas, que não apresentam soluções ou consensos, mas que auxiliam a refletir sobre a questão.

---

<sup>44</sup> *Desplazados* são as pessoas que se deslocam fugindo dos confrontos gerados.

O comércio de drogas é visto como o segundo negócio mais rentável do mundo, depois da indústria de armamentos. E quando as drogas passam a ser associadas a movimentos terroristas, como devem agir os Estados que se sentem atingidos? Existe maneira de resolver tal problema adequadamente? Que mecanismos devem ser utilizados? A força unilateral, pura e simplesmente? Por meio da cooperação internacional? Em que nível? Provavelmente demorará muitos anos até que se chegue a um consenso sobre as medidas a serem adotadas – regionalmente e globalmente. Enquanto isso cada país tem agido de acordo com suas próprias orientações, considerando as drogas tema de segurança nacional, segurança pública ou problema social.

É possível entender, com todo o panorama global traçado e relacionado à América Latina, como alguns fenômenos, comumente e do ponto de vista do senso comum, interpretados como autóctones - tanto relacionados a alguns países quanto às regiões, como a América Latina, por exemplo -, na realidade não são autóctones. Muitos desses conflitos, definições de agendas, a forma como lidar com determinados temas e, mais amplamente, a própria história, não podem ser entendidas de modo isolado, e necessitam de um olhar que possa abordar algumas das dinâmicas de segurança global, de suas características e dos seus principais atores.

### 3.2 PENSANDO A GEOPOLÍTICA, SEGURANÇA E DEFESA NA AMÉRICA DO SUL EM ESCALA REGIONAL

#### 3.2.1 América Latina e América do Sul: um recorte do ponto de vista da segurança

Muitos elementos, do ponto de vista da segurança, são comuns aos países da América Latina. Nesse sentido, distingue-se o porquê de a América do Sul ser escolhida como recorte e não a América Latina. Para isso, destaca-se, assim, a Teoria dos Complexos Regionais de Segurança (FIGURA 1).

Essa teoria foi desenvolvida por Buzan e Wæver (2003) e se destaca pelo nível de análise ser regional. A América do Sul é considerada por esses autores como um desses Complexos.

A interdependência de segurança é nitidamente mais forte entre as unidades dentro de tais complexos do que com relação à unidades fora deles. [...] Um complexo de segurança é definido como um conjunto de unidades cujos principais processos de securitização, desecuritização ou ambos, são tão interligados que seus problemas de segurança não podem

ser razoavelmente analisados ou resolvidos de maneira separada. A dinâmica e a estrutura do complexo de segurança são normalmente formados pelas unidades dentro dele - por suas percepções de segurança, e interações uns com os outros. Mas também podem surgir de securitizações coletivas derivadas de pressões externas, tais como o meio-ambiente mundial ou a economia global. (BUZAN; WÆVER, WILDE, 1998, p.201, tradução nossa) <sup>45</sup>.

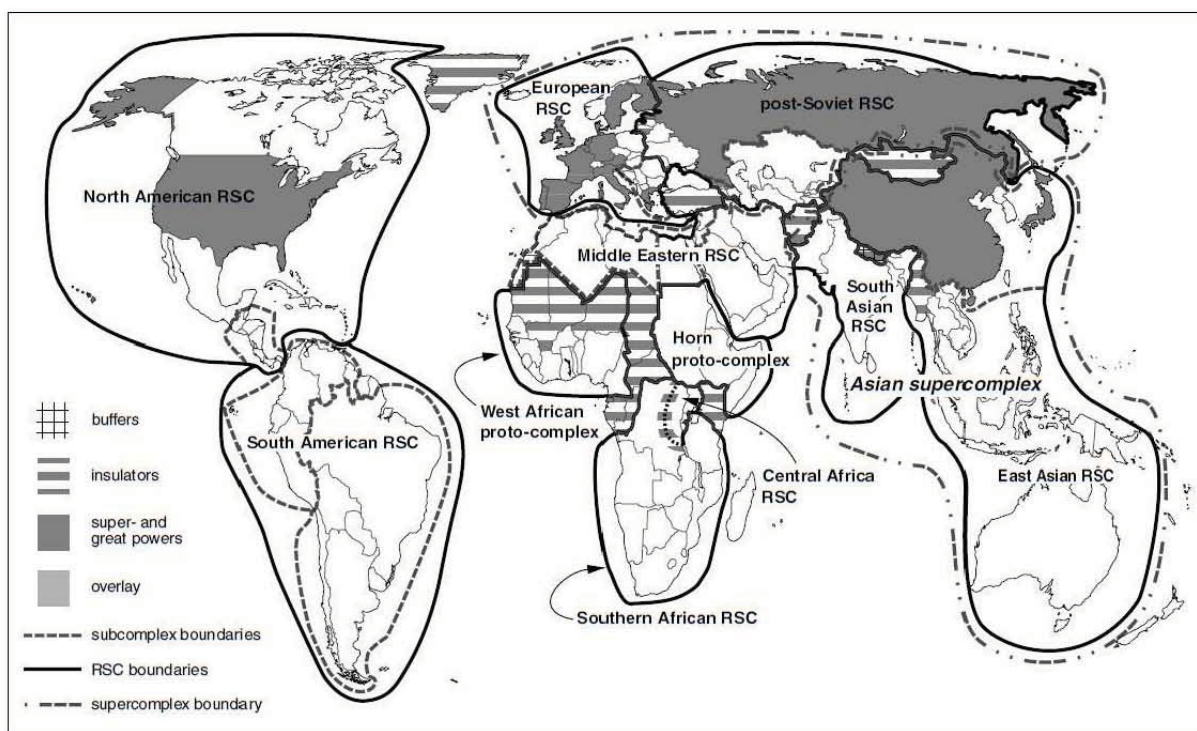
A estrutura de tais complexos é formada por alguns níveis: o nível doméstico dos Estados, cujas vulnerabilidades geradas dentro de cada um, pode fazer com que os demais, se sintam ameaçados; o nível regional, sendo relevante as relações entre os Estados que compõe o complexo regional; o nível inter-regional, dizendo respeito às interações entre o complexo e os demais ao seu entrono; e finalmente, o aspecto da interferência que potências mundiais têm no complexo. (BUZAN; WÆVER, 2003, p.51; MANSANI, 2013).

---

<sup>45</sup> "Security interdependence is markedly more intense among the units inside such complexes than with units outside them. Security complexes are about the relative intensities of security relations that lead to distinctive regional patterns shaped by both the distribution of power and relations of amity and enmity. A security complex is defined as a set of units whose major processes of securitization, desecuritization or both are so interlinked that their security problems cannot reasonably be analyzed or resolved apart from one another. The formative dynamics and structure of security complex are normally generated by the units within it - by their security perceptions of, and interactions with, each other. But they may also arise from collective securitizations of outside pressures arising from the operation of complex metasystems, such as the planetary environment or the global economy." (BUZAN; WÆVER; WILDE 1998, p.201)



FIGURA 1 - COMPLEXOS REGIONAIS DE SEGURANÇA NO MUNDO PÓS- GUERRA FRIA, SEGUNDO BUZAN E WEAVER (2003)



Map 2. Patterns of Regional Security Post-Cold War



Buzan e Wæver (2003) propõem a existência de um Complexo Regional de Segurança na América do Sul. Genericamente, ao aplicar os níveis estruturais dos Complexos Regionais ao recorte sul-americano, os autores defendem que, no nível doméstico dos países existem tensões internas marcadas por escaladas de violência, uma vez que, ao longo da história, verifica-se que em períodos relativamente curtos, os países oscilam entre sistemas políticos ditatoriais e democráticos. (BUZAN; WÆVER, 2003, p.311).

No nível regional, através de uma abordagem histórica, é possível retomar a formação das fronteiras estatais, sendo este o grande marco para entender alguns dos conflitos dos séculos XIX e XX na região. Por sua vez, o nível inter-regional, não destacam nenhuma interação relevante, porém, com relação à atuação de potências mundiais, embora não esteja compreendida na região sul-americana, há a marcante interferência dos Estados Unidos. (BUZAN; WÆVER, 2003, p.309-310).

Outro ponto que destacado na teoria dos autores é a existência de dois subcomplexos regionais dentro do complexo sul-americano: o subcomplexo norte andino e o subcomplexo platino (delimitados em linhas tracejadas na Figura 1). A diferenciação seria pelo fato de a região norte do continente Sul-americano apresentar tendências maiores a desentendimentos oriundos de questões de fronteira; e o Cone Sul (sobretudo, Brasil, Argentina e Chile), por sua vez, não apresentarem a mesma tendência (MANSANI, 2013). Essa análise é discutida por Marco Cepik (2005, p.7):

“Quanto à diferenciação entre Cone Sul (regime de segurança) e Andes (‘formação de conflito’), regiões que chegam a ser tratados por Buzan & Wæver (2003:320-339) como dois Sub-complexos de segurança claramente delimitados, o final do contencioso Equador-Peru após a guerra do Cenepa em 1995 deixa apenas a guerra civil da Colômbia para dar substância a esta diferenciação”

Costa (2009), também reforça o recorte da América do Sul por suas interações geopolíticas.

O aspecto crucial [...] diz respeito ao processo em curso de constituição de novas entidades político-regionais - ou simplesmente geopolíticas - no Continente, esta sim, a força que tem impulsionado os estados e as sociedades nacionais na direção de arranjos políticos e econômicos – e sob certa medida, culturais – comuns [...]. Do ponto de vista político (ou

geopolítico), entretanto, o mais interessante desses processos que se desenvolvem no Continente na atualidade, é aquele representado pelo conjunto de iniciativas e articulações envolvendo a **América do Sul** e que estão promovendo-a rapidamente para a posição de uma **região geopolítica**, isto é, uma entidade política transnacional dotada de unidade mínima e arcabouço institucional baseados em princípios e macro-objetivos comuns nas relações internacionais.

Retomando a discussão do capítulo 02, *Aproximações conceituais sobre Segurança*, sobretudo, a noção de território quanto fixidez (segurança diante dos conflitos) e fluidez (segurança quanto oportunidade, por meio da cooperação) serão ressaltadas as principais dinâmicas de segurança e defesa nesses termos.

### 3.2.2 Cooperação em matéria de Segurança e Defesa

No período da Guerra Fria, a cooperação multilateral de segurança na região foi marcada pelos mecanismos hemisféricos abordados no tópico anterior: os acordos e os mecanismos institucionais como a JID, TIAR e OEA. Porém, há ainda uma cooperação multilateral de outra natureza, que deve ser considerada também: a Operação Condor.

Ela ocorreu em um momento em que as ditaduras foram instauradas na região, país após país, iniciando na década de 60. Essa operação, não era oficialmente reconhecida e consistia em ações tomadas pelos governos militares dos países:

“[...] promoveram conferências de inteligência, espionagem conjunta, troca de prisioneiros e outras ações que extrapolaram as fronteiras. O terrorismo de Estado foi praticado em escala internacional, possibilitado pela aliança supranacional de países sul-americanos e apoio incondicional do governo norteamericano.” (SOUZA, 2011, p.160-161).

Abdul-Hak (2013) e Miyamoto (2010) deixam claro que a Operação Condor, não pode ser considerada como Cooperação em termos de defesa (conceito de defesa), por se tratar de um modo de repressão política interna.

Durante os regimes militares, inicialmente, havia grande rivalidade, porém, com a grande dificuldade de se inserirem internacionalmente, alguns direcionamentos foram tomados. Assim, a partir da década de 70, não eram incomuns as cooperações entre os países da região (nesse caso, encontram-se

exemplos de cooperação no Cone Sul, e não tanto com relação ao Eixo Andino). (ABDUL-HAK, 2013).

Houve grande destaque aos sucessivos acordos entre Brasil e Argentina. Em 1979, o Acordo Tripartite Itaipu-Corpus; em 1980 o Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento e Aplicação dos Usos Pacíficos de Energia Nuclear, e em 1985, a Declaração conjunta sobre Política Nuclear. Sobre estes acordos, embora os processos de negociação não tenham sido simples, ao final, representaram o grande marco para as relações entre Brasil e Argentina, pois, resultou em maior transparência entre ambos, iniciando um maior entendimento e diminuição das principais desconfianças que havia entre ambos.

Já em direção ao fim da Guerra Fria, em 1986, é constituída a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) e em âmbito econômico o MERCOSUL (CERVO, 2008, p.139; OLIVEIRA; BECARD, 2010, p.13). Com relação a este último, Moniz Bandeira (2015,p.312-313) enfatiza que a decisão entre Sarney e Alfonsín (presidentes dos respectivos países no período), iniciadas já com os acordos nucleares anteriores, fez com que surgisse entre os dois países algo maior que uma integração econômica, mas também política e geopolítica.

Com isso, “[...] verifica-se que começam a surgir ensaios de redirecionamento do recorte espacial que a região passou a se perceber. De hemisférico para regional.” (MANSANI, 2013, p.62).

É interessante destacar que a busca por espaços de diálogo são apontadas por Castro (2009) como uma agenda atual global. Esses espaços, regionalmente também são construídos. Nesse sentido, para a temática da segurança, existem ações para se fortalecer a segurança na região, como a constituição da União das Nações Sul-americanas (UNASUL) e o Conselho de Defesa Sul-americano (CDS).

Nos anos 2000, sucessivas reuniões entre representantes dos países sul-americanos ocorreram, as denominadas Cúpulas de Presidentes Sul-americanos, culminando na Comunidade Sul-americana de Nações (CASA), criada em 2004. Em 2007, os países interpretaram que poderiam transformar a CASA na União das Nações sul-americanas (UNASUL), e em 2008, o Tratado Constitutivo foi assinado.

Uma peculiaridade inovadora da UNASUL foi o seu cunho, pois ela não é, prioritariamente, econômica. É política e geopolítica (OLIVEIRA; BECARD, 2010).

Esse aspecto faz com que seu escopo seja diversificado<sup>46</sup>. Em 2008, um dos Conselhos da UNASUL foi criado: o Conselho de Defesa Sulamericano (CDS):

“[...] el objetivo de este organismo sería el ‘entendimiento con todos los países sudamericanos para que pudiesen tener una misma palabra sobre defensa en los organismos internacionales y resolver por medio de este Consejo las eventuales cuestiones sobre defensa que surjan” (MOREIRA, 2008, p.7).

Nesse momento, há a mudança do padrão hemisférico anterior: a segurança passa a ser buscada e entendida como sul-americana. Alguns empecilhos colocaram em xeque a atuação do CDS inicialmente, como a pressão colombiana de que o termo “narcoterrorista” deveria ser inserido nos documentos oficiais da organização, para designar as FARC, isso retoma a questão do narcotráfico, abordada no subitem anterior. Demonstra-se assim, o poder de pressão de agenda norte-americana, inclusive pela associação do próprio termo narcoterrorismo, sendo este utilizado de modo a justificar políticas de “guerra as drogas”, em um momento em que a “guerra ao terror” é enfocada.

### 3.2.3 Conflitos e disputas na América do Sul

Retomando algumas noções destacadas no capítulo anterior - como a diferença entre a segurança vista sob uma ótica restrita e a abrangente -, é possível verificar alguns conflitos que podem ser classificados como temas de segurança tradicional e outros como não tradicionais. Os conflitos tradicionais se caracterizam por envolverem disputas fronteiriças dos territórios estatais (o território no sentido legal-institucional), normalmente envolvendo ou tendo a possibilidade de envolver as Forças Armadas.

Na Figura 2, procura-se mostrar algumas das tensões, espacialmente, utilizando-se como base a figura da América do Sul, com os pontos de tensão destacados. O critério utilizado no mapa, para selecionar os conflitos e tensões a

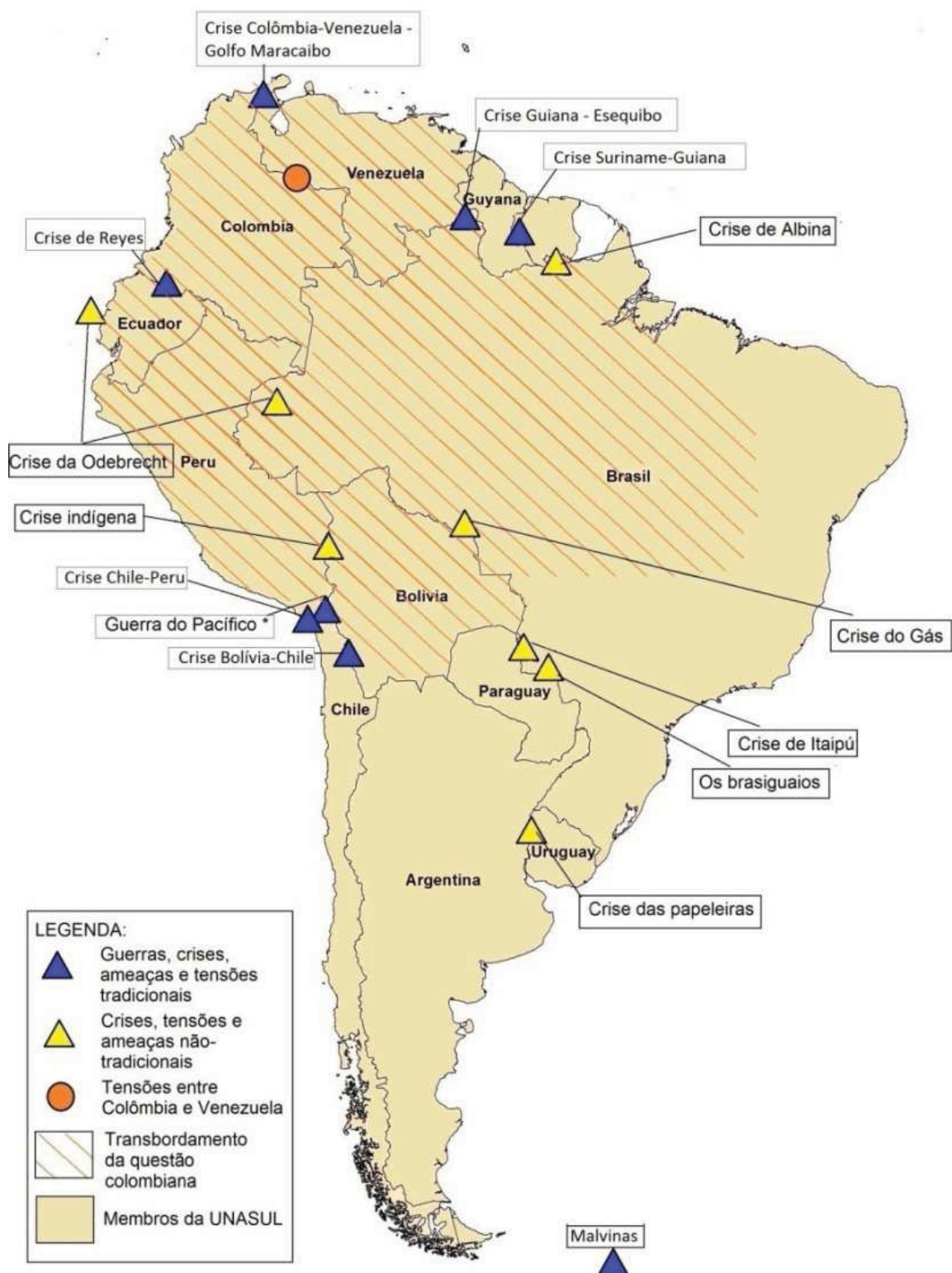
<sup>46</sup> “Afirmando sua determinação de construir uma identidade e cidadania sul-americanas e desenvolver um espaço regional integrado no âmbito político, econômico, social, cultural, ambiental, energético e de infraestrutura, para contribuir para o fortalecimento da unidade da América Latina e Caribe,” (UNASUL, 2008).

serem destacados, foi o de revisar a literatura<sup>47</sup> e identificar quais os conflitos indicados mais recorrentes.

---

<sup>47</sup> PAGLIARI (2009); PIERI (2011); COSTA (2009).

FIGURA 2 - PANORAMA DE SEGURANÇA NA AMÉRICA DO SUL - CONFLITOS E TENSÕES



FONTE: MANSANI, 2015.

Os conflitos tradicionais, na América do Sul, que se deram, em sua maioria, nos séculos XIX e XX, muito embora estejam finalizados, apresentam permanências. Nesse sentido, esses conflitos podem ser considerados “latentes” (PIERI, 2011) ou “hipóteses de conflito”. (PAGLIARI, 2009).

Pagliari (2009), Pieri (2011) e Costa (2009) elencam alguns desses conflitos. Para a primeira autora, são a Guerra do Pacífico (1879-1883), delimitações fronteiriças entre Colômbia e Venezuela (principalmente sobre o domínio do Golfo de Maracaíbo) e entre Venezuela e Guiana, sobre a bacia do Rio Esequibo.

Pieri (2011) também ressalta esses três conflitos, mas considera diversos outros. O autor avalia que “[...] existe uma série de litígios latentes na região, em sua maioria, fruto da carência de resoluções em períodos da constituição territorial dos Estados e com o agravante que é o domínio sobre determinados territórios onde se encontram grandes reservas de determinados recursos naturais”. (PIERI, 2011, p.34). Para elencar os conflitos, ele elabora uma tabela com os conflitos, inclusive finalizados. Para o presente trabalho, apenas os considerados como latentes são transcritos na Tabela 2.

TABELA 2 - CONFLITOS INTERESTATAIS NA AMÉRICA DO SUL, DE DISPUTAS FRONTEIRIÇAS LATENTES

CONFLITO INTERESTATAL	ESTADOS ENVOLVIDOS	Ano
Guerra do Pacífico	Bolívia, Peru, Chile	1879-1884
Guerra do chaco	Paraguai, Bolívia	1932-1935
Crise Guiana Esequibo	Guiana, Venezuela	1966
Crise Chile Bolívia	Chile, Bolívia	1978, 2006
Guerra da Malvinas	Argentina e Grã-Bretanha	1982
Crise Peru-Chile	Peru, Chile	1987
Conflito de Cenepa	Equador, Peru	1995
Crise Suriname-Guiana	Suriname, Guiana	2000, 2007

FONTE: Adaptado de PIERI (2011).

Assim como Pagliari (2009) e Pieri (2011), Costa (2009) também ressalta as tensões entre Chile e Bolívia em decorrência da Guerra do Pacífico, e entre Venezuela e Guiana. As disputas entre Peru e Equador, Guiana e Suriname, por sua vez, são destacadas tanto por Pieri (2011), quanto por Costa (2009).

A Guerra do Pacífico se destaca pelas grandes tensões latentes, sendo considerada por Pieri (2011, p.34) como “[...] a guerra com maior repercussão na



América do Sul”. Nesse sentido, o resultado mais emblemático dessa Guerra foi a perda da saída boliviana ao Oceano Pacífico. Costa (2009, p.13) verifica que.

“[...] até hoje ocupa o imaginário popular e as estratégias de estado desse país [Bolívia]. E é esse quadro que também tem justificado a natureza básica da estratégia adotada pela atual política de defesa do Chile, [...] mantém um aparato de contenção na sensível zona fronteiriça com a Bolívia”.

Entretanto, como apontam Costa (2009) e Pieri (2011) os analistas verificam que não há a prevalência das questões tradicionais nas tensões no século XXI, cabendo o conceito de Segurança em termos de novas ameaças. Dentre algumas tensões nesse sentido, pode-se citar a Crise de Albina, a Crise da Odebrecht, Crise indígena, (PIERI, 2011), os brasiguaios, a crise das papeleiras, a crise do Gás e a crise de Itaipú. (PIERI, 2011; COSTA, 2009).

Por fim, uma última questão, já destaca anteriormente, mas que deve se retomada. Pagliari (2005) destaca que há um movimento dos Estados Unidos na tentativa de reforçar uma agenda que securitize o terrorismo e as drogas, ou seja, tornando-as questões de segurança (do ponto de vista da segurança abrangente) para os países da América do Sul.



## 4. CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS NA ATUAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS NA AMÉRICA DO SUL: OS CASOS DA ARGENTINA, COLOMBIA E BRASIL

### 4.1 ATUAÇÃO DAS FFAA NA AMÉRICA DO SUL: UMA PROBLEMÁTICA

Os aspectos ressaltados anteriormente, como, as relações globais-regionais, com destaque do papel dos EUA; os contextos da Guerra Fria e pós-Guerra Fria; o conceito de segurança ampliado/multidimensional, com as “novas” ameaças, impacta o papel das Forças Armadas. (TIBILETTI, 2001; PAGLIARI, 2005, 2006; SAINT PIERRE, 2004, 2008, 2009, 2010, 2011).

A problemática da atuação das FFAA tem como raízes, na América do Sul, as ditaduras militares no período da Guerra Fria, onde a Doutrina de Segurança Nacional, por exemplo, no Brasil, teve como consequência a utilização das FFAA com direcionamento interno, isto é, eram empregadas frente à população do próprio país. A segurança nacional nesse período era atrelada ao “perigo comunista”.

Com o contexto de redemocratização, a atuação das FFAA passou a ser repensada, porém, as discussões ainda se mantêm restritas. Por conta do passado recente, diante dos crimes cometidos - e em sua maioria não resolvidos-, tendo como pano de fundo as questões mais amplas de segurança e defesa, destacadas anteriormente, demonstrando que a região sul-americana, mesmo apresentando tensões, a hipótese de guerras tradicionais é avaliada como improvável, tornando o emprego das FFAA uma problemática complexa.

Dentre as possibilidades há a atuação estritamente militar, no sentido tradicional, como em guerras formais estatais; a denominada *policização* das FFAA, em que estas são designadas a assuntos considerados de ordem interna, no âmbito da segurança pública; ou ainda, o meio termo, onde as funções militares são determinadas constitucionalmente, mas abre-se a possibilidade de utilização na segurança pública, em casos específicos. Com base nessas possibilidades, foram escolhidos três países da região que se enquadram, respectivamente, em cada uma delas: a Argentina, a Colômbia e o Brasil.

## 4.2 ATUAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS NA ARGENTINA

Assim como os demais países da América Latina, a história da Argentina é marcada pela atuação dos militares, nesse caso, seja pela frequência dos golpes militares - para ilustrar, apenas no século XX foram seis golpes militares no país -, pelas ditaduras militares ou por governos que tinham os militares como base de apoio principal. (WINAND; SAINT-PIERRE, 2007, p.39). Porém para o presente estudo serão destacados alguns tópicos importantes de dois golpes militares, o de 1966 e, sobretudo, o de 1976, para em seguida explicitar as principais implicações do processo de redemocratização do país. A escolha por esses três períodos não é por acaso:

O período compreendido entre os anos de 1955 – data da deposição do general Juan Domingo Perón e da posse do presidente Pedro Eugenio Aramburu – e 1982 – derrota argentina para a Inglaterra durante a Guerra das Malvinas – foi marcado pela aceitação do papel político das Forças Armadas como guardiãs do sistema político e pelo fortalecimento do corporativismo castrense. [...] esse período tenha propiciado a institucionalização dos militares enquanto atores políticos [...]. (ANTUNES, 2008, p.202)

Em 1966, ocorreu o Golpe militar, que teve como característica, assim como no Brasil em 1964, a atuação norte-americana. Rapaport e Laufer (2000) assinalam que durante o governo de Arturo Illía (1963-1966), os Estados Unidos estavam monitorando e ponderando o melhor momento para o golpe. Em algumas situações, os EUA acusavam o governo argentino de ser nacionalista e esquerdista, e se preocupavam com a economia do país, a instabilidade interna (diversas greves dos sindicatos ocorreram, bem como, a mobilizações de grupos guerrilheiros) e com decisões do governo como a falta de apoio aos EUA na Guerra do Vietnã.

Com relação às FFAA no período do governo Illía:

Em meados de 1964, consideraram ainda predominantes, neste ambiente militar, as tendências “legalistas” e partidárias de que as Forças Armadas permanecessem alheias “à política”. [...] deixavam claramente aberta a possibilidade de uma solução não institucional da crise econômica e política, ao assinalar que os comandos castrenses somente removeriam o governo “se o requeresse o interesse nacional”. (RAPAPORT; LAUFER, 2000, p.84).

Mas esse quadro não era homogêneo, setores das FFAA tinham outras diretrizes. Dentro de um desses setores o General Onganía se destacava e mantinha contato intenso com a embaixada norte-americana, e após o golpe, foi quem substituiu o presidente Illía. Onganía justificou em alguns discursos, por meio da Doutrina de Segurança Nacional, que as FFAA, tradicionalmente apolítica, tinha direito a destituir governos que considerassem despóticos. (RAPAPORT; LAUFER, 2000). Nesse ponto, fica claro o alinhamento que as Forças Armadas argentinas adotaram com a política norte-americana para a América Latina: as FFAA seriam instrumentos utilizados contra inimigos internos (RAPAPORT; LAUFER, 2000), sendo estes inimigos os “comunistas”.

“[...] deflagra-se um Golpe de Estado, em 1966, que instala um governo militar até 1973 e, depois de uma breve interrupção democrática, outro golpe militar põe em vigor uma sanguinária ditadura, no ano de 1976.” (WINAND; SAINT-PIERRE, 2007, p.39).

De 1973 a 1976, o país passou por um breve período democrático, admitindo a volta de Juan Domingo Perón à presidência, e após seu falecimento, a sucessão com Isabelita Perón.

O contexto político, econômico e social argentino se agravava. Conforme Souza (2014, p.265), em março de 1975, era contabilizado um assassinato político a cada duas horas. Em 1976, culminou em outro golpe militar com a justificativa, já recorrente em outros países latinos, de que por esse meio o país se desenvolveria e a ordem seria estabelecida. (SOUZA, 2014).

Denominado *Proceso de Reorganización Nacional*, ou apenas *El Proceso*, a ditadura nesse período era comandada por Juntas militares formadas por representantes de cada uma das Forças, sendo responsáveis pela indicação dos presidentes do país. Das quatro Juntas que governaram durante o período, apenas a última não nomeou alguém da própria Junta.

Dentre as primeiras medidas tomadas, criaram Atas e Decretos que estariam acima da Constituição Argentina, e eliminaram a divisibilidade dos três poderes. (ANTUNES, 2008). Em seguida identificaram e iniciaram o combate aos que, segundo eles, seriam as causas dos problemas da sociedade: os militantes de esquerda, os militantes peronistas, sindicatos, jornalistas, cantores, atores, funcionários públicos. (SOUZA, 2014, p.266).

Nesse momento, a violência praticada pelo Estado se generaliza justificada e amparada pela Doutrina de Segurança Nacional, que em linhas gerais foi comum aos países latino-americanos, mas com desdobramentos distintos. (LOPEZ, 2007; WINAND, SAINT-PIERRE, 2007). Com apoio de Sistemas de Informações militares (que mais tarde são compartilhadas internacionalmente em rede, na denominada Operação Condor), o Estado praticou o que diversos autores denominam como Terror de Estado. (STEINKE, 2017; LOPEZ, 2007).

O Terrorismo de Estado Argentino baseava-se na detenção, desaparecimento e tortura de todos os que eram considerados subversivos, com a finalidade de obter informações sobre outras pessoas que representavam ameaça aos ideais da ditadura instaurada e foi observado desde os primeiros dias do *Proceso*.

O recurso principal desse terror foi o desaparecimento de pessoas, mas ainda assim praticou-se tortura, rapto de crianças, estupro de prisioneiras, detenções ilegais, roubos dos bens de desaparecidos ou detidos, extorsão, e outros abusos e atrocidades desprezíveis. Esses comportamentos baseados em ilimitada selvageria foram caracterizados pelo conceito de “terrorismo de Estado [...]”. (LOPEZ, 2007, p.18).

Aos poucos o regime militar, na mesma medida em que recrudescia a violência, perdia o poder político confiado por alguns setores no início do *Proceso*, principalmente, por conta da economia que se manteve em crise e por conta de disputas entre as três forças, exército, marinha e aeronáutica. (STEINKE, 2017). Nos últimos anos da ditadura, os militares utilizaram um subterfúgio para tentar unificar suas Forças Armadas e a sociedade argentina: as Malvinas. Winand e Saint-Pierre (2007) refletem sobre o tema e entendem que o resultado foi uma unidade nacional ímpar no país, em torno da soberania sobre as Ilhas Malvinas. O discurso utilizado – inclusive em livros didáticos - era o de que se deveria, por honra, disputar a posse das Ilhas contra os britânicos, imperialistas.

Andrade e Hissa (2010, p.6) apontam que as ilhas já eram disputadas entre a Grã-Bretanha e a Espanha no período colonial, e que um argumento central argentino seria seu direito histórico, após a independência, de assumir o que era de domínio espanhol na região. Essa disputa se seguiu e, em 1833, a ilha foi permanentemente ocupada pelos britânicos.

Embora a disputa não tenha sido inédita foi retomada com muito afinco pelos militares, na década de 80, justamente, quando havia a necessidade de se manterem no poder por mais tempo, diante da perda de apoio e descrédito que passaram a ter frente à sociedade argentina<sup>48</sup>.

Após a Guerra, com a derrota Argentina destacam-se dois desdobramentos importantes: um em escala regional hemisférica e um em escala nacional argentina.

A primeira se refere ao que Cervo (2008, p.113) avalia. Os arranjos hemisféricos, como o TIAR foram invocados para que os Estados que ratificaram os acordos se posicionassem em conjunto. Entretanto, o posicionamento dos EUA foi a favor da Grã Bretanha, por meio da OTAN. Com isso, os países latinoamericanos, sobretudo o Brasil, passaram a entender que o TIAR, e todo o sistema interamericano não tinham mais utilidade. Ricardo Pereira Cabral (2013, p.1-2) acrescenta mais detalhes do contexto das ditaduras latinas e seus laços com os Estados Unidos, e portanto, as expectativas que esses países tinham sobre o posicionamento norte-americano foram frustradas.

“[...] a Guerra das Malvinas nos serve como outro referente para se pensar como, num contexto de ‘aquecimento’ da Guerra Fria sob a administração de Ronald Reagan (1981-1989), uma perspectiva continental hemisférica de segurança foi posta em segundo plano em relação aos interesses bilaterais dos EUA com a Grã-Bretanha, malgrado os mais de vinte anos de atuação de muitos governos da América Latina em associação com órgãos de inteligência norte-americanos no combate às guerrilhas de esquerda sustentadas pela União Soviética através de Cuba. Frente à crise diplomática aberta entre Argentina e Grã-Bretanha, os EUA recusaram-se a convocar o TIAR para resolver a questão, alegando que os argentinos tinham invadido território britânico. O Brasil, ainda que de maneira limitada, apoiou os argentinos com material bélico e serviço de inteligência. Tornou-se claro que as alianças norte-americanas tinham uma gradação e que o Teatro do Atlântico Norte era bem mais importante nessa conjuntura para os interesses estratégicos dos EUA.”.

Em segundo, no plano interno argentino, a derrota atingiu outras parcelas da sociedade, que até então continuavam apoiando a ditadura, mas após esse fato, as FFAA passaram a ser questionadas não só pela sua atuação interna repressiva e violenta, pela usurpação do poder político, bem como pela sua função tradicional: teriam estas condições de assegurar a Defesa do território argentino e sua soberania? (WINAND; SAINT-PIERRE, 2007, p.45).

---

<sup>48</sup> Ainda segundo as autoras, outros fatores podem ser relevantes para explicar a disputa pelas Malvinas: a posição geoestratégica das ilhas, relacionadas à um possível divisão futura da Antártica e pela região ser rota de tráfego marítimo.

Com esse desfecho, em 1983, há o início da redemocratização Argentina. Nesse momento, muitas questões se colocaram para o país. E entre essas perguntas estava a de que seria feito com os militares a partir de então. Como nos demais países sul-americanos de um lado estava o setor militar tentando manter-se com prerrogativas e até certa autonomia sobre assuntos ligados à Defesa, e do outro, tentativas (em maior ou menor de grau, dependendo da sociedade em questão) civis de que o exercício democrático se desse sobre todas as instituições do Estado. (LOPEZ, 2007),

Nesse momento houve uma longa discussão sobre a conveniência de se regressar à DDN [Doutrina de defesa Nacional] e de se separarem as funções de defesa e segurança interior, cujas referências imediatas foram as atrocidades e os abusos cometidos durante o terrorismo de Estado e o fracasso da guerra das Malvinas. É possível dizer que praticamente toda estrutura jurídica e institucional desenvolvida na Argentina a respeito das relações civil-militares e política de defesa está permeada por essa discussão de 1983 a nossos dias". (LOPEZ, 2007, p.19).

O autor ainda relaciona as consequências do terrorismo de Estado com a discussão sobre a separação entre as funções de defesa e de segurança interior. Uma vez que, passado o período ditatorial, havia a necessidade de se repensar e redefinir a atuação das instituições militares e as relações dessa com os civis, tendo em vista que, anteriormente, essa relação era marcada pela violência e repressão.

Essa experiência deixou seqüelas e consequências que tiveram peso significativo no momento de redefinição das relações civil-militares, do desenvolvimento da política de defesa e da reconstrução da ordem republicana. A meu juízo as mais importantes foram: a luta pelo estabelecimento da verdade e do indiciamento dos responsáveis pelas atrocidades cometidas, que tem prosseguido até o presente no decurso da democracia reencontrada; a revisão da DSN [Doutrina de Segurança Nacional] no interior das instituições militares, o regresso à primazia da DDN [Doutrina de Defesa Nacional] e do debate sobre a conveniência de se separarem ou não as funções da defesa das de segurança interior. (LOPEZ, 2007, p.18).

Outro fator apontado e que deve ser observado nesse sentido, seria o tipo de transição que o regime ditatorial teve para o democrático. No caso argentino essa transição foi caracterizada por uma transição pelo colapso, logo que o país foi derrotado na guerra das Malvinas.

É freqüente a referência que os autores fazem a essa tipologia. Dentre eles aponta-se Lopez (2007), Winand e Saint-Pierre (2007). Porém foi com O'Donnell e

Schmitter (1986) que ela foi cunhada. Nesse tipo de transição, o autor avalia que há maiores chances de que a democracia se desenvolva mais por completo, uma vez que não haveria acordos entre esse novo regime e os agentes do período anterior. Essa falta de acordos, por outro lado, poderia representar também uma instabilidade maior, por maiores riscos de ser novamente usurpada por novos golpes. Inclusive, no caso Argentino, segundo Lopez (2007), o movimento *caraspintada*, constituído por setores militares de extrema-direita, ilustra essa situação.

De modo geral, após o colapso da ditadura, pode-se apontar algumas iniciativas tomadas, pelos governos, na redemocratização: os julgamentos dos militares que cometeram verdadeiros crimes no período anterior; a pronta abolição da Doutrina de Segurança Nacional como base das instituições militares; a busca por subordinar os militares ao controle civil; a criação de um Ministério da Defesa dirigido por civis. (LOPEZ, 2007),

A Argentina de todos os países que emergiram da longa noite das ditaduras latino-americanas é o país que chegou mais adiante em matéria de redefinição das relações civil-militares e de controle civil. [...] O caminho tem sido arduo, pois o avanço as vezes ocorreu aos trancos, e os riscos foram altos em alguns momentos, mas é possível dizer que o saldo final é muito positivo na Argentina, aos 23 anos de retorno à democracia. (LOPEZ, 2007, p.16)

Como instrumento base de avaliação - tanto dessas relações quanto de como são pensados os conceitos de Segurança e Defesa - as leis que versam sobre o tema. São destacadas quatro principais leis para traçar as alterações que uma trouxe sobre a outra: Lei 13234/48; Lei 16970/66; Lei 23554/88; Lei 24059/92.

A Ley n.13234, de 01 de setembro de 1948, não se encontra disponível na íntegra para análise. Ela foi a primeira lei que se referia à Defesa Nacional. Segundo os autores, versava sobre a organização da nação para os tempos de guerra. Nesse sentido, a Defesa Nacional se encontra vinculada à noção de guerra externa, sobretudo, considerando-se que o contexto desse período era de final da Segunda Guerra Mundial. Apenas duas décadas depois, viria a Ley n. 16970, de 06 de outubro de 1966. O contexto internacional da Guerra Fria e o recém golpe militar argentino são o pano de fundo da criação dessa lei.

Por meio dessa lei o emprego das FFAA para o controle da população de maneira violenta, com a finalidade de reprimir o que consideravam “movimentos subversivos” são legalizados. Verificam-se, no Art.2º, nitidamente os princípios da



Doutrina de Segurança Nacional. Em outras palavras a conceituação de Segurança Nacional como a situação ideal em que os interesses da nação não estão sob ameaça – sem definir claramente quais seriam essas perturbações na lei. E a Defesa Nacional, definida pelo Art. 3º, como as ações tomadas para alcançar a Segurança Nacional.

Outro destaque é a abertura dada pelo Art.43, que prevê a utilização das Forças Armadas em casos de “*conmoción interior*”.

Artículo 2º - La seguridad nacional ES la situación en la cual los intereses vitales de la Nación se hallan a cubierto de interferencias y perturbaciones sustanciales.

Artículo 3º - La defensa nacional comprende el conjunto de medidas que el Estado adopta para lograr la Seguridad Nacional.

Artículo 43 – En caso de conmoción interior, sea ésta originada por personas o por agentes de la naturaleza, podrá recurrirse al empleo de las Fuerzas Armadas para establecer el orden o prestar los auxilios necesarios. [...] (ARGENTINA. Ley n. 16970, de 06 de outubro de 1966)

Apenas em 1988, Ley n. 23554, de 13 de abril de 1988, trouxe uma nova concepção desses pontos, ou como Sain (2004, P.177) define, uma *desmilitarización de la seguridad interior*. Durante as discussões parlamentares acerca dessa lei, destaca-se o parlamentar Antonio Berhongaray que, em seu pronunciamento, defendeu que as Forças Armadas deveriam ser voltadas apenas a Defesa Nacional, e essa seria definida como atividades relacionadas à defesa contra agressões externas. Isto é, as FFAA atuariam como o “instrumento militar da defesa Nacional”. (SAIN, 2004, 179).

Em suma, há uma nova conceituação que separa a Defesa Nacional dos assuntos definidos como de Segurança Interna (Seguridad Interior). Para regulamentar os casos de Segurança Interior, inclusive, outra lei foi promulgada (ARGENTINA. Ley n. 24059, de 21 de julho de 1992). Dentro do escopo da Defesa Nacional, o Art. 2º a define como exposto por Berhongaray: relacionada aos conflitos que requerem a atuação das FFAA, e estes conflitos seriam apenas os de ordem externa. Também definem as instituições e cargos que fazem parte do sistema de Defesa Nacional como um todo, não sendo mencionadas as forças policiais.

Artículo 2º - La Defensa Nacional es la integración y la acción coordinada de todas las fuerzas de la Nación para la solución de aquellos conflictos que requieran el empleo de las fuerzas Armadas, en forma disuasiva o efectiva, para enfrentar las agresiones de origen externo.

Artículo 4º - Para dilucidar las cuestiones atinentes a la Defensa Nacional, se deberá tener permanentemente en cuenta la diferencia fundamental que separa a la defensa Nacional de la seguridad Interior. Seguridad Interior será regida por una Ley especial.

Artículo 20 – Las fuerzas Armadas son el instrumento militar de la Defensa Nacional y integran con medios humanos y materiales orgánicamente estructurados para posibilitar su empleo en forma disuasiva y efectiva. Sus miembros se encuadrarán en toda circunstancia bajo un mando responsable de la conducta de sus subordinados. (ARGENTINA. Ley n. 23554, de 13 de abril de 1988)

A lei especial mencionada no artigo 4º da Lei 23544 foi sancionada em 1991 e promulgada em 1992, sendo esta a *Ley n. 24059*, de 21 de julho de 1992. Nesta, há o delineamento do que é e quais os objetivos da Segurança Interior e quais elementos serão empregados para atingi-los.

Artículo 2º - A los fines de la presente ley se define como seguridad interior a la situación de hecho basada en el derecho en la cual se encuentran resguardadas la libertad, la vida y el patrimonio de los habitantes, sus derechos y garantías y la plena vigencia de las instituciones del sistema representativo, republicano y federal que establece la constitución Nacional.

Artículo 3º - La seguridad interior implica en el empleo de elementos humanos y materiales de todas las fuerzas policiales y de seguridad de la Nación a fin de alcanzar los objetivos del artículo 2º. (ARGENTINA. Ley 24059, de 21 de julho de 1992)

Apesar dessa separação nítida entre as duas, é previsto que em situações excepcionais as FFAA poderiam ser utilizadas em assuntos de segurança interior, mas a lei consegue demarcar que quando do emprego das FFAA em tarefas dessa natureza, não pode ocorrer nenhuma mudança em doutrina, organização, treinamento e equipamento. Desse modo, elas não se converteriam em forças policiais e nem se correria o risco de as atividades serem transferidas a cargo militar, estando estas sujeitas às forças policiais, como apoio, nos casos excepcionais. (SAIN, 2004).

Sain (2004) avalia que essas duas leis que separam a Defesa Nacional da Segurança Interior são frutos de um consenso político majoritário que perpassa todos os governos democráticos do país. Embora admita que existam críticas, estas são pouco expressivas. Houve tentativas de revisão, mas foram fracassadas diante desse consenso.

Para o autor a intenção desses atores, ao defender essa revisão da aplicabilidade das FFAA, na realidade não seria por entenderem que existe uma nova concepção de Segurança ampliada - que ganhou força na década de 90, após

a Guerra Fria, abarcando as novas ameaças – e que as FFAA deveriam responder à essas situações; e também não seria o caso de uma forma de aumentar a autonomia militar perdida. O que estaria em jogo, no ponto de vista do autor, seria a tentativa de agregar mais funções à instituição para que seja reforçado o próprio sentido da instituição, pois passam por crise de identidade e severos cortes orçamentários.

Entretanto, entende-se, como analisado nos capítulos anteriores do presente estudo, que o contexto internacional e regional após a Guerra Fria, trouxe desafios para as Forças Armadas, no sentido de elas não terem mais um inimigo tão claramente definido como no conflito bipolar, somado ainda ao fato de regionalmente não haver uma hipótese e premente ameaça de conflito tido como tradicional entre os países da América do Sul. A crise identitária, portanto, pode ser analisada desse ponto de vista.

Esse consenso também passou por duras provas. Durante o governo de Menen (1989-1999), com a promessa de resolver a crise econômica da década de 80, e a hiperinflação, afirmava que as FFAA deveriam ter um papel maior na preservação da estabilidade institucional do país e assumir assuntos de segurança interior. (SAIN, 2004). A resposta militar foi de aceitação, porém desde que a Lei 23554 fosse revogada. Essa ação certamente não teria sucesso por conta dos parlamentares que eram majoritariamente contra.

Por isso utilizou-se de decretos que retomavam a “*conmoción interna*” da Lei 13234. A situação assumiu grande magnitude e aproveitando o momento os EUA marcaram presença, com visitas ao país para defender o uso das FFAA contra o narcotráfico. O debate parlamentar chegou à conclusão de que não aceitariam a utilização do decreto e tampouco utilizariam as FFAA contra o narcotráfico. A resposta foi de revogar o decreto e a aprovação da *Ley de Seguridad Interior* (ARGENTINA. Ley n. 24059, de 21 de julho de 1992) reforçando a separação dos âmbitos da defesa e da Segurança Interior novamente. (SAIN, 2004).

A Carta Magna Argentina define com uma clareza meridiana o limite inequívoco entre as arenas da Defesa e da Segurança. O país pode orgulhar-se do relativo êxito com que conseguiu restabelecer as relações entre os civis e os militares e de como articula a participação dos políticos e do Congresso Nacional nessas discussões. Esta casa, aliás, funciona como o palco de ardentes e calorosos debates parlamentares sobre a Defesa e sobre todos os temas a ela adjuntos, provocando o transbordamento daquele pelos meios de difusão à sociedade, que aliás, responde com

consciência à informação. Quiçá esta prática política cidadã, que sacode a nação desde duas bases até máxima representação do poder legal e legitimamente constituído, explique a notável diminuição da autonomia militar e a contínua melhora da relação dos Poderes com as instituições castrenses.” (WINAND; SAINT-PIERRE, 2007, p.37).

Porém, novamente, alguns setores militares tem debatido a possibilidade do emprego das forças nas denominadas novas ameaças, como narcotráfico e crime organizado. Em 1997, por exemplo, o ministro da defesa Jorge Dominguez enfatizava que o narcotráfico se transforma em narcoterrorismo, e que a natureza dessa ameaça não seria interna e sim externa, portanto, sendo responsabilidade das FFAA. Ele utilizou em um pronunciamento um conceito de segurança amplo, definindo as FFAA como instrumentos da Segurança (ampla) e que, portanto cabe a elas a missão de combate ao narcotráfico. No ano seguinte simpósios foram organizados, em parceria com os EUA, com temáticas acerca do narcotráfico. (SAIN, 2004).

No governo seguinte, o de La Rúa, o debate se intensificou, enquanto que a atuação norte-americana via Plano Colômbia também aumentava. Muitos estudiosos, segundo Sain (2004), passaram a produzir artigos e apresentar palestras defendendo a militarização de alguns temas, ou que a Segurança deve ser entendida como una e ampla (abarcando tanto Segurança Interior quanto a Defesa em um mesmo conceito), o que equivale dizer que dever-se-ia empregar as forças armadas frente as novas ameaças, sobretudo, com relação ao narcotráfico.

O debate encontra-se aberto, porém, o consenso majoritário de que a Defesa Nacional e a Segurança Interior são conceitualmente distintas e com instrumentos diferentes ainda se mantém.

#### 4.3 ATUAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS NA COLOMBIA

A Colômbia está entre os países latinos que não passaram por um período ditatorial militar longo durante a Guerra Fria e nem nos mesmos moldes que ocorreram com a Argentina, o Brasil, o Uruguai, o Chile e outros. Porém nesse mesmo período se desenvolveu uma das grandes questões em termos de segurança desse país, inclusive tema de discussões para os demais países da América do Sul: as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia e o narcotráfico.

O país, apenas no século XIX, foi palco de quatorze guerras civis. Por conta disso, houve deslocamentos e decréscimos populacionais altos. (TECHE, 2010).

“[...] os exércitos em campanha atuavam em muitas ocasiões contra a população civil, a qual abandonava seus centros de habitação e buscava refúgio em zonas de paz; os cidadãos urbanos se deslocavam entre os povoados, em busca de refúgio, e os trabalhadores rurais se dirigiam interior adentro, de onde podiam estar à margem dos efeitos da devastação” (TECHE, 2010, p.28 Apud Ceballos Gómez in Posada, 2006, p.198).

Segundo Teche (2010) uma série de leis foram implementadas entre 1930 e 1945 e, em 1936, durante o primeiro governo de Pumarejo a Lei nº 200 merece destaque. Ela estabelecia a função social da propriedade e com isso, alguns latifúndios de café foram fragmentados trazendo insatisfação aos latifundiários que, embora tivessem preferências políticas distintas, até então divididos entre o partido liberal e o partido conservador, se uniram para derrubar a Lei. Em 1944 lograram o fim da reforma agrária, por meio da Lei Nº100.

Durante todo esse período as mortes eram uma constante, por conta das disputas políticas e a resistência contra o fim da reforma agrária. O partido liberal se encontrava dividido para as eleições de 1946, entre Jorge Eliécer Gaitán e Gabriel Turbay. O primeiro mantinha o discurso liberal igual a dos presidentes anteriores, em prol das elites empresariais e Gaitán um discurso que se voltava mais às classes populares do país. Do outro lado o partido conservador lançava Ospina Pérez que venceu as eleições.

Segundo Teche (2010), nesse momento, os confrontos políticos aumentaram, contabilizando cerca de 14 mil mortos, na sua grande maioria liberais. Durante o governo de Ospina Pérez a violência aumentou, os grupos paramilitares atuaram com mais liberdade e muitos dos perseguidos tiveram que se refugiar nas zonas rurais, em grande maioria a esquerda colombiana. (TECHE, 2010).

Entretanto o estopim, a escalada da violência, aconteceu em 1948. Nesse ano ocorria a preparação da IX Conferência Panamericana em Bogotá, esta foi marcada pela busca dos EUA por apoio contra o comunismo e criou a OEA. Durante o evento, ocorreu o assassinato de Gaitán, gerando uma comoção no país, que foi denominado *La Violencia*, que se estendeu até 1957, novamente a polarização política gerou mais 200 a 300 mil mortes. (ABDUL-HAK, 2013).

Até 1950 os paramilitares estavam presentes por todo o país. No fim do mandato o presidente se colocou como ditador, fechando o Congresso, e instaurando um estado de sítio com medidas de censura e repressão contra os opositores. No governo seguinte de Laureano Gómez, se manteve o formato de ditadura civil e a repressão.

Teche (2010, p.36) explicita que

As Forças Armadas, criadas em 1951 pela unificação do exército e da polícia [grifo nosso], passaram por transformações por conta de compromissos assumidos com os EUA, tendo enviado um contingente para a Guerra da Coréia em 1952 e seus altos escalões adquirido experiência em táticas regulares e irregulares, além de um grande protagonismo político.

Em 1953 a ditadura civil foi substituída por uma breve ditadura militar, por Rojas Pinilla que restabeleceu suspendeu a censura e convocou uma nova Constituinte. Em 1958 foi pactuado a Frente Nacional, onde os partidos Liberal e Conservador alternariam os mandatos presidenciais. (TECHE, 2010). A Frente Nacional excluía ainda mais a possibilidade das demais camadas da sociedade ao debate político e de serem representadas.

Na década de 60 começam a surgir os movimentos que questionavam a Frente Nacional, como o Movimento Revolucionário Liberal (MRL) e a Aliança Nacional Popular (ANAPO). Depois surgiram as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) (inicialmente um movimento camponês, voltado para a questão agrária que, desde 1940, havia afetado a população camponesa) e o Exército de Libertação Nacional (ELN) (formado por universitários, inspirados na Revolução Cubana). A perseguição aos comunistas e aos movimentos que se opunham ao regime estabelecido alinhava-se com o contexto latino americano influenciado pela bipolaridade da Guerra Fria.

O presidente Restrepo, que governou de 1966 a 1970, permitiu que os civis se armassem contra esses movimentos. Esse foi um grande incentivo à maior proliferação dos paramilitares. (TECHE, 2010; ABDUL-HAK, 2013).

Na década de 80 o narcotráfico e as FARC se associam. Foi promulgado um Estatuto de segurança, com objetivo de reprimir os guerrilheiros de esquerda, mas não abrangia os narcotraficantes. A reação das guerrilhas foi intensificada a partir de então. Seqüestros ocorreram e os militares colombianos se envolveram sem limites de violência, além da contínua atuação dos paramilitares.

As FARC passaram a se associar com os cartéis do tráfico (Cartel de Medellín e Cartel de Cali) e as suas receitas começaram a derivar do narcotráfico, pois cobram impostos sobre as drogas e detêm o controle do processamento e refino da cocaína, além de financiar o tráfico de armas com esses recursos. (PAGLIARI, 2009, p.140-146; MANSANI, 2013).

Ainda na década de 80, mas com o contexto do fim da Guerra Fria, outro fator de extrema importância é lançado: a política de luta contra as drogas nos EUA. O narcotráfico se tornou prioritária para os EUA na década de 1980 durante o governo de Ronald Reagan. Por colocar o tema como “problema de segurança nacional”, o combate às drogas poderia ser justificado não somente dentro do seu país, mas diretamente em sua fonte. (VILLA; OSTOS, 2005, p.1). Assim, com o fim da Guerra Fria, “[...] a guerra contra as drogas assumiu o papel de prioridade na agenda geopolítica norte-americana.” (FRAGA, 2007, p.70).

Dentre os países andinos, a presença norte-americana se concentrou na Bolívia e Peru, mas com ênfase na Colômbia. Por essa escolha, os EUA implementaram um conjunto de políticas e ações, bases militares, dentro do chamado Plano Colômbia, aprovado em 1999, com a finalidade de erradicar os plantios de coca e prestar auxílio militar ao país.

O pacote específico para a Colômbia chega a US\$ 860,3 milhões. Desse total, a assistência militar alcança a cifra de US\$ 519,2 milhões e a ajuda policial US\$ 123,1 milhões. Em verdade, o plano busca fortalecer as Forças Armadas (três novos batalhões para operar no sul do país, dezesseis helicópteros *Blackhawk* e trinta helicópteros *UH-1H Huey*, e melhores instrumentos de combate e comunicação), para que efetivamente assumam uma postura mais ofensiva na guerra, e melhorar a capacidade da Polícia no combate às drogas (dois helicópteros *Blackhawk* e doze helicópteros *UH-1H Huey*, treinamento para trabalhos de pulverização de produtos químicos para destruir as plantações etc.). Outras categorias contempladas são: desenvolvimento alternativo (US\$ 68,5 milhões), ajuda aos deslocados pela guerra (US\$ 37,5 milhões), direitos humanos (US\$ 51 milhões), reforma judicial (US\$ 13 milhões), aplicação da lei (US\$ 45 milhões) e paz (US\$ 3 milhões). O restante do pacote de US\$ 1,319 bilhão – isto é, US\$ 467,8 milhões – desdobra-se em duas grandes categorias: ajuda a países vizinhos da Colômbia (US\$ 180 milhões) e recursos para serem usados diretamente por autoridades norte-americanas (US\$ 287,8 milhões). (TOKATLIAN, 2002, p. 138-139).

Como esses recursos foram utilizados para o combate às drogas - pensados em combate no sentido militar-, boa parte do pacote de ajuda era utilizado para a compra de material bélico e para pagar a prestação de serviços de empresas norte-americanas.



Rafael Duarte Villa (2009, p.197) afirma que durante o mandato de George W. Bush pai, houve a intensificação do combate às drogas através de apoio financeiro. Estas, segundo o autor, trouxeram efeitos negativos para a população e para o meio ambiente das regiões afetadas. Ainda com base no autor, uma área de 8.100 hectares da floresta amazônica foi devastada, e, “[...] as áreas de cultivo ampliaram-se para além das fronteiras, ocasionando sérios problemas para os países vizinhos”. (VILLA, 2009, p.197).

Além das áreas de cultivo terem migrado para os demais países como Equador e Peru, as FARC passaram a utilizar-se das fronteiras como retaguarda e rota de fuga frente aos paramilitares e aos militares. Outro impacto foi o aumento do número de *desplazados* (deslocados), que são colombianos que se deslocaram fugindo dos confrontos, buscando melhores condições de segurança e de vida no Equador. (VILLA, OSTOS, 2005, p.17).

Após os ataques de 11 de setembro, os EUA passaram a aliar o discurso de combate às drogas com o combate ao terrorismo. Dessa forma classificaram as FARC como um movimento narcoterrorista. Em 2003, durante o primeiro mandato de Álvaro Uribe, foi divulgado a Política de Defesa e Segurança Democrática (PSDS) que não reconhecia o conflito como uma guerra civil e sim como um combate ao terrorismo, e às FARC a ameaça terrorista em questão.

Nesse documento fica explicitado que as Forças Militares (equivalente à Forças Armadas) deveria ser fortalecida e têm como função a “desarticulação de organizações terroristas”. (ABDUL-HAK, 2013, p.106). Identifica como principais ameaças ao país o narcotráfico, o terrorismo, o crime organizado, tráfico de armas, extorsões, homicídios. E por conta destas, defendem a não separação entre os conceitos de Segurança Pública (ou segurança interior) e a defesa nacional.

Sin embargo, la naturaleza de las amenazas que aquejan a la Nación, en particular el terrorismo y el negocio de las drogas ilícitas, ha llevado a que en el caso colombiano, al igual que en el de muchos otros países que hoy enfrentan este tipo de amenazas, se desdibujen los límites entre la seguridad interior y la defensa nacional. (COLOMBIA. Política de Defensa y Seguridad Democrática, 2003, p.20)

Teche (2010) ressalta outro ponto que se desdobra dessa não diferenciação entre Segurança Interior e defesa Nacional: as denominadas Forças Públicas englobam as forças Militares e a Polícia Nacional.

No segundo mandato de Uribe, outro documento foi lançado: a Política de consolidação da Segurança democrática na Colômbia (PCSD). Esta acrescentava os crimes urbanos como ameaça à segurança nacional do país. (ABDUL-HAK, 2013). O governo de Manuel Santos deu continuidade às políticas de Uribe em termos de segurança e defesa reforçando o discurso de que as políticas do presidente anterior tiveram sucesso. Abdul-Hak (2013) avalia que os governos colombianos sempre optaram por militarizar os desafios de segurança internos que se apresentaram durante a história do país.

Sobre as funções das Forças Militares e da Polícia Nacional, os autores Vásquez e Gil (2017) fazem um estudo sobre a Constituição e o que esta prevê nesses casos. Afirmam que, no texto constitucional, há certa distinção de funções entre as duas. Mas, que de fato, há um ponto problemático em que ambas se confundem, justamente quando o assunto é a função relacionada à segurança interna.

El punto problemático de esta división del trabajo está representado por la coerción interna, en la cual confluyen los dos elementos de la fuerza pública. En el caso de las fuerzas militares, es importante anotar que en Colombia todas las Armas (Ejército, Armada y Fuerza Aérea) poseen unidades especializadas en la lucha antisubversiva. De otra parte, la Policía Nacional también está capacitada para participar en este tipo de lucha por medio de cuerpos especiales (Cuerpo Élite) o de unidades de contraguerrilla (Corte Constitucional, sentencia 453/1994)". (VÁSQUEZ; GIL, 2017, p.147).

Assim, os autores interpretam que há uma militarização da Polícia Nacional. Para eles, há uma “zona cinzenta” entre o civil e o militar e a Polícia Nacional está nessa zona. Além disso, outra característica dessa zona cinzenta seria o fato de tanto a Polícia Nacional, quanto as Forças Militares serem denominadas como Forças Públicas. E ambas se remetem e fazem parte da estrutura do Ministério da Defesa do país.

#### 4.4 ATUAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS NO BRASIL

Outro país que passou por golpe militar, no contexto da guerra Fria, e com participação norte-americana, foi o Brasil. O governo anterior ao regime militar foi o de João Goulart. Ele era vice-presidente, porém com a renúncia de Jânio Quadros, assumiu.

Fausto, no documentário *O dia que durou 21 anos* (2012) afirma que Jango era muito criticado pelos militares antes mesmo de se tornar presidente. Assim que Jânio Quadros renunciou especulou-se que poderia ocorrer um golpe militar para que Jango não assumisse. Contudo, por meio de um acordo político, instaurou-se um regime Parlamentarista, garantindo a sua posse como presidente. Ao longo do mandato até o golpe de 64, contou como primeiros-ministros com Tancredo Neves (1961–1962), Brochado da Rocha (1962) e Hermes Lima (1962–1963).

De fato essa foi uma saída política, porque se previa que em 1965 (assim que concluísse o mandato de Jango), seria realizado um plebiscito para que se decidisse qual regime político deveria ser adotado. Mas o plebiscito foi adiantado para 1963, e a opção foi a de que o regime presidencialista deveria retornar.

O governo de João Goulart é descrito por Fausto (2013) como um populismo mais radical do que os anteriores no Brasil. Citando como exemplo seu discurso em 1964 no comício da Central do Brasil. Nesse comício, anunciou que realizaria as reformas de base como reforma agrária e reforma urbana. Após esse evento, mobilizações contra o presidente foram reforçadas pelas elites e classe média.

No mesmo ano, o golpe militar foi executado com base em duas justificativas: uma política e uma econômica. A razão política seria a de que havia uma convicção militar e civil de que o país, com João Goulart poderia se converter em uma república sindicalista (*O Dia que Durou 21 anos*, 2012) associado ao comunismo<sup>49</sup>. E a razão econômica foi de que a inflação e as contas do governo estavam fora de controle.

Em 1961, de acordo com Bandeira (2014), os EUA já se voltavam para uma possível intervenção no Brasil. Muitos pedidos para a entrada de norte-americanos começaram nesse ano, por volta de 4.968 (BANDEIRA, 2014) entraram no país só no ano de 1962. Ainda segundo o autor, eles pertenciam às forças especiais que tinham como função atuar em guerras de baixa-intensidade e oferecer treinamento aos militares em outros países.

Havia um respaldo dos EUA para o caso de resistência no golpe de 64, embora Lincoln Gordon (embaixador dos EUA no Brasil naquele período), inclusive, por meio de entrevistas<sup>50</sup>, tenha negado com veemência qualquer tipo de

---

<sup>49</sup> Remete-se, novamente, ao contexto da Guerra Fria, cuja participação norte-americana nos golpes militares na América Latina foram recorrentes.

<sup>50</sup> Algumas dessas são apresentadas no documentário *O dia que durou 21 anos* (2012).

envolvimento norte-americano<sup>51</sup>. Além disso, ele solicitou que fossem enviados reforços navais para o porto de Santos, a fim de assegurar o golpe. Goulart foi para o Rio Grande do Sul, para tentar resistir, porém sua ausência de Brasília foi utilizada como pretexto de que ele havia abandonado o cargo, no que foi nomeado presidente Ranieri Mazzilli (presidente do Congresso). Em seguida, os militares assumem.

Oliveira (2005) retoma o autor Alfred Stepan que, assim como Bóris Fausto destaca no documentário *O Dia que Durou 21 anos* (2012), havia uma divisão entre os militares: os da linha dura e os da linha moderada. Os da linha dura eram os mais radicais. Entendiam que a democracia não era compatível com a conjuntura e não contribuía para que o Brasil mudasse. Defendiam uma ditadura prolongada, até que os problemas que identificavam no país, fossem corrigidos. Os da linha moderada ou da Sorbone eram conhecidos como os mais intelectuais, eram os que estavam ligados à Escola Superior de Guerra (ESG). Defendiam também que os comunistas e populistas deveriam ser expulsos da política, mas acreditavam que deveria haver uma volta, com pouca demora, à democracia.

Com relação à ESG, essa foi relevante para todo o processo, pois desempenhou um papel ideológico. Com base na Doutrina de Segurança Nacional,

“[...] pode-se afirmar que a ESG criou, desenvolveu e difundiu entre as elites (leia-se: classes dominantes) uma determinada concepção dos problemas relativos ao desenvolvimento econômico, instituições políticas e vinculações do Brasil ao campo das relações (econômicas, políticas, ideológicas) internacionais que se transformaram em instrumentos de ação política do que se pode chamar de fronteiras internas do socialismo.” (OLIVEIRA, 1976, p.24).

Oliveira (1976) relembra que a ESG faz parte das Forças Armadas, mas que antes de tudo é uma Escola. Assim atuava na parte técnica, na instrução dos militares, mas também exercia atividades político-ideológicas ao difundir a Doutrina de Segurança Nacional às elites civis.

Por conta dessa divisão entre linha dura e linha moderada, não havia um projeto político comum entre eles quando o presidente João Goulart foi deposto. Apesar disso, de acordo com Oliveira (2005), concordavam que as eleições para presidente não seriam possíveis antes de 1970, uma vez que precisavam de certo

---

<sup>51</sup> “Uma série de documentos desclassificados em 2004, por solicitação do National Security Archives, da George Washington, com base no Freedom of Information Act (FOIA), evidenciaram a técnica que os Estados Unidos empregaram no Brasil, a fim de criar as condições políticas para a efetivação do golpe militar em 1964” (BANDEIRA, 2014)

tempo para fazer cassações políticas e limitar alguns direitos civis e concordavam também em diretrizes políticas para estabilizar a economia.

Oliveira (2005) infere que o poder de Estado foi concentrado nas FFAA. Para isso optou-se por não abandonar a Constituição de 1946 completamente no início, mas, por meio de atos institucionais, sobrepor algumas normas que conferiam diretrizes às FFAA, para depois uma nova constituição ser feita.

O primeiro Ato Institucional trazia uma declaração sobre a autodenominada “Revolução”. Em seu texto, o Ato expressa uma tentativa de legitimar o golpe por meio de dois artifícios: o apelo de que a “revolução” seria um interesse nacional (e, portanto, supostamente legitimado pela nação) e por isso, ao mesmo tempo, seria a detentora do Poder Constituinte em nome da Nação (a “revolução” se legitimaria por ela mesma).

Nesse sentido a revolução se autoproclamou um Poder Constituinte, ela agrega a força normativa que esse Poder detém, submetendo o Congresso Nacional (Poder Legislativo), e perpassando a condução completa pelo Poder Executivo. Assim, durante a ditadura militar as FFAA adquiriram autonomia política por meio dos Atos institucionais.

No excerto do AI-1 abaixo, algumas palavras se destacam e demonstram essa situação.

“[...] é uma autêntica revolução. A revolução se distingue de outros movimentos armados pelo fato de que nela se traduz, não o interesse e a vontade de um grupo, mas o interesse e a vontade da Nação. A revolução vitoriosa se investe no exercício do Poder Constituinte. Este se manifesta pela eleição popular ou pela revolução. Esta é a forma mais expressiva e mais radical do Poder Constituinte. Assim, a revolução vitoriosa, como Poder Constituinte, se legitima por si mesma. Ela destitui o governo anterior e tem a capacidade de constituir o novo governo. Nela se contém a força normativa, inerente ao Poder Constituinte. Ela edita normas jurídicas sem que nisto seja limitada pela normatividade anterior à sua vitória. Os Chefes da revolução vitoriosa, graças à ação das Forças Armadas e ao apoio inequívoco da Nação, representam o Povo e em seu nome exercem o Poder Constituinte, de que o Povo é o único titular. O Ato Institucional que é hoje editado pelos Comandantes-em-Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, em nome da revolução que se tornou vitoriosa com o apoio da Nação na sua quase totalidade, se destina a assegurar ao novo governo a ser instituído, os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direto e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa Pátria. A revolução vitoriosa necessita de se institucionalizar e se apressa pela sua institucionalização a limitar os plenos poderes de que efetivamente dispõe. [...] Fica, assim, bem claro que a revolução não procura legitimar-se através do Congresso. Este é que recebe deste Ato Institucional, resultante do

exercício do Poder Constituinte, inerente a todas as revoluções, a sua legitimação.” (BRASIL. Atos Institucionais, 1964-1969, grifo nosso)

O AI-1 inaugurou o regime militar e alterava a Constituição de 1946 com relação aos mandatos e aos poderes do Presidente, declarava que os Comandantes-em-chefe das Forças Armadas teriam poder de suspender direitos políticos e cassar mandatos legislativos. Durante o primeiro governo militar de Castelo Branco - militar da linha moderada - a pressão da linha dura foi preponderante para que fosse decretado o AI-2 que extinguiu os partidos políticos, restando apenas dois: ARENA (situação) e o MDB (oposição consentida). Além de estabelecer eleições indiretas para presidente. No AI-3, as eleições indiretas se estendem aos governadores dos estados.

O AI-4 informava que já não seria possível utilizar-se da Constituição de 1946 por conta das emendas feitas e estaria incompatível, convocando assim que uma nova constituição fosse votada e aprovada. Em 1967 a nova Constituição entra em vigor. Nesse momento, os prefeitos das cidades passavam a ser nomeados pelos governadores, após aprovação do Presidente, de acordo com “os interesses da segurança nacional”.

Como as maiores preocupações das FFAA eram a economia e a segurança nacional (aqui tida como combate ao comunismo), o Art 58 ilustra bem a preocupação com esses dois temas.

Art 58 - O Presidente da República, em casos de urgência ou de interesse público relevante, e desde que não resulte aumento de despesa, poderá expedir decretos com força de lei sobre as seguintes matérias: I - segurança nacional; II - finanças públicas. (BRASIL. Constituição Federal, 1967).

A Constituição de 1967 manteve as medidas dos Atos Institucionais. Até esse momento,

“[...] a ditadura se utilizou da estrutura de repressão já existente nos estados, mobilizando os Departamentos de Ordem Política e Social, subordinados às Secretarias de Segurança Pública e os policiais civis lotados nas Delegacias de Furtos e Roubos, famosos pelo uso da violência e a prática da corrupção.” (STARLING, 2001).

Costa e Silva, da linha dura, iniciou seu mandato em 1967. A repressão política aos considerados subversivos se estrutura durante o seu governo, através da criação do Centro de Informações do Exército (CIE) que além de coletar

informações, era executor da repressão em diversos níveis, isto é, desde a censura de letras de música até a tortura.

Havia também os Centros de Informações da Marinha e da Aeronáutica que também eram temidos. Além destes, em 1970, foram criados os Centros de Operação e Defesa Interna (CODI) e os Destacamentos de Operação Interna (DOI) que funcionavam conjuntamente, sendo o primeiro centros de planejamento e os segundos executores. (STARLING, 2001). Ambos eram comandados pelo Exército. No âmbito da presidência, o Serviço Nacional de Informações (SNI) atuava, conforme Starling (2001), na formulação de estratégias e núcleo integrador de informações em todos os níveis.

Em 1968 diversos movimentos de resistência e contestação à ditadura se formaram. E por reação, o discurso da linha dura de que uma possível abertura política levaria à desordem foi a instituição do AI-5, que foi largamente utilizado no governo seguinte, de Médici (1969-1974), marcando a fase mais violenta da ditadura.

CONSIDERANDO, no entanto, que atos nitidamente subversivos, oriundos dos mais distintos setores políticos e culturais, comprovam que os instrumentos jurídicos, que a Revolução vitoriosa outorgou à Nação para sua defesa, desenvolvimento e bem-estar de seu povo, estão servindo de meios para combatê-la e destruí-la;

CONSIDERANDO que, assim, se torna imperiosa a adoção de medidas que impeçam sejam frustrados os ideais superiores da Revolução, preservando a ordem, a segurança, a tranquilidade, o desenvolvimento econômico e cultural e a harmonia política e social do País comprometidos por processos subversivos e de guerra revolucionária;

CONSIDERANDO que todos esses fatos perturbadores da ordem são contrários aos ideais e à consolidação do Movimento de março de 1964, obrigando os que por ele se responsabilizaram e juraram defendê-lo, a adotarem as providências necessárias, que evitem sua destruição. economia popular. (BRASIL. Atos Institucionais, 1964-1969, grifo nosso)

Novamente as cassações de mandatos e um maior fechamento político era previsto, mas, desta vez sem um prazo para acabar. Mas a principal característica do Ato foi de ter transformado, na prática, a tortura como instrumento político. Toda manifestação - que pudesse ser classificada como contra a segurança nacional, e, portanto, tidas como subversivas – não teriam nem as mínimas proteções que anteriormente ainda era possível, uma vez que se extinguiu o habeas corpus e previa-se a possível suspensão ou restrição de quaisquer direitos privados:



Art. 5º - A suspensão dos direitos políticos, com base neste Ato, importa, simultaneamente, em:

I - cessação de privilégio de foro por prerrogativa de função;

II - suspensão do direito de votar e de ser votado nas eleições sindicais;

III - proibição de atividades ou manifestação sobre assunto de natureza política;

IV - aplicação, quando necessária, das seguintes medidas de segurança:

a) liberdade vigiada;

b) proibição de freqüentar determinados lugares

c) domicílio determinado.

§ 1º - O ato que decretar a suspensão dos direitos políticos poderá fixar restrições ou proibições relativamente ao exercício de quaisquer outros direitos públicos ou privados. [...]

Art. 10 - Fica suspensa a garantia de habeas corpus, nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular. (BRASIL. Atos Institucionais, 1964-1969, grifo nosso)

Vale ressaltar que muitos movimentos – como exemplo a Aliança Libertadora Nacional, o MR-8 e a Vanguarda Popular Revolucionária -, após o AI-5, passaram a entender que seria impossível derrotar a ditadura pacificamente, o que se traduziu em luta armada. A influência dos acontecimentos na Revolução Cubana foram importantes tanto para o recrudescimento da repressão quanto da Resistência, via luta armada.

Em 1974, terminando o mandato de Médici, Geisel é indicado presidente (1974-1979), dessa vez, de linha moderada. A violência de Estado ainda se manteve. Segundo Fausto (O Dia que Durou 21 anos, 2012), inclusive, servia para Geisel acalmar as pressões da linha dura. Revogou o AI-5 apenas em 1978. Ao mesmo tempo, Geisel inicia a abertura política, com muita dificuldade, pois precisava de apoio dos militares para isso, uma vez que a sociedade foi excluída da política. A linha dura ainda não concordava com a abertura para poder preservar o prestígio e também pelos temores de que seus crimes seriam julgados. (OLIVEIRA, 2005).

Mas, muitos setores militares acreditavam que era tempo para a distensão, seja por entenderem que o Partido do governo (ARENA) seguia uma tendência de perda de legitimidade, medida pela perda gradual de votos (embora ainda contassem com mais votos) para a Câmara dos Deputados (OLIVEIRA, 2005), ou por não concordarem com o envolvimento militar na repressão, como expressa o depoimento do Marechal Cordeiro de Farias:

Tenho-me preocupado com outra distorção da função militar: o Exército está-se transformando em polícia. Ora, o Exército precisa pairar sobre todas as forças a fim de se resguardar para suas grandes e insubstituíveis funções. Mas ser polícia? Invadir casas à noite e prende pessoas não é função do Exército. Isso o desgasta profundamente. Ele perde o caráter

sadio de sua personalidade e transmite um exemplo negativo às novas gerações, inclusive às que vão firmar os futuros militares. Hoje, dentro desse panorama, eu preferia não ser militar. (OLIVEIRA, 2005, p.21).

Defendia uma abertura “lenta, gradual e segura”. Isso garantiu aos militares muitas prerrogativas, pois puderam planejar sua saída do poder. Com Figueiredo (1979-1985), também da linha moderada, a abertura nos mesmos moldes propostos por Geisel continuou. Sendo a anistia política um dos termos aguardados pelos militares, pois lhes garantiu a impunidade frente as atrocidades cometidas. Promulgou o fim do bipartidarismo, e assim, novos partidos poderiam se formar.

Ressalta-se, em 1984, o movimento das Diretas Já que exigia eleições diretas para presidente. Entretanto, apesar de ter tido mais votos a favor no Congresso, a proposta não foi aprovada pela falta de quórum. Isso gerou um grande descontentamento ao fim do regime. Dessa forma, Tancredo Neves foi eleito por meio de Colégio Eleitoral, mas faleceu antes de assumir. Em seu lugar quem assumiu foi José Sarney, marcando o início do período de redemocratização do Brasil.

Com relação à transição, O'Donnell (1986) a classifica como uma transição do tipo transição pactuada, diferentemente da Argentina que foi por ruptura. Desse modo, havia controle na transição o que resultou aos militares algumas garantias, inclusive mantiveram certa autonomia. (OLIVEIRA, 2005; WINAND, SAINT-PIERRE, 2007).

Em 1988, a nova Constituição do país foi elaborada, com preponderante participação dos militares. Assim, a Constituição “[...] acabou mantendo, por meio de artigos vagos e ambíguos, a função interventora dos militares”. (WINAND, SAINT-PIERRE, 2007, p.51).

O Artigo 142 é destacado por Winand e Saint-Pierre (2007) e por Zaverucha (2010) como a principal brecha deixada na Constituição para a atuação das FFAA.

Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem. (BRASIL. Constituição Federal, 1988).

Zaverucha (2010) tece algumas críticas à esse artigo. A primeira seria a de que as FFAA teriam que se submeter e garantir algo ao mesmo tempo. Mantendo,

portanto, aos militares, a função de garantir o funcionamento dos três poderes, a lei e a ordem, quando, em um regime democrático na realidade o inverso ocorre: as FFAA seriam instrumentos da lei, da ordem e dos três poderes, e seu funcionamento é garantido por eles, em outras palavras à força é colocada à disposição do Poder.

A segunda crítica apresentada, em consonância com Winand e Saint-Pierre (2007) é a não definição mínima do que é a “ordem”. Isso é relevante, sob o ponto de vista de que este não é um conceito único, fechado, mas sim, dependente de interpretações e escolhas: “Portanto, a noção de (des)ordem envolve julgamentos ideológicos e está sujeita a estereótipos e preconceitos sobre a conduta (in)desejada de determinados indivíduos.” (ZAUER, 2010, p.49-50).

Ao não definir o que constitui uma violação à ordem, deixa-se em aberto infinitas possibilidades de utilização desse artigo para a utilização das Forças Armadas, sob justificativa de que há violação da lei e da ordem.

O autor ainda busca na Constituição como a palavra “ordem” é utilizada, e ligada aos vários âmbitos, demonstra a amplitude do conceito, como: ordem interna e internacional; ordem pública e social; ordem econômica; ordem social. Portanto, ao não ser definido entende-se que violações, que forem identificadas de tal maneira, à ordem, em qualquer âmbito, podem justificar legalmente a utilização das FFAA. Isso exemplo disso é que no mesmo ano já foi solicitado que o Exército reintegrasse a posse da Companhia Siderúrgica Nacional, que contavam com ocupações. Alguns operários morreram durante a execução da reintegração.

Foi promulgada a Lei complementar n. 69, de 23 de julho de 1991<sup>52</sup>. Ela prevê que para solicitar atuação militar em âmbito interno, apenas o Executivo tem essa prerrogativa. Também se acrescentou mais uma situação para a utilização das FFAA internamente: no caso de incapacidade das forças policiais de assegurar paz social. Em certa medida isso ocorre nos regimes democráticos, onde as tropas federais estariam na reserva das Estaduais. Entretanto, ao longo do tempo, essa cláusula foi utilizada por diferentes presidentes largamente, justificando-se sem grandes evidências que as forças policiais não poderiam garantir a segurança e, portanto, se justificaria o uso das FFAA.

Alguns exemplos. Em maio de 1993 e janeiro de 1994, tropas militares federais foram usadas na contenção de distúrbios na ponte Rio-Niterói. Em

---

<sup>52</sup> Essa Lei complementar foi revogada pela Lei complementar Nº 97, de 9 de junho de 1999, por conta da instituição do Ministério da Defesa, alterando a estrutura das FFAA.

março de 1994, uma manifestação política, no Rio de Janeiro, contra os trinta anos do movimento militar de 1964 foi dispersada por tropas federais. Em maio de 1994, Itamar, mais uma vez, fez uso de tropas de elite do Exército, especialmente enviadas do Rio de Janeiro, na repressão da greve deflagrada por membros da Polícia Federal, em Brasília. Em maio de 1995, FHC enviou tropas do Exército para acabar com uma greve de petroleiros e, mais uma vez, as forças policiais ficaram na retaguarda. [...] Em outubro de 1996, mil homens do Exército e 63 da Polícia Federal desalojaram garimpeiros que estavam ocupando ilegalmente uma área que pertence à União e que seria explorada pela Vale do Rio Doce. O presidente Lula usou com menos intensidade o Exército em atividades de ordem interna. No entanto, quando o fez, em 2008, foi de forma desastrosa. Aproveitando que, na época, o vice-presidente da República, José Alencar, era o ministro da Defesa e membro do mesmo partido do senador Marcelo Crivella, este conseguiu que o Exército protegesse a construção de algumas casas no morro da Providência, no Rio de Janeiro.” (ZAVERRUCHA, 2010, p.51).

Outro ponto destacado pelo autor é a disposição dos Capítulos: I - Do Estado de Defesa e do Estado de Sítio, II - Das Forças Armadas e III - Da Segurança Pública, reunidos sob o mesmo título: Título V - Da Defesa do Estado e das Instituições, evidenciando a maneira da Constituinte pensar o papel das FFAA ainda relacionado ao âmbito da Segurança Pública.

Fuccille (2005) e Abdul-Hak (2013) destacam que as FFAA passam por uma crise de identidade - aqui por motivos já destacados anteriormente, tanto de escala global, regional e nacional, resumidamente com o fim da Guerra Fria, e o inimigo comunista, com a baixa probabilidade conjuntural de uma guerra sul-americana eclodir, e com o fim da ditadura militar - os militares buscam seu papel na sociedade. Portanto, qual o papel que deveriam ter com a redemocratização, ou nas palavras de Fuccille (2005, P.19) “[...] a questão premente para nós é a transformação das Forças Armadas de sujeito político para instrumento político do Estado [...] a inépcia civil ao tratar os temas militares tem sido patente [...]” e ainda é um tema não resolvido pelas Leis brasileiras, e menos ainda debatido na sociedade.

Por meio da Lei Complementar n. 97 de 09 de junho de 1999, editada pelas Leis Complementares n. 117 de setembro de 2004 e n.136 de 25 de agosto de 2010, as FFAA adquiriram funções subsidiárias, sendo possível sua participação em quaisquer empreendimentos do governo. (LOURENÇO, 2012).

O tema da atuação interna das FFAA é controverso. De um lado o governo utilizando-se largamente desses dispositivos, além da existência das Polícias Militares que contam com uma estrutura ambígua, se submetendo tanto aos Estados quando à União, e se remetendo à estrutura militar. Sendo assim, ocorrendo cada vez mais, seja por meio das FFAA propriamente ditas, quanto pelas Polícias

Militares, a militarização das respostas aos problemas de distintos setores (político, social, econômico, ambiental). Do outro lado, a crise de identidade supramencionada, uma vez que, alguns setores das Forças Armadas contestam que seu papel deva voltar-se para a segurança pública. Ao mesmo tempo, com questionamentos se o papel tradicional das FFAA justificaria na atualidade no país um contingente grande e que demanda salários, pensões, estrutura, etc.

#### 4.4 A SEGURANÇA E O EMPREGO DAS FFAA: UMA SÍNTESE MULTIESCALAR

Um esforço de mudança de escalas é necessária nessa seção: entre as escalas global-regional-nacional-local.

Nos estudos de Segurança Internacional, em suma, como trabalhado no segundo capítulo, a segurança, quanto conceito, pode ser entendida, de modo geral, sob a ótica de duas vertentes: a vertente tradicional e a vertente abrangente. A vertente tradicional defende que as relações entre os países são de natureza conflituosa e competitiva e que nesse ambiente o ator que tem maior importância é o Estado. Essa corrente ressalta aspectos estratégicos e militares ao entender a segurança.

Com o fim da Guerra Fria, a segurança da forma que era entendida (vertente tradicional) passou a ser vista de maneira ampla, dando origem à vertente abrangente. Essa perspectiva considera a segurança como multidimensional e não restrita apenas à dimensão militar. Assim, sob essa ótica a segurança deve ser analisada através de cinco dimensões: militar, política, econômica, societal e ambiental.

Isso se deu pelo fato de que, alguns estudiosos apontaram que, a partir de então, não era mais possível utilizar apenas a visão restrita de segurança. Isso se deu pelo fato de haver um aumento do debate a cerca de outros temas, que podem ser fontes também de ameaças para o Estado e não apenas a guerra formalizada entre Estados. Dentre estes novos temas pode-se citar a economia e o meio ambiente.

Na América do Sul, na última década, há uma movimentação dos países a um maior diálogo, seja por meio de publicação de documentos que visam à transparência entre os países, além de atuações conjuntas e maior diálogo, seja através de relações bilaterais ou por meio da União das Nações Sul-americanas

(UNASUL). Nesse sentido, principalmente com a UNASUL e a criação de conselhos específicos para se debater as questões de segurança e defesa (como o Conselho de Defesa Sul-americano e o Conselho Sul-americano de Luta Contra o Narcotráfico (CSLCN) há indícios de que uma integração em matéria de Segurança e Defesa é uma perspectiva em longo prazo, mas que enfrentará dificuldades, sendo a cooperação mais factível a curto e médio prazo.

Não é possível inferir que a divergência conceitual de segurança e defesa ou que os diferentes empregos dados às Forças Armadas nesses países constituem razões únicas para explicar as dificuldades para a consolidação de uma política de segurança e defesa regional para a América do Sul. Porém é plausível sim, entender que esses seriam requisitos mínimos para o início de um entendimento, ou que ao menos, esforços - que aparentemente não tem sido tão bem empreendidos - sejam feitos para que a diversidade de entendimentos não se configure em obstáculo insuperável.

Apesar de algumas iniciativas, como a UNASUL, um certo limite não permite que os países consigam avançar. A própria UNASUL não tem avançado consideravelmente. Essas barreiras também podem ser verificadas no Mercosul, embora a questão econômica seja o principal nesse caso específico. O que se verifica em ambos é que há uma divergência de interesses, que se configuram em diferentes agendas. Mas em termos nacionais isso se reflete já nas Constituições e como prevêm a utilização das suas FFAA. Embora muitas não deixem claro, esse direcionamento segue o que se compreende por segurança e defesa.

Alguns estudiosos passaram a apontar algumas conseqüências do entendimento da segurança ser através da ótica multidimensional, por exemplo. Com destaque à Saint-Pierre (2005, 2008, 2009, 2010) que analisa a aplicação desse conceito na América do Sul. E declara que por conta desse entendimento, na região, abre-se como possibilidade a utilização militar como resposta às questões como o combate às drogas e tráfico de armas, a violência, e até mesmo atuando em controles fronteiriços com relação à entrada de migrantes nos países.

Assim, com relação aos meios utilizados para a segurança, esses autores alertam para a utilização mais frequente das FFAA em atividades que seriam de responsabilidade de outras agências, por se tratar de temas de segurança (ampliada). Parecem entender que há que se diferenciar segurança de defesa de acordo com a empregabilidade dos meios para combater as ameaças de cada um



desses campos. Essa diferenciação poderia auxiliar para que fenômenos denominados “militarização das questões de segurança” ou “policização das FFAA” fossem menos freqüentes.

O caso brasileiro, se destaca por abrir brechas ao emprego das FFAA em segurança pública. O que não ocorre na Argentina, ainda vedada pela Constituição, e tampouco na Colômbia, pelo motivo contrário, já que nesta não há a separação entre forças de defesa, sendo as FFAA competentes para serem utilizados em diferentes situações interna, bem como as forças policiais.

No caso do Brasil, a Lei abre a possibilidade do que se denomina: *policização* das Forças Armadas e militarização de temas. Assim, como bem relembra Souza (2012), existem estudos como de José de Souza Martins sobre militarização da questão agrária, ou de Clóvis Brigagão de militarização da sociedade, e a do próprio Marcelo Lopes de Souza (2012), a militarização da questão urbana.

É relevante trazer o exemplo da militarização da questão urbana como caso específico dessa situação de uso cada vez mais freqüente das FFAA em questões que não são de seu papel tradicional, e se remetem à uma noção de segurança ampliada somada ao mecanismo da securitização e à abertura dada pela Lei brasileira.

Souza (2012), embora não utilize claramente o conceito de securitização, traz elementos sobre como a opinião pública, sobretudo pela veiculação na imprensa de que há uma verdadeira guerra urbana (com relação à segurança pública, com questões como tráfico de drogas, violência) sendo travada e que as FFAA deveriam ser utilizadas nesse contexto.

O autor cita diversos exemplos até 2011, porém até 2017 muitos podem ser elencados também, devido à freqüência: ocupações nas favelas do Rio de Janeiro, como a favela Vila Cruzeiro e Complexo do Alemão em 2010, as FFAA frente aos ataques do PCC (Primeiro comando da Capital) em São Paulo, em 2011. Em contar as mais recentes em 2017, nos estados do Rio Grande do Sul, Pernambuco, e novamente Rio de Janeiro por motivações de falta de segurança pública (assaltos, atuação de facções, tráfico de drogas). Desse modo, o termo “Guerra do Rio” e termos como “batalha, soldados do tráfico” são expressões corriqueiras nos principais veículos de informações (SOUZA, 2012), e fazem alusões ao âmbito



militar. O autor ainda retoma Zaverucha, e explicita que a utilização das FFAA nesse caso acaba se convertendo em controle social.

Indo ao encontro do que foi destacado no capítulo anterior no estudo de caso brasileiro, Souza (2012) destaca que são grandes os riscos da militarização urbana se levar-se em conta o passado da ditadura militar e os poucos momentos de democracia que o país teve, nas quais pouca proteção se dá aos direitos básicos de boa parte da população.

Por fim, são elencados diversos efeitos que poderiam ocorrer com esse uso mais freqüente (que se dá por conta da Lei que prevê que por motivos de Garantia da Lei e da Ordem as Forças Armadas podem ser utilizadas internamente):

“[...] aumento da corrupção e desvios de conduta nas fileiras do próprio Exército; possibilidade incrementada de sistemática utilização futura das tropas para reprimir movimentos sociais amancipatórios e todo protesto que for criminalizado e julgado como uma ameaça à “ordem pública”, em uma reedição atualizada dos tempos paranóides referentes à segurança nacional”; novo momento histórico do afastamento dos militares em relação ao papel precípua que lhes consagra a constituição, a defesa externa, com prováveis consequências políticas internas nefastas.” (SOUZA, 2012, p.194-195)

Compartilhando da opinião do autor, o problema não é o risco de uma nova ditadura militar, mas a interferência que essa militarização de questões pode gerar nas dinâmicas sociais (sejam manifestações, movimentos sociais, enfim, a própria construção da cidadania). E acrescentando também o desvio de ao invés de se melhorar, mediante outras políticas, questões chave como acesso e qualidade de educação, saúde, infraestrutura, acaba-se por apenas mascará-los com os números de apreensões e prisões feitas.

Aqui não cabe entrar em comparativos, mas assinalar as divergências. No caso da Colômbia temos justamente o cenário que Souza (2012) alerta que poderia ocorrer com o uso freqüente das FFAA, pois há a militarização de todas as questões. E na Argentina outro tratamento é dado: o de plena separação das FFAA nas questões de segurança pública, como visto nos estudos de caso, no capítulo anterior.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho se desenvolveu a partir do seguinte problema de pesquisa: qual o papel das FFAA, na América do Sul, diante da redemocratização, além de não existir uma ameaça externa claramente identificada entre os países da região, sendo pouco provável uma guerra envolvendo esses países?

Diante disso, o objetivo geral consistiu em analisar qual o papel das Forças Armadas, na América do Sul. Desdobrando-se três objetivos específicos: explicitar o estado da arte nos estudos de Segurança e Defesa; caracterizar a Segurança e a Defesa na América do Sul, em especial no século XXI; avaliar alguns Estados da região com relação ao emprego das FFAA.

Para responder a tais objetivos o trabalho foi organizado em cinco capítulos, do quais o primeiro e o quinto são a Introdução e as Considerações Finais, respectivamente. O segundo capítulo, respondendo ao primeiro objetivo, apresentou, primeiramente, uma breve discussão sobre o que é o Estado Nacional e como este se forma. Verificando-se que este se utiliza da noção de coesão interna, identificando padrões de amizade e inimizade. Por sua vez baseados em apontar quem são os outros e quem somos nós. Assim, aludindo à segurança como o conhecido e a ameaça como o desconhecido ou imprevisível (representado pela figura do outro), como trabalhado por Gottmann (1973). Mas que ao mesmo tempo representa um paradoxo: o Estado Nacional busca tanto por proteção quanto por oportunidades.

O conceito de segurança e defesa também foi trabalhado no segundo capítulo, e dentre os autores utilizados destacam-se os principais:

Wolfers (1952) verifica que a expressão “Segurança Nacional” é utilizada para justificar quaisquer medidas no discurso político, além de caracterizar a segurança como um símbolo ambíguo por poder ter diferentes significados, e abranger muitos elementos; Baldwin (1997) tenta estruturar um pouco mais o conceito de segurança, já que o define como um conceito “insuficientemente explicado”, avaliando que este sempre está ligado à um ator, isto é, a quem se remete essa segurança) e sempre está associada à valores que devem ser assegurados; Buzan (1991), Waever (1995) definem a segurança como um lente para se analisar fenômenos, sendo ela um discurso baseado em interesses, o que levaria à interpretação de que segurança pode ser qualquer qualquer coisa, desde

que passe por um processo de securitização (elevar algum assunto para além da política normal, justificando medidas emergenciais para reagir frente ao assunto).

Ademais, Buzan e Waever defendem que a segurança é multidimensional, podendo ser associada aos mais diferentes temas e atores. Essa noção se enquadra bem ao contexto pós-guerra fria, em que a agenda internacional se vê ampliada por temas que antes estavam obscurecidos pela lógica do confronto bipolar eminente, que se pautava em muito por uma noção de segurança mais restrita, relacionada unicamente às questões militares.

O terceiro capítulo, visando responder ao segundo objetivo proposto, dá conta das escalas global e regional em dois períodos: na Guerra Fria e no pós Guerra Fria, clarificando algumas dinâmicas históricas principais referentes à segurança, produzindo alguns panoramas. Em escala global no período da Guerra Fria, destacou-se a utilização do Realismo, quanto paradigma. Na prática as ações estadounidenses frente ao “inimigo comunista”, implicou em uma série de atuações desse país mundo a fora. Frente à América do Sul, destaca-se a construção da segurança hemisférica (entendida como para o continente americano como um todo), por meio de mecanismos hemisféricos de segurança (JID, TIAR, OEA).

Esses arranjos não retratavam a realidade da maioria dos países e foram largamente questionados. Com o fim da Guerra Fria, observa-se uma alteração na agenda internacional, com a inserção de novos temas e atores. Para a segurança isso implicou na definição de uma agenda dos EUA que passa a compreender e empreender a guerra ao terror associada à guerra às drogas. Trazendo implicações para a América do Sul. Por sua vez, observando a escala regional, o capítulo apresentou alguns pontos de conflitos que ainda se apresentam latentes na região, e algumas iniciativas de cooperação em segurança e defesa, que auxiliam a conformar a noção não mais de região de segurança hemisférica, mas sim sul-americana. O papel das Forças Armadas se insere nesse ponto, por ser necessário que seja pensado tendo como pano de fundo esses panoramas traçados.

Respondendo ao terceiro objetivo proposto, o quarto capítulo destacou três países. Portanto, a escala de análise passa a ser o Estado-nação. Os países objetos do estudo de caso foram a Argentina, a Colômbia e o Brasil.

Para isso, em cada país o estudo se dividiu em duas partes, a primeira, com um apanhado histórico, do país em questão, no século XX, no período da Guerra Fria, explicitando o papel das FFAA nesse contexto, e na segunda parte a

construção do papel das FFAA a partir do fim da guerra Fria até a atualidade, por meio da análise de artigos das Constituições e Leis Complementares dos países.

Ao estudá-los verificou-se que não existe um emprego único das FFAA na América do Sul. Bem como que cada um desses países agiu de maneira diferente frente ao desafio de pensar essa atuação.

Conclui-se que na Argentina, há a separação do uso das FFAA e a Segurança Pública, não podendo ocorrer interferência das mesmas nesse âmbito. Ao contrário, no caso colombiano, verifica-se, em um primeiro momento, que as FFAA são utilizadas tanto em um direcionamento externo (papel tradicional de proteção à soberania externa do Estado-nação), bem como internamente (no âmbito denominado de Segurança Pública). O caso mais emblemático e de maior destaque na literatura é a questão do narcotráfico associado às FARC. No Brasil, o emprego das FFAA é misto, sendo permitido que as FFAA sejam utilizadas em âmbito interno da Segurança Pública apenas em casos especiais (vagamente definidos constitucionalmente).

Fazendo uma articulação de todos os capítulos, diante de todas as questões levantadas, a problemática da atuação das FFAA é explicitada, como proposto no objetivo geral. Assim, não só na história sul-americana, mas em escala global, a utilização de determinadas noções sobre a segurança e a defesa contribuíram para que políticas específicas fossem traçadas.

No caso sul-americano, as ditaduras militares durante a Guerra Fria foram congruentes com uma política estadunidense de assegurar sua influencia e difundindo a idéia de que a ameaça à segurança de todos era o comunismo e atividades que se remetessem aos seus ideais. Desse modo, destaca-se a Doutrina de Segurança Nacional, que identificava um inimigo, caracterizado como subversivo. Esta entendia que a segurança era de âmbito nacional, e se referia à situação em que os interesses da nação estariam protegidos e a Defesa seria o instrumento para alcançar essa situação, por meio da via militar para atingir a situação de segurança, e, portanto, utilizando-a para se justificar qualquer ato repressivo militar. Isso marcou as sociedades desses países que passaram por longos conflitos internos.

Com o contexto de redemocratização, a atuação das FFAA passou a ser repensada, porém, as discussões ainda se mantêm restritas. Considerando que: por conta do passado recente, diante dos crimes cometidos - e em sua maioria não resolvidos; explicitando as relações entre o global-regional em ambos os períodos,

auxiliando na compreensão de como a segurança e a defesa, quanto conceitos e justificativas para práticas, se desenvolveram na América do Sul especificamente; que a região sul-americana, mesmo apresentando tensões, as hipóteses de guerras no sentido tradicional são avaliados como pouco prováveis. O emprego das FFAA se coloca como uma problemática complexa.

Desse modo, a questão norteadora do trabalho se coloca novamente: Considerando-se uma literatura que apresenta dificuldades com relação à conceituação da segurança e da defesa, acarretando em usos e entendimentos mais variados do termo, a forma como as FFAA foram empregadas nos regimes militares no século XX, e a alteração do cenário sob a redemocratização, como as FFAA são utilizadas?

Dentre as possibilidades há a atuação estritamente militar no sentido tradicional como em guerras formais estatais; a denominada *policização* das FFAA, em que estas são designadas a assuntos considerados de ordem interna, no âmbito da segurança pública; ou ainda, o meio termo, onde as funções militares são determinadas constitucionalmente, mas abre-se a possibilidade de utilização na segurança pública em casos específicos. O conceito de securitização, nesse sentido (trabalhado no primeiro capítulo) ganha destaque, auxiliando a explicar como um tema pode ser transformado como assunto de segurança, justificando muitas vezes a utilização das FFAA para o combate da ameaça securitizada.

Com a breve problematização da escala de análise regional sobre a atuação das FFAA, por meio dos estudos de caso que ressaltaram peculiaridades dos países estudados, uma questão emergiu para uma breve reflexão, retornando à escala regional: No cenário traçado, de conflitos, cooperações, tendo como pano de fundo os aspectos conceituais, aqui verificados como divergentes entre os países da região, é plausível se pensar em uma política de segurança comum em quais termos na região?

Nesse sentido, entende-se que as diferenças na atuação das FFAA não constituem elemento suficiente para compreender a dificuldade que os países sul-americanos apresentam para avançar em políticas comuns nos temas de segurança e defesa comuns, inclusive essa dificuldade não se restringe apenas a esses temas, uma vez que tem-se como exemplo os diversos entraves que o Mercosul enfrenta.

Embora, diferentes papéis das FFAA remetam, como foi concluído pela pesquisa, a fatores históricos e pela interpretação e utilização dispensadas à

segurança e à defesa, o que sim, poderia ser um empecilho a uma política comum regional, esse não pode ser o único elemento utilizado para explicar isso.

Conclui-se que, com todos os elementos apresentado, a discussão sobre o papel das FFAA, embora com diferenças entre cada país, não está fechada. Entretanto, é necessário que mais esforços sejam compreendidos para que o exercício de debate desse tipo de temática, tradicionalmente restrito aos setores militares, seja extrapolado aos setores civis.

Algumas iniciativas são observadas, até mesmo pelo aumento das publicações acadêmicas civis sobre o tema. Sem esquecer que, como o capítulo 4 deixou claro, esse debate não foi conduzido da mesma forma em todos os países. Na Argentina, observa-se uma maior participação popular, inclusive, demonstrado por não terem aberto mão da punição de torturadores do período ditatorial e pela recusa em misturar questões de segurança, que delimitam como externas e internas (públicas).

Porém, já se tem discutido, como em todo o continente americano a possibilidade da utilização destas para combate ao narcotráfico dentro do país. Não cabe, no momento, avaliar se o narcotráfico é uma questão de segurança interna ou não, pois como já demonstrado a segurança pode ser interpretada e utilizada discursivamente de inúmeras formas. Mas o que se alerta de fato, é para a utilização das Forças Armadas como meio para resolver quaisquer questões de segurança, sejam internas ou não. Seria o aparelho militar o mais adequado para todas as situações de segurança, considerando que esta é tida como multidimensional? Em quais casos poderia ser considerada como recurso? Possíveis respostas para essas perguntas não deveriam vir apenas do setor militar, mas de um debate constante com a sociedade (e também não apenas partes dela).

Essas questões se apresentam no cerne do trabalho para próximas pesquisas, sobretudo, tendo em vista os recentes apelos, em setores da sociedade brasileira que reclamam pela volta do regime militar ao se depararem com crises na segurança pública, crises econômicas e políticas. Esse trabalho, por fim, de maneira não prevista inicialmente, também contribui na medida em que retoma alguns elementos para se pensar a utilização das FFAA indiscriminadamente, ou até mesmo como ator político, ou suposto “depositário” das esperanças de resolução de qualquer tipo de questão que se apresente à sociedade, não encontra justificativa que possa se respaldar na história de seus países.

## REFERÊNCIAS

ABDUL-HAK, A. P. N. T. **O Conselho de Defesa Sul-americano (CDS):** Objetivos e interesses do Brasil. Brasília: FUNAG, 2013.

ACTA final de la Primera Reunión de Consulta entre Ministros de Relaciones Exteriores de las Repúblicas Americanas de Conformidad con los Acuerdos de Buenos Aires y de Lima. Panamá, 03 outubro 1939. Disponível em: <<http://www.oas.org/council/sp/RC/Actas/Acta%201.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2017.

ACTA final de la Segunda Reunión de Consulta entre Ministros de Relaciones Exteriores de las Repúblicas Americanas. Havana, 30 julho 1940. Disponível em: <<http://www.oas.org/council/sp/RC/Actas/Acta%202.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2017.

AGUILAR, S.L.C. **Segurança e defesa no cone Sul:** da rivalidade da guerra Fria à cooperação atual. São Paulo: Porto de Ideias, 2010.

AMARAL, A.B.; HERZ, M. (Orientadora). **A guerra ao terror e a Tríplice fronteira na agenda de segurança dos Estados Unidos.** 278p. 2008.

ANDRADE, Mariana Dionísio de; HISSA, Carolina Soares. **Ilhas Malvinas:** uma questão de soberania. 2010. Disponível em: <[http://www.fa7.edu.br/recursos/imagens/File/direito/ic2/vi\\_encontro/Encontro\\_Fa7\\_Ihas%20Malvinas.pdf](http://www.fa7.edu.br/recursos/imagens/File/direito/ic2/vi_encontro/Encontro_Fa7_Ihas%20Malvinas.pdf)>. Acesso em: 20 de abril de 2013.

ANTUNES, P. Ditaduras militares e institucionalização dos serviços de informações na Argentina, no Brasil e no Chile. In.: FICO, C.; FERREIRA, M.M.; ARAÚJO, M.P.; QUADRAT, S.V. (orgs.). **Ditadura e democracia na América Latina:** balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2008.

ARGENTINA. Ley n.13234, de 01 de setembro de 1948. Defensa Nacional principios generales. Buenos Aires: Boletín Oficial, 10. Set, 1948.

ARGENTINA. Ley n. 16970, de 06 de outubro de 1966. Defensa Nacional principios generales. Buenos aires: Boletín Oficial n. 21043, 10. Out, 1966

ARGENTINA. Ley n. 23554, de 13 de abril de 1988. Principios básicos, finalidad y estructura del sistema, Organización de las Fuerzas Armadas. Servicio de Defensa Nacional. Organización Territorial y Movilización. Disposiciones generales y transitorias. Buenos Aires, 1988.

ARGENTINA. Ley n. 24059, de 21 de julho de 1992. Ley de Seguridad Interior, Decreto Nacional 1273/1992. Buenos Aires, 1992.

ARON, R. **Paz e Guerra entre nações.** Brasília: Universidade de Brasília, 1986.

ÁVILA, R. Conceitos básicos em Relações Internacionais. Apresentação Power Point. 2010. Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/rafaelavilabh/conceitos-bsicos-em-relaes-internacionais>>. Acesso em: 21 mar. 2017.



ATO DE CHAPULTEPEC. Acordo de Assistência Recíproca e Solidariedade Americana. Celebrado por ocasião da Conferência Interamericana sobre Problemas de la Guerra y de la Paz. 06 março 1945. Disponível em: <<http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/multilaterais/tratado-do-atlantico-norte/>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

AYERBE, L. F. **Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

\_\_\_\_\_. **Ordem, poder e conflito no século XXI: esse mesmo mundo é possível**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

AYOOB, M. **The Third World Security Predicament: state making, regional conflict, and the international System**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1995.

BALDWIN, D. A. **The concept of security**. Review of International studies, n.23, 1997.

BAHL, J.D. **Security: an essentially contested concept?** University of Queensland, 2014. Disponível em: < <http://www.e-ir.info/2014/08/24/security-an-essentially-contested-concept/>>. Acesso em: 27 ago. 2016.

BANDEIRA, L. A. M. A CIA e a técnica do golpe de Estado. In.: VALLE, M. R. **1964-2014: Golpe Militar, História, Memória e Direitos Humanos**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

\_\_\_\_\_. As relações regionais no Cone Sul: iniciativas de integração. In.: CERVO, A.L.; RAPAPORT, M. (orgs.). **História do Cone Sul**. 2.ed. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

BARTOLOMÉ, M. C. **Las fuerzas Armadas Latinoamericanas una heterogeneidad poco conocida**. Security and Defense Studies Review, vol.7, n.2, 2008.

BOOTH, K. **Theory of World Security**. Cambridge University Press, 2007. Disponível em: < [https://books.google.com.br/books?id=2Hzhwn9LJF0C&pg=PA37&hl=pt-BR&source=gbs\\_toc\\_r&cad=3#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=2Hzhwn9LJF0C&pg=PA37&hl=pt-BR&source=gbs_toc_r&cad=3#v=onepage&q&f=false)>. Acesso em: 23 jun. 2016.

BORGEN, C. A. Conceptos básicos de seguridad y defensa. In.: CAJINA, R.J; CASTRO, G.F; TIBILETTI, L. Control civil de las Fuerzas Armadas Fortaleciendo El papel de La Asesoría Parlamentaria. 1ª Ed. RESDAL, Buenos Aires, 2009.

BRASIL. Atos Institucionais (1964-1969). Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-historica/atos-institucionais>>. Acesso em: 05 abr. 2017

BRASIL. Constituição (1967). Constituição: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1967.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei Complementar nº 69, de 23 de julho de 1991. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Brasília, DF: Senado Federal, 1991.

BRASIL. Lei Complementar nº 97, de 09 de junho de 1999. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Brasília, DF: Senado Federal, 1999.

BULCOURF, P. A. Continuidad, Cambio y Reconceptualizaciones en torno de las “Nuevas Amenazas”. In.: LÓPEZ E.; SAIN, M. F. (orgs.). **“Nuevas Amenazas”**: dimensiones y perspectivas, dilemas y desafios para la Argentina y El Brasil. Bernal:Universidad Nacional de Quilmes, 2004.

BUZAN, B. **People, State & Fear**: an agenda for International Security Studies in the post Cold-War Era. 1991.

\_\_\_\_\_; WÆVER, O.; DE WILDE, J.. **Security**: a new framework for analysis. Colorado: Lynne Rienner Publishers Inc, 1998.

\_\_\_\_\_; HANSEN, L. **A Evolução dos Estudos de Segurança Internacional**. Tradução Flávio Lira. São Paulo: Ed.Unesp, 2012.

CABRAL, Ricardo Pereira. **O fim da Guerra Fria e as perspectivas geopolíticas e geoestratégicas para o Brasil frente à crise da segurança hemisférica (1991-2001)**. Disponível em: <[www.esg.br/uploads/2009/03/ricardo1.pdf](http://www.esg.br/uploads/2009/03/ricardo1.pdf)>. Acesso em: 28 de abril de 2013.

CANÇADO TRINDADE, Antonio Augusto. **Direito das Organizações Internacionais**. 6.ed. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2014.

CARR, E. H. **Vinte anos de crise**: 1919-1939. Brasília: Ed. UnB, 1981.

CASTRO, Iná E. de. **Geografia e política**: território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2005.

CERVO, A. L. **Inserção Internacional**: formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008.

COLOMBIA. Política de Defensa y Seguridad Democrática. Presidencia de la República: Ministerios de defensa Nacional, 2003. Disponível em: <<https://www.oas.org/csh/spanish/documentos/Colombia.pdf>>. Acesso em: 20 de março de 2017.

COLLIER, D.; HIDALGO, F. D.; MACIUCEANU, A. O. **Essentially contested concepts**: Debates and applications. Journal of Political Ideologies, 11(3), October, 2006. Disponível em:

<<http://polisci.berkeley.edu/sites/default/files/people/u3827/Collier%20Gallie.pdf>>. Acesso em: 20 de maio de 2016.

CONVENCIÓN sobre Mantenimiento, Afianzamiento y Restablecimiento de la Paz. Buenos Aires, 23 dezembro 1936. Disponível em: <<http://www.oas.org/juridico/spanish/Tratados/b-14.html>>. Acesso em: 23 jan. 2017.

COSTA, W. M. **O Brasil e a América do Sul: cenários geopolíticos e os desafios da integração**. Confins, n.7, 2009. Disponível em: <<http://confins.revues.org/6107>>. Acesso em: 29 de abril de 2012.

\_\_\_\_\_. **Geografia Política e Geopolítica: discursos sobre o território e o poder**. 2ªed. 2ª reimpr. São Paulo: Edusp, 2013.

CUADROS, J. T. **Alfred Thayer Mahan (1840-1914):** Contraalmirante U.S Navy, su contribución como historiador, estratega y geopolítico. Trabalho de conclusão de curso em relações Internacionais, Universidad Viña Del Mar, 2005. Disponível em: <<http://www.cialc.unam.mx/pdf/mahan.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

DECLARACIÓN DE LIMA. Declaración de los Principios de Solidaridad y Cooperación de América. 24 dezembro 1938. Disponível em: <<http://constitucionweb.blogspot.com.br/2009/11/declaracion-de-lima-viii-conferencia.html>>. Acesso em: 07 fev. 2017.

DINIZ, E. **Política Internacional: Guia de estudos das abordagens realistas e da balança de poder**. Belo horizonte: Ed. PUC Minas, 2007.

DUQUE, M. G. **O papel de síntese da escola de Copenhague nos estudos de segurança internacional**. *Contexto int.* [online]. 2009, vol.31, n.3, pp. 459-501. ISSN 0102-8529. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cint/v31n3/v31n3a03.pdf>>. Acesso em: 27 mai. 2012.

FARRET, N.K. **A securitização do Narcotráfico nos Estados Unidos e a influência no Brasil**. Conjuntura Global, Vol.3, n. 4, out./dez., 2014, p. 226-232.

FRAGA, P.C.P. **A Geopolítica das Drogas na América Latina**. Revista Em Pauta, n. 19, 2007. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/viewFile/187/210>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

FRANCHINI NETO, H. **A Política Externa Independente em ação: a conferência de Punta Del Este de 1962**. Revista Brasileira de Política Internacional, n.48, v.2, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v48n2/a07v48n2.pdf>>. Acesso em: 01 mar. 2017.

FUCCILLE, L.A. **O Paradoxo da Defesa Nacional no Regime Democrático Brasileiro**. Teoria & Pesquisa, n. 46 jan, 2005.

GOTTMANN, J. The significance of territory. Virginia: University Press, 1973.

HOBBS, T. M. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado Eclesiástico e civil**. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1997. (Trabalho original de 1651).

HOBBS, E. J. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUGHES, C. W.; MENG, L. Y. (orgs). **Security Studies: a reader**. Routledge, 2011.

JACKSON, R.; SØRENSEN, G. **Introdução às Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

JORGE, B. W. A. A presença militar dos Estados Unidos na América Latina: 1993-2009. In.: AYERBE, L. F. (org.). **De Clinton a Obama: políticas dos Estados Unidos para a América Latina**. São Paulo: Editora UNESP: Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, 2009.

LACOSTE, Y. **A Geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. São Paulo: Papirus, 1988.

LOURENÇO NETO, S. **A conferencia do Rio de Janeiro e o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca: conflitos na construção do sistema interamericano**. Passagens Revista Internacional de História Política e cultura Jurídica. Rio de Janeiro: vol. 7, n.3, set-dez, 2015.

LÓPEZ, E. Nueva problemática de seguridad y “Nuevas amenazas”. In.: \_\_\_\_\_.; SAIN, M. F. (orgs.). **“Nuevas Amenazas”: dimensiones y perspectivas, dilemas y desafíos para la Argentina y El Brasil**. Bernal:Universidad Nacional de Quilmes, 2004.

LOPEZ, E. Argentina: um longo caminho rumo ao controle civil sobre os militares. In.: SAINT-PIERRE, H.L. (org.). **Controle civil sobre os militares e política de defesa na Argentina, no Brasil, no Chile e no Uruguai**. São Paulo: UNESP, 2007.

MAQUIAVEL, N. **O Príncipe**. 6ªed. Petrópolis: Vozes, 2015. (Trabalho original de 1532).

MANSANI, R.S. **Análise do complexo regional de segurança da América do Sul: A UNASUL e o Conselho de Defesa Sul-americano**. 113f. Trabalho de Graduação (Bacharelado em Relações Internacionais) – Centro Universitário Curitiba (UNICURITIBA), Curitiba, 2013.

MANSANI, R.S. **Análise Conjuntural de Segurança: A América do Sul no século XXI**. I Encontro Distrital da Associação Brasileira de Estudos de Defesa – EDABED, Revista Mundorama, Edição EDAED, 2015. Disponível em: <<https://www.mundorama.net/?p=16608>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2016.

MATHIAS, S. K. El Brasil: Interés nacional y “nuevas amenazas”. In.: LÓPEZ E.; SAIN, M. F. (orgs.). **“Nuevas Amenazas”: dimensiones y perspectivas, dilemas y**

desafios para la Argentina y El Brasil. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2004.

\_\_\_\_\_. Ameaças às democracias da América Latina. In.: OLIVEIRA, E.R. (org.). **Segurança e defesa nacional: da competição à cooperação regional**. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2007.

MIYAMOTO, S. Apresentação. In.: NASSER, R.M. (org.). **Os Conflitos Internacionais em múltiplas dimensões**. São Paulo: Editora UNESP: Programa San Tiago Dantas de Pós Graduação, 2009.

\_\_\_\_\_. **O Brasil e a Fronteira Norte: política e estratégia**. Revista Del Instituto de Estudios Avanzados IDEA, Universidade de Santiago do Chile, n.12, dez-jan, 2010.

\_\_\_\_\_. **Geopolítica, Ciência Política e Relações Internacionais**. ACTA Geográfica, Boa Vista, Ed. Esp. Geografia Política e Geopolítica, 2014.

MONTEIRO, L. C. R. **Geografia e Segurança Internacional: aproximações contemporâneas**. ACTA Geográfica, Boa Vista, Ed. Esp. Geografia Política e Geopolítica, 2014a.

\_\_\_\_\_. **SEGURANÇA NA AMÉRICA DO SUL: a construção regional e a experiência colombiana**. MACHADO, Lia Osório (orientadora). Tese de Doutorado Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFRJ, 2014b. 279p.

MOREIRA, Angela. **Consejo Sudamericano de Defensa: hacia una integración regional en defensa**. RESDAL, 2008. Disponível em: <<http://www.resdal.org/csd/documento-de-debate-angela-moreira.pdf>>. Acesso em: 29 maio 2013.

MOREIRA JR, H. **A compreensão e o combate ao terrorismo internacional contemporâneo: um estudo das propostas do Club de Madrid**. Revista de Geopolítica, Ponta Grossa, v.2, n.1, jan/jul, 2011. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/vigevanietalglobalizacao.pdf>>. Acesso em: 18 abr 2017.

MORGENTHAU, H. (1948). **A Política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz**. Tradução: Clássicos IPRI. Brasília: Editora UnB, 2003. Título original: Politics among nations: the struggle for Power and peace. (Trabalho original publicado em 1948).

O Dia que durou 21 anos. Direção: Camilo Tavares. Documentário. Brasil: TV Brasil, Pequí Filmes, 2012. DVD (1h17min), color.

O' DONELL, G.; SCHMITTER, P.C. **Transitions from authoritarian rule: tentative conclusions about uncertain democracies**. Baltimore e Londres: The Johns Hopkins University Press, 1986.

Ó TUATHAIL, G. Cold War Geopolitics: Introduction. In.: Ó TUATHAIL, Gearóid; DALBY, Simon; ROUTLEDGE, Paul (edit.). **The Geopolitics Reader**. London: Routledge, 2003.

OLIVEIRA, A.B.C.; BECARD, D.S.R. **Comunidade de segurança na America do sul? A UNASUL**. 2010. Disponível em: <[http://ufpr.academia.edu/Andr%C3%A9BenettiCarvalhodeOliveira/Papers/1385605/Comunidade\\_de\\_Seguranca\\_na\\_America\\_do\\_Sul\\_A\\_UNASUL](http://ufpr.academia.edu/Andr%C3%A9BenettiCarvalhodeOliveira/Papers/1385605/Comunidade_de_Seguranca_na_America_do_Sul_A_UNASUL)>. Acesso em: 25 março 2012.

OLIVEIRA, E. R. **As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil, 1964-1969**. Petrópolis: Vozes, 1976.

\_\_\_\_\_. **Democracia e Defesa Nacional: a criação do Ministério da Defesa na presidência de FHC**. Barueri: Manole, 2005

PAGLIARI, G. C. **Segurança hemisférica e política externa brasileira: temas, prioridades e mecanismos institucionais**. 141 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais), Universidade Federal do Rio Grande do sul (UFRGS), Porto Alegre, 2004. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/6123/000437010.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 19 de abril de 2013.

\_\_\_\_\_. **Temas da agenda de segurança hemisférica no pós-guerra fria: entre a hegemonia e a multidimensionalidade**. ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História, Londrina, 2005. Disponível em: <<https://anais.anpuh.org/?p=15355>>. Acesso em: 25 abr. 2015.\_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_. **Segurança hemisférica: uma discussão sobre a validade e atualidade de seus mecanismos institucionais**. Revista Brasileira de Política Internacional, 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292006000100002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292006000100002)>. Acesso em: 10 de abril de 2013.

\_\_\_\_\_. **O Brasil e a segurança na América do Sul**. Curitiba: Juruá, 2009.

PENHA, E. A. Geopolítica das Relações Internacionais. In: LESSA, Monica Leite; GONÇALVES, Williams da Silva. **História das Relações Internacionais: teoria e processos**. EDUERJ: Rio de Janeiro, 2007.

PIERI, V. S. G. **Geopolítica de los conflictos Intermésticos en Sudamérica**. Revista Geopolítica, v.2, n.2. Natal, jul-dez, 2011.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. Série Temas, vol. 29. São Paulo: Editora Ática, 1980.

RAMINA, L.; CUNHA FILHO, V. F. **Segurança Internacional: desenvolvimento teórico, desafios concretos e paradoxos**. Curitiba: Juruá, 2013.

RAPAPORT, M.; LAUFER, R. **Os Estados Unidos diante do Brasil e da Argentina: os golpes militares da década de 1960**. Rev. Bras. Polít. Int. n. 43,



2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v43n1/v43n1a04.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2017.

RUDZIT, G. **O debate teórico em segurança internacional: Mudanças frente ao terrorismo?**. Civitas, v.5, n.2, jul-dez. Porto Alegre, 2005.

\_\_\_\_\_; NOGAMI, O. **Segurança e Defesa Nacionais**: conceitos básicos para uma análise. Revista Brasileira de Política Internacional, 2010.

\_\_\_\_\_; CASTRO, G. F. **El Consejo Sudamericano de Defensa**. RESDAL, 2008. Disponível em: <<http://www.resdal.org/csd/articulo-gustavo-hector.pdf>>. Acesso em: 29 de maio de 2013.

SAIN, M. F. **Las Fuerzas Armadas en la Argentina**: los dilemas de la reforma militar en una situación de crisis. Security and Defense Studies Review, vol. 2, 2003.

\_\_\_\_\_. Nuevos horizontes, nuevos problemas: Las Fuerzas Armadas Argentinas frente a las “nuevas amenazas” (1990-2001). In.: LÓPEZ, E.; SAIN, M. F. (orgs.). **“Nuevas Amenazas”**: dimensiones y perspectivas, dilemas y desafíos para la Argentina y El Brasil. Bernal:Universidad Nacional de Quilmes, 2004.

SAINT-PIERRE, H. L. Una reconceptualización de las “Nuevas Amenazas”: de la subjetividad de la percepción a la seguridad cooperativa. In.: LÓPEZ, E.; SAIN, M. F. (orgs.). **“Nuevas Amenazas”**: dimensiones y perspectivas, dilemas y desafíos para la Argentina y El Brasil. Bernal:Universidad Nacional de Quilmes, 2004.

\_\_\_\_\_. Aproximación a La política de defensa en el marco latinoamericano. In.: CAJINA, R.J; CASTRO, G.F; TIBILETTI, L. **Control civil de las Fuerzas Armadas**: fortaleciendo el papel de la Asesoría Parlamentaria. 1ª Ed. RESDAL, Buenos Aires, 2009.

\_\_\_\_\_. Grandes tendências da segurança internacional contemporânea. In: JOBIM, N.; ETCHEGOYEN, S.; ALSINA, J. P. (Org.). **Segurança Internacional**: perspectivas brasileiras. 1ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

\_\_\_\_\_. **“Defesa” ou “segurança”?**: reflexões em torno de conceitos e ideologias. *Contexto internacional* vol.33, n.2. 2011.

\_\_\_\_\_; KUHLMANN, Paulo Roberto Loyolla; WINAND, Érica C. A. **Militares y tareas subsidiarias**: la inconsistencia política de la reglamentación de las misiones de las fuerzas Armadas em Brasil. Boletín RESDAL, Año VI, n.30, agosto, 2008.

SANTOS, A. R. S. **A situação militar do Brasil na América do Sul** – conselho de defesa Sul-americano e a necessidade de fortalecimento do poder militar. Univ. Rel. Int., Brasília, v.8, n.1, jan-jun. Brasília, 2010.

SARFATI, G. **Teorias das relações internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2005.



SATO, E. **A agenda internacional depois da Guerra Fria: novos temas e novas percepções**. Ver. Bras. Polít. Int. n.43, v.1, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v43n1/v43n1a07.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2017.

SILVA, R. **Historicismo e Disputas Conceituais na Teoria política**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho, 2011.

SOARES, S. A. Las antinomias de las relaciones cívico-militares em El Brasil: de las viejas a las nuevas amenazas. In.: LÓPEZ, E.; SAIN, M. F. (orgs.). **“Nuevas Amenazas”**: dimensiones y perspectivas, dilemas y desafíos para la Argentina y El Brasil. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2004.

SOUZA, D. M. R. **O Processo de Reorganização Nacional argentina durante a Ditadura de 1976**. Revista Binacional Brasil Argentina, v.3, n.1, 2014. Disponível em: <<http://periodicos.uesb.br/index.php/rbba/article/view/2905/2686>>. Acesso em: 20 jun 2017.

SOUZA, M. J. L. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In.: CASTRO, I. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

\_\_\_\_\_. A Geopolítica urbana da “guerra à criminalidade”: a militarização da questão urbana e suas várias possíveis implicações. In.: RIBEIRO, A.C.T; EGLER, T.T.C.; SÁNCHEZ, F. **Política governamental e ação social no espaço**. Rio de Janeiro: Letra Capital: ANPUR, 2012.

STARLING, H.M.M. **Órgão de informação e repressão da ditadura**. Projeto República: UFMG, 2001. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/brasildoc/temas/2-orgaos-de-informacao-e-repressao-da-ditadura/>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

STEINKE, S. **A ditadura e a transição para a democracia na argentina recente: desaparecimento de cidadãos e cidadania**. Disponível em: <[https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/04\\_-\\_A\\_Ditadura\\_e\\_a\\_Transi%C3%A7%C3%A3o\\_para\\_a\\_Democracia\\_na\\_Argentina\\_Reciente.pdf](https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/04_-_A_Ditadura_e_a_Transi%C3%A7%C3%A3o_para_a_Democracia_na_Argentina_Reciente.pdf)>. Acesso em: 17 jun. 2017.

TANNO, G. **A Contribuição da Escola de Copenhague aos Estudos de Segurança Internacional**. Revista Contexto Internacional, Rio de Janeiro, vol.25, nº 01, jan/jun 2003, pp. 47 – 80. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cint/v25n1/v25n1a02.pdf>>. Acesso em: 26 maio 2012.

TECHE, C. H. **As transformações nas Forças Armadas colombianas e os reflexos para os objetivos de defesa do Brasil na região amazônica**. Dissertação (Mestrado em Estudos estratégicos da Defesa e da Segurança). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2010.

TEIXEIRA DA SILVA, F. C.. Guerras e doutrinas militares no século XX e em face a Nova Ordem Mundial. In: JOBIM, N.; ETCHEGOYEN, S.; ALSINA, J. P. (Org.). **Segurança Internacional: perspectivas brasileiras**. 1ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

TIBILETTI, E. **Los conceptos de Seguridad y defensa em America Latina.** *Presentado en la Reunión 2001 del Latin American Studies Association (LASA)*, 2001.

TOKATLIAN, J. G. **Colômbia:** mais insegurança humana, menos segurança regional. *Revista Contexto Internacional*, v.24, n.1, jan/jun. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: < [www.scielo.br/pdf/cint/v24n1/v24n1a02.pdf](http://www.scielo.br/pdf/cint/v24n1/v24n1a02.pdf)>. Acesso em: 14 de abril de 2013.

TOMÉ, L. **Segurança e Complexo de segurança:** conceitos operacionais. *JANUS-NET e-journal of International Relations*, n.1, outono 2010. Disponível em: <[https://www.janus.ual.pt/janus.net/PT/arquivo\\_pt/PT\\_vol1\\_n1/PT\\_vol1\\_n1\\_art3.html](https://www.janus.ual.pt/janus.net/PT/arquivo_pt/PT_vol1_n1/PT_vol1_n1_art3.html)> Acesso em: 10 de novembro de 2012.

TUCÍDIDES (c.460-c.400 a.C). **História da Guerra do Peloponeso.** Clássicos IPRI, 4ªed. Editora UnB, 2001.

ULLMAN, R. H. **Redefining Security.** *International Security* 8, n.1, 1983.

UNASUL. **Tratado constitutivo da Unasul.** 2008. Disponível em: < <http://www.itamaraty.gov.br/temas/america-do-sul-e-integracao-regional/unasul/tratado-constitutivo-da-unasul>>. Acesso em: 28 de maio de 2013.

VÁSQUEZ, D. J.; GIL, L. M. (2017). **Modelo constitucional de la fuerza pública en Colombia.** *Revista Prolegómenos Derechos y Valores*, vol. 20, n. 39, 2017. Disponível em: < <http://www.scielo.org.co/pdf/prole/v20n39/v20n39a10.pdf> >. Acesso em: 25 de julho de 2017.

VICUÑA, F. O. El sistema interamericano de Seguridad Colectiva. In.: ALBONICO, R. D. (Ed.). **Antecedentes, balances y perspectivas Del sistema interamericano.** Santiago de Chile: Editorial Universitaria, 1977.

VIGEVANI, T.; CORREA, P.R.; CINTRA, R. **Globalização e Segurança Internacional:** a posição do Brasil. Apresentado no evento “Brasil e as novas dimensões da Segurança Internacional”, Instituto de Estudos avançados da Universidade de São Paulo, no dia 11 de setembro de 1998.

VILLA, R. A. D. **Da crise do realismo à segurança global multidimensional.** São Paulo: Annablume, 1999.

\_\_\_\_\_. **A segurança global multidimensional.** *Lua Nova*, n.46. São Paulo, 1999b. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ln/n46/a05n46.pdf>>. Acesso em: 20 de novembro de 2012.

\_\_\_\_\_. A securitização, o *overlapping* das guerras às drogas e ao terror na agenda de segurança dos Estados Unidos: caso Colômbia. In.: NASSER, Reginald Matta (Org.). **Os conflitos internacionais em múltiplas dimensões.** São Paulo: Editora UNESP: Programa San Tiago Dantas de Pós Graduação, 2009.

\_\_\_\_\_.; OSTOS, M. D. P. **As relações Colômbia, países vizinhos e Estados Unidos**: visões em torno da agenda de segurança. Revista Brasileira de Política Internacional, 2005. Disponível em: < [www.scielo.br/pdf/rbpi/v48n2/a05v48n2.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v48n2/a05v48n2.pdf) >. Acesso em: 15 abr. 2013.

WÆVER, O. **Security, the Speech Act**: Analyzing the Politics of a Word. Working Paper 19. Copenhagen: Center for Peace and Conflict Research, 1989

\_\_\_\_\_. Securitization and Desecuritization. In.: LIPSCHUTZ, R.D.(ed.). **On Security**. New York: Columbia University Press, 1995.

WINAND, E.; SAINT-PIERRE, H.L. O legado da transição na agenda democrática para a defesa: os casos brasileiro e argentino. In.: SAINT-PIERRE, H.L. (org.). **Controle civil sobre os militares e política de defesa na Argentina, no Brasil, no Chile e no Uruguai**. São Paulo: UNESP, 2007.

WOLFERS, A. **"National Security" as an Ambiguous Symbol**. Political Science Quarterly, Vol. 67, No. 4, 1952. Disponível em: <[goo.gl/GDZXG2](http://goo.gl/GDZXG2)>. Acesso em 20 jun. 2016.

XAVIER, Elaine de Melo. **A Unasul e a OEA na resolução de conflitos Sul-americanos**. 63 f. Trabalho de conclusão de Curso. Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, Brasília, 2010. Disponível em: < <http://bdm.unb.br/handle/10483/1039> >. Acesso em: 10 mar. 2015.

ZAVERUCHA, J. Relações civil-militares: o legado autoritário da Constituição brasileira de 1988. In.: TELES, E.; SAFATLE, V (orgs.). **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Bomtempo, 2010.